



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Maria Clara de Mello Andrade

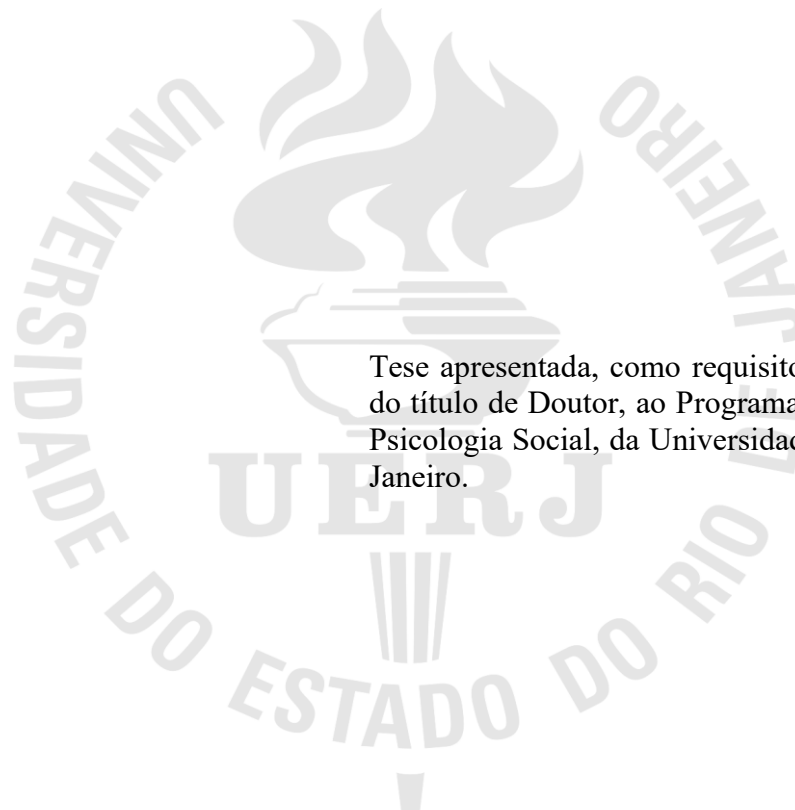
**As contações das que “não contam”: cascalhos, aranhas e passarinhas numa
análise de uma política pública municipal para mulheres**

Rio de Janeiro

2024

Maria Clara de Mello Andrade

As contações das que “não contam”: cascalhos, aranhas e passarinhas numa análise de uma política pública municipal para mulheres



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Anna Paula Uziel

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

A554 Andrade, Maria Clara de Mello
 As contações das que “não contam”: cascalhos, aranhas e passarinhas numa
 análise de uma política municipal para mulheres/ Maria Clara de Mello Andrade.
 – 2024.
 128 f.

 Orientadora: Anna Paula Uziel.
 Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
 Instituto de Psicologia.

 1. Psicologia social – Teses. 2. Políticas públicas – Rio de Janeiro – Teses.
 3. Mulheres – Teses. I. Uziel, Anna Paula. II. Universidade do Estado do Rio de
 Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.

br
CDU 316.6

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese,
desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Maria Clara de Mello Andrade

As contações das que “não contam”: cascalhos, aranhas e passarinhas numa análise de uma política municipal para mulheres

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 13 de setembro de 2024.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Anna Paula Uziel (Orientadora)

Instituto de Psicologia - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Janaína Freitas

CREMES3/INSERM

Prof.^a Dr.^a. Geruza Zelnys de Almeida

Instituto Vera Cruz – São Paulo

Prof.^a Dr.^a. Jimena de Garay Hernández

Instituto de Psicologia – UERJ

Prof. Dr.^a Jacqueline Moraes Teixeira

Universidade de Brasília

Rio de Janeiro

2024

Para Heitor, aranhas, passarinhas e quem mais se faz parente.

AGRADECIMENTOS

Às passarinhas, aranhas, novas e velhas parentes mulheres que, com suas falas e escutas, permitiram a manutenção da responsabilidade ética e afetiva do meu ofício de psicóloga-escutadeira-cartógrafa-feminista e, com isso, proporcionaram ninhos para germinação de decolagens compostas.

À Prof^a Anna Uziel, uma mulher-escutadeira-cartógrafa-feminista-raio-de-sol, que acolheu minhas marcas e fez delas nossas, em compostagens de pensamento fundamentais para delinear os caminhos aqui materilizados nesta tese, numa cama de gato que não para de tramar novos enredos, de novo e de novo...

À banca de professoras que participaram do exame de qualificação e da composição para a defesa da tese: Giovanna Marafon, Simone Diniz, Janaina Freitas, Jacqueline Teixeira, Jimena de Garay Hernandez e Geruza Zelnys.

À FAPERJ, pela bolsa FAPERJ Nota 10.

À minha mãe e ao meu pai, Camilla e Nélio, pelo amor e apoio incondicional.

Às colegas-amigas de pesquisa que compartilharam as angústias e as delícias de cartografar as linhas de pensamentos compostos e o desafio da vida e da escrita, em especial Roberta, Mariana e Thaís, que se mostraram tão atentas e cuidadosas nessa reta final.

À Fernanda Miguens, minha maiga-escutadeira-escritora.

À Marcela Peters Cremasco, pelo acolhimento afetivo de uma escutadeira-psicóloga.

À Jéssica pelos vãos de passarinha em meio ao caos cascalhado.

Às amigas, amigues e amigos que estiveram presentes, mesmo que de longe, mesmo que em pensamento, mesmo que em lembranças, nessa humusidade afetiva composta que somos nós.

Às pessoas que se fizeram parentes e compostaram comigo a teia de cuidados e alegrias em passar tempo com meu filho, em momentos que eu precisei me debruçar mais intensamente na escrita, em especial: Mauro e Grace, Mariza, Ana Carla, Luca, Maria Santa, Sônia, Camila, Manuela, Ernesto, Isabella, Paulo, Priscila, Zé, Vicente, Flora, Vanessa, Edmilda e Rodrigo.

Às espécies companheiras pela presença, amizade e amor genuíno: Fuleca, Tapioca, Peteca, Ponyo e Coco.

Ao Pedro, meu amor, pelo jardim que viemos cuidando com tanto afeto e esperança e, antes de levantar as mãos do teclado, agradeço ao meu filho Heitor pela paciência, companheirismo e por despertar em mim os devires mais revolucionário. Te amo!

Ponham suas tripas no papel. Não estamos reconciliadas com o opressor que afia seu grito em nosso pesar. Não estamos reconciliadas. Encontrem a musa dentro de vocês. Desenterrem a voz que está soterrada em vocês. Não a falsifiquem, não tentem vendê-la por alguns aplausos ou para terem seus nomes impressos.

Glória Anzaldúa

escrever é fazer letra para a música do tempo; e é esta música, sempre singular, que nos indica a direção da letra, que seleciona as palavras que transmitam o mais exatamente possível seus tons, seus timbres, seus ritmos, suas intensidades.

Suely Rolnik

RESUMO

ANDRADE, Maria Clara de Mello. *As contações das que “não contam”*: cascalhos, aranhas e passarinhas numa análise de uma política pública municipal para mulheres. 2024. 128 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

A tese apresentada objetiva analisar os meandros de constituição de políticas para mulheres em uma Secretaria criada para esse fim no ano de 2021, em uma pequena cidade do interior do Rio de Janeiro, sob uma gestão afinada com o então governo federal fascista (2019-2022), referida no trabalho pela sigla SM. Para tanto, o texto é composto por três entradas. A primeira entrada vai anunciar a proposta metodológica que discorre sobre os percursos da pesquisa. Esta entrada é o tempo de habitar as trilhas experimentadas, falar do que não foi e dos caminhos escolhidos, nessa potência que é a cartografia, aqui amalgamada a literatura, feminismos e decolonialidades. Traçar uma cartografia se afiniza com estar atenta e imersa nos terrenos movediços que se montam e desmontam no desenrolar cotidiano. Em relação ao campo de investigação, o interesse está voltado em ativar a sensibilidade para captar as linhas que estão em disputa para afirmação na arena de intensidades que ganham contorno a partir das máscaras atreladas às propostas de políticas públicas para mulheres, assim como ativar a lupa no invisível para encontrar as intensidades que escapam, buscando por novos sentidos a serem materializados. Na segunda entrada, nos concentramos em trazer à baila os encontros com as mulheres dos cascalhos, a partir dos fios dourados de Nephila. Homônima a uma espécie de aranha comum na Mata Atlântica, nossa narradora cartógrafa-escutadeira-feminista, ao puxar fios dourados epistemológicos e literários, traz à baila vivências dos encontros com três usuárias que se aproximaram mais do nosso trabalho de fevereiro a dezembro de 2021. Os cascalhos que foram usados como metáfora, inspirada nos escritos de Virginia Woolf, apontam também para a realidade dos distritos rurais do município de lotação da SM. Na terceira entrada, nos debruçamos sobre as políticas de funcionamento da sede da SM, assim como as ressonâncias dos comandos gestores afinados com as governanças conservadoras voltadas para as mulheres que ocuparam espaço na esfera federal em nosso país, tomando como ponto de partida o ápice da direita fascista, que teve como figura principal Damares Alves, à frente do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) no período de sua gestão - janeiro de 2019 a março de 2022. Para tanto, construímos cenas literárias, nascidas do chão da SM, não apenas para trazer à baila resistências feministas passarinhas - criação de uma lógica laboral outra com recurso poético - diante do cenário misógino com auxílio das ferramentas metodológicas supracitadas, mas pensando também de forma entrelaçada o cotidiano, a permanência e a não permanência de profissionais e usuárias em um espaço que se anuncia destinado ao cuidado da garantia de direitos das mulheres, mas que se apresenta como um provedor de vítimas, objetos e fábrica de tipos femininos. Sendo assim, com recurso literário como dispositivo organizador e afetivo para criação em meio à atmosfera misógina de funcionamento da SM, compostamos com uma outra lógica de habitar, resistir e operar que compila resistência e agenciamento a partir da emergência das “contações das que não contam”, o devir passarinhas.

Palavras-chaves: cartografia; literatura; feminismos; decolonialidades, políticas públicas para as mulheres.

ABSTRACT

ANDRADE, Maria Clara de Mello. *The Narratives of the "Unheard": Gravel, Spiders, and Little Birds in an analysis of a municipal public policy for women*. 2024. 128 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This thesis aims to analyze the intricacies of the constitution of policies for women in a Secretariat (SM) created for this purpose in 2021, in a small town in the interior of Rio de Janeiro, under a management in tune with the then fascist federal government (2019-2022). The text consists of three parts. The first part announces the methodological proposal and discusses the research pathways. This is the moment when we inhabit the trails we have experienced, talk about what hasn't been and the paths chosen. And we do this in this power that is cartography, here amalgamated with literature, feminisms and decolonialities. Drawing up a cartography is in line to being attentive and immersed in the shifting terrain that is assembled and disassembled in everyday life. In relation to our field of research, we are interested in activating sensitivity to capture the lines that are in dispute for affirmation in the arena of intensities that gain contour from the masks attached to public policy proposals for women, as well as activating the magnifying glass in the invisible to find the intensities that escape, searching for new meanings to be materialized. In the second part, we focus on bringing up the encounters with the women of the gravel roads, based on Nephila's golden threads. Named after a species of spider found in the Atlantic Forest, our cartographer-listener-feminist narrator brings up experiences from meetings with three users who came closest to our work from February to December 2024 by pulling epistemological and literary golden threads. The gravel that was used as a metaphor, inspired by Woolf's writings, also points to the reality of the rural districts of the municipality where SM is based. In the third part, we look at the operating policies of the SM offices, as well as the resonances of the management commands in tune with the conservative governances aimed at women that have occupied space in the federal sphere in our country. For this analysis, we took as our starting point the apex of the fascist right, whose main figure was Damara Alves, at the head of the Ministry of Women, Family and Human Rights (MMFDH) during her term - January 2019 to March 2022. To this end, we constructed literary scenes, born from the floor of the SM not only to bring up feminist resistances, with the creation of a different labor logic through poetic resources in the face of the misogynist scenario. And all of this was done with the help of the methodological tools mentioned above, but also by thinking in an intertwined way about the daily life, the permanence and non-permanence of professionals and users in a space that announces itself as intended to guarantee women's rights, but which presents itself as a provider of victims, objects and a factory of female types. So, with literary resources as an organizing and affective resource for creation in the midst of the misogynistic atmosphere in which the SM operates, we have composed another logic of living, resisting and operating that compiles resistance and agency based on the emergence of the "stories of those who don't tell stories", the becoming of little birds.

Keywords: cartography; literature; feminisms; decolonialities; public policies for women.

RÉSUMÉ

ANDRADE, Maria Clara de Mello. *Les récits de celles qui "ne comptent pas"*: cailloux, araignées et petits oiseaux dans une analyse d'une politique publique municipale pour les femmes. 2024. 128 f.
Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

La thèse présentée vise à analyser les méandres de la constitution de politiques pour les femmes dans un Bureau municipal créé à cet effet en 2021, dans une petite ville de l'intérieur de l'État de Rio de Janeiro, sous une gestion alignée avec le gouvernement fédéral fasciste de l'époque (2019-2022), désigné dans le travail par l'acronyme SM. Pour ce faire, le texte est composé de trois parties. La première partie annonce la proposition méthodologique qui discute du parcours de la recherche. Cette partie est le temps d'habiter les voies qui ont été parcourues, de parler de ce qui n'a pas été et des chemins qui ont été choisis, dans cette puissance qu'est la cartographie, ici amalgamée à la littérature, aux féminismes et aux décolonialités. Tracer une cartographie revient à être attentif et à s'immerger dans le terrain mouvant qui se meut dans le dénuement quotidien. En ce qui concerne le champ d'investigation, l'intérêt est de stimuler la sensibilité pour saisir les lignes en dispute pour l'affirmation dans l'arène des intensités qui prennent forme à partir des masques liés aux propositions de politiques publiques pour les femmes, ainsi que d'activer la loupe sur l'invisible pour trouver les intensités qui échappent, à la recherche de nouveaux sens à matérialiser. Dans la deuxième partie, nous nous concentrons sur les rencontres avec les femmes des cailloux, à partir des fils dorés de Nephila. Homonyme d'une espèce d'araignée commune dans la forêt atlantique, notre narratrice cartographe-écoutante-féministe, en tirant les fils dorés épistémologiques et littéraires, met en lumière les expériences des rencontres avec trois utilisatrices qui se sont rapprochées de notre travail de février à décembre 2021. Les cailloux, utilisés comme métaphore, inspirés des écrits de Virginia Woolf, pointent également vers la réalité des communes rurales de la ville où se localise la SM. Dans la troisième partie, nous nous penchons sur les politiques de fonctionnement du siège de la SM, ainsi que sur les résonances des commandes de gestion en phase avec les gouvernances conservatrices visant les femmes qui ont occupé l'espace dans la sphère fédérale de notre pays, prenant comme point de départ l'apogée de la droite fasciste, dont la figure principale était Damares Alves, à la tête du Ministère de la Femme, de la Famille et des Droits de l'Homme (MMFDH) pendant sa gestion - de janvier 2019 à mars 2022. A cette fin, nous avons construit des scènes littéraires, nées sur le sol de la SM, non seulement pour mettre en lumière les résistances féministes "*passarinhas*" - création d'une autre logique de travail avec des ressources poétiques - face au scénario misogyne avec l'aide des outils méthodologiques susmentionnés, mais en pensant également de manière entrelacée le quotidien, la permanence et la non-permanence des professionnels et des utilisatrices dans un espace qui se présente comme destiné à garantir les droits des femmes, mais qui apparaît comme un faiseur de victimes, d'objets et de fabrication de types féminins.

Mots-clés: cartographie ; littérature ; féminismes ; décolonialités ; politiques publiques pour les femmes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: A QUINZENA DE DOIS ANOS.....	10
1 ENTRADA 1- CARTOGRAFIA, LITERATURA E SEUS BROTOS DO MEIO: FEMINISMOS E DECOLONIALIDADES	16
1.1 Quem acredita em sereia sabe os segredos do mar: lentes localizadas para saberes decoloniais	20
1.2 Carola, Lélia, Gloria, Annie, Suely, venham cá: o que dizer quando o chão da SM está sob nossos pés?	33
2 ENTRADA 2 - CARTOGRAFIAS FEMINISTAS: MEU LUGAR É O CASCALHO.	42
2.1 Entre corredores, telas e cascalhos	49
2.2 Encontrar, cartografar, escrever, permaeacrever, compostar: no rastro de teias para cartografias feministas	54
2.3 As contações de Nephila em cartografias feministas compostas	63
2.3.1 Parentes na costura.	65
2.3.2 Parentas de casa nova.	70
2.3.3 Irmãs do Braille.....	74
3 ENTRADA 3 - UMA HISTÓRIA COMEÇA ANTES QUE POSSA SER CONTADA: ELES PASSARÃO... NÓS PASSARINHAS.....	80
3.1 A misoginia nossa de cada dia: o que se tornou um ministério para mulheres.....	81
3.2 Importa quais histórias contam histórias	83
3.3 Cenas, analisadores e passarinhas.....	88
3.4 Uma última história entre as paredes da SM	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS - O DIREITO À LITERATURA PARA GERMINAÇÃO DE MUNDOS	119
REFERÊNCIAS.....	124

Introdução: a quinzena de dois anos

Sigo os passos.
Passo a passo.
Sigo e passo.
As águas passam,
e as pedras ficam...

(Conceição Evaristo, **Poemas da recordação e outros movimentos**, 2017, p. 104)

Minha trajetória no pesquisar acadêmico acerca dos direitos das mulheres começa no ano de 2013 com o ingresso no curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGPS/UERJ), sob a orientação da professora Anna Paula Uziel. O tricotar da dissertação “Da violência de gênero contra a mulher ao grupo-dispositivo: desafios para construção de uma prática” (Andrade, 2015) trouxe diversos questionamentos acerca da invenção da vítima, categoria compreendida como fundamental para acesso às políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres.

Na ocasião da pesquisa de campo, que teve como cenário o Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS – de um município do interior do Rio de Janeiro, foram realizados grupos com as usuárias que demonstraram interesse em participar com objetivo de colocar em análise práticas e discursos que contribuíssem para constituição subjetiva de nós enquanto mulheres. Na ocasião, temas como maternidade, gestação, nascimento e puerpério foram recorrentes, despertando o desejo de maiores aproximações com estas vivências.

Após o período de mestrado e da licença maternidade – meu filho nasceu em novembro de 2014, em meio ao curso, que foi concluído com a defesa da dissertação em 03 de julho de 2015 – voltei para prefeitura do município interiorano no qual trabalhava no CREAS, onde exercia a função de psicóloga concursada. Após alguns meses, solicitei transferência da Secretaria de Assistência Social para a Secretaria de Saúde, buscando me aproximar de serviços destinados ao acompanhamento de pessoas gestantes, puérperas, mães e pais, onde vislumbrava dar início a grupos com essa clientela. No lugar do meu pedido veio a oferta de trabalhar no abrigo institucional de crianças como a única alternativa aos outros equipamentos da Assistência Social. Por lá, fiquei até janeiro de 2021, quando fui convidada a ocupar o cargo de coordenadora das políticas públicas para as mulheres em uma Secretaria naquele momento recém-criada.

Em paralelo ao trabalho da prefeitura, exerci a função de professora no curso de Psicologia desde março de 2016 na universidade privada local. No período de escrita da tese, me encontro em licença sem vencimento para dedicação ao curso de doutorado, em ambos espaços profissionais.

O desenho inicial para pesquisa do doutorado veio da compreensão da violência obstétrica

como um braço importante da violência de gênero contra as mulheres. No ano de 2019 me debrucei sobre referências bibliográficas acerca da problemática e contei com encontros que potencializaram a escrita e ajudaram a desenhar a primeira proposta. Entre eles a visita à Casa de Parto David Capistrano em Realengo/RJ; participação dos grupos de discussões de textos feministas no coletivo GIRA nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ), geridos pela professora Giovanna Marafon; participação como ouvinte da disciplina acerca do conceito de dobra e do livro *Diferença e Repetição* de Deleuze, proferida pelas professoras Anna Paula Uziel e Jimena de Garay Hernández, no PPGPS/UERJ, além dos encontros com minhas alunas que, naquele momento, compartilhavam do desejo de acompanhar os serviços destinados ao atendimento a pessoas gestantes, lactantes e puérperas, tanto no município do interior do Rio de Janeiro onde eu lecionava, quanto na casa de parto supracitada.

Ainda no mesmo ano fui aprovada para o curso de doutorado no PPGPS. Apesar do crítico cenário político governamental do Brasil, esperanças se renovaram diante da oportunidade de realização de uma pesquisa-intervenção acerca das violências propagadas sobre pessoas grávidas e parturientes, com a participação de minhas alunas da universidade interiorana.

O ano de 2020 chegou, a matrícula foi feita, assistimos a primeira semana de aula, muitas expectativas para os próximos encontros, deslocamentos milimetricamente planejados em meio a rotinas exaustivas de trabalho e vida familiar. Entretanto, naquela sexta-feira, 13 de março, foi decretada a necessidade de isolamento social por duas semanas em decorrência da pandemia, efeito da disseminação do vírus SARS-CoV-2, causador da COVID-19. A falta de vacinas, a precariedade de insumos de proteção contra a contaminação, além da proliferação de *fake news* no Brasil, fez com que os decretos fossem renovados inúmeras vezes. Tivemos uma quinzena de dois anos.

Com o isolamento social – medida necessária para nos mantermos com vida naquele período – vieram demandas inéditas para as famílias. Além da necessidade de adaptação abrupta ao trabalho remoto - para as pessoas que tinham emprego e cuja função comportava esta modalidade, foi preciso cuidar das crianças em todas as esferas, inclusive integralmente na escolar. Meu filho, então com cinco anos de idade, havia iniciado naquela época uma aproximação maior com o mundo das letras e, sem frequentar a escola concreta e conviver com outras crianças, foi preciso inventar, coletivamente, em família, como acompanhar constantemente esse processo.

A realidade da minha família infelizmente não era exclusiva, havendo, sem escolas físicas e redes de apoio (relação com outras figuras familiares, atividades no contraturno, entre outras), a necessidade de eclipsar as vidas das crianças, mais do que em qualquer outro contexto, às pessoas que residiam com elas para lhes garantir o acesso à educação, direito fundamental, reconhecido pela Constituição Federal de 1988. Neste período, aumenta consideravelmente a violência contra

as crianças, perpetrada em casa¹.

A internet e as telas começaram a ocupar um lugar literal de janela para o mundo e a casa, o único lugar habitável - para todas as pessoas que pudessem se isolar. Havia uma doença letal, com altíssimo poder de contágio, para a qual não havia vacina.

Demandas de todas as ordens emergiram diante do caos sanitário e de uma governança genocida. Abismos sociais aumentavam infinitamente. A fome e o desemprego² que se faziam presentes de forma cada vez mais acentuada chegaram no ápice, além da insegurança de quem não teve dispensa do trabalho e precisou viver com a iminência da morte e distante de familiares. O essencial se alastrou dos hospitais às cuidadoras de idosas, às empregadas domésticas, cozinheiras, porteiros, babás, entregadores/as, trabalhadores/as de supermercados, farmácias, restaurantes etc.

O “fique em casa”, orientação máxima da Organização Mundial de Saúde (OMS) para evitar o crescimento da contaminação, e a falta de atendimento por um sistema de saúde inflamado com o aumento assolador de pessoas doentes, se tornou privilégio para poucas famílias. Verificou-se a falta de itens que se tornaram básicos como álcool em gel e outros que já eram, como água, em muitas moradias periféricas. Estávamos sós, em ilhas, entre espadas e caldeirinhas.

Em paralelo, ou melhor, fomentando a atmosfera de tempos de guerra, o (des)governo federal implementou séries de ações em favor da morte: falta de investimentos para desenvolvimento e aquisição de vacinas, para equipamentos de proteção individual (EPIs) como máscaras, além da criação de informações sem fundamentos científicos, que gerou confusão em uma população já insegura e temerosa, o que parecia ser a marca registrada do projeto de aniquilamento do país. Em completo caos, lutamos no Brasil em nome da ciência, das vacinas, dos testes para averiguar a presença do vírus SARS-CoV-2, das máscaras, do distanciamento, de políticas que garantisse o mínimo de possibilidades de subsistência para grande parte da população. Até o mês de julho de 2024, em território nacional, foram contabilizadas, pelo Ministério da Saúde (MS) mais de 712.769 mortes pela COVID-19.

Diante do quadro pandêmico, e como efeito de um período de afastamento do texto da dissertação, novos questionamentos surgiram a partir da visita às arestas apontadas pela banca naquele momento da defesa para a conclusão do mestrado em 2015 – composta pelas professoras Sandra Azerêdo, Heliana Conde Rodrigues, Alfonsina Faya Robles e minha orientadora Anna Uziel -, assim como disparados por outros encontros meus com o tema das violências contra as mulheres. Novelos de racialização, corporificação, objetificação etc legitimam a marginalização, exclusão e colagem de essências às pessoas compreendidas como mulheres em diversas camadas. A categoria de gênero, priorizada em meu texto de outrora, não poderia mais vir desacompanhada

¹Violência contra crianças aumenta durante a pandemia no Brasil. In: <https://agemt.pucsp.br/noticias/violencia-contras-criancas-aumenta-durante-pandemia-no-brasil>

² Em meio à pandemia, fome volta para a mesa dos brasileiros. In: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/em-meio-a-pandemia-fome-volta-para-a-mesa-dos-brasileiros/>

de marcadores como raça e classe, por exemplo, para constituir uma análise feminista dos espaços habitados por nós.

Conforme exposto anteriormente, no final do ano de 2019, período em que o projeto para cursar o doutorado se materializou, as ideias para a tese eram outras. Assim como aconteceu com muitas outras pessoas estudantes de pós-graduação, nossa proposta precisou ser redesenhada diversas vezes, decorrente do período pandêmico, sua (des)gestão governamental e seus inúmeros efeitos. Além de descaminhos que a própria cartografia, que dá forças e formas a esta pesquisa, promove. Nas palavras de Passos e Barros (2015):

A cartografia como método de pesquisa-intervenção pressupõe uma orientação do trabalho do pesquisador que não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas, nem com objetivos previamente estabelecidos. No entanto, não se trata de uma ação sem direção, já que a cartografia reverte o sentido tradicional de método sem abrir mão da orientação do percurso da pesquisa. O desafio é o de realizar uma reversão do sentido tradicional de método - não mais um caminhar para alcançar metas pré-fixadas (*metá-hódos*), mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas. A reversão, então, afirma um *hódos-metá*. A diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados (Passos e Barros, 2015, p. 17).

A princípio, a experimentação estava direcionada ao campo dos serviços de referência aos cuidados de gestantes, parturientes e pessoas em período puerperal no âmbito das políticas de saúde. O desenho incluía a Casa de Parto David Capistrano em Realengo/Rio de Janeiro, assim como acompanhamento de consultas pré-natais no município interiorano no qual eu trabalhava como psicóloga. Todavia, além da pandemia, no meio do caminho havia outras pedras (ou já cascalhos, quem sabe!?) que me atiraram em uma recém-criada - e vulgarmente chamada - “Secretaria da Mulher” (SM), o que me fez direcionar as atenções para a busca por possibilidades de construir políticas democráticas que beneficiariam a vida das múltiplas munícipes daquela localidade, incluindo os programas de saúde reprodutiva. Apesar de nomeada com um discurso de confiança, permaneci no exercício de coordenação de políticas públicas do setor somente por onze meses, visto que meu trabalho foi considerado insuficiente e inadequado à demanda daquela gestão.

Entre outros pontos, que virão a ser desenvolvidos no decorrer do texto, as relações de poder e de marcação política foram sentidas visceralmente naquele curto espaço de tempo. Comportamentos e discursos desrespeitosos, proferidos pela secretária da pasta e seus súditos de forma quase recreativa, frequentemente direcionados às universidades públicas, à construção de saberes científicos – sobretudo feministas - e ações democráticas para o segmento pareciam funcionar como ferramentas de desautorização profissional. Práticas misóginas se mantiveram sustentadas pela naturalização da desvalorização e objetificação do feminino em torno não só das usuárias, como também das profissionais que ali laboravam, trazendo descrédito, em última instância inclusive ao próprio departamento.

A partir dos descaminhos e ruelas percorridas até aqui, nossa proposta se divide em três entradas de análise. A escolha por tratarmos os textos como entradas vem da inspiração dos trabalhos de Regina Benevides de Barros (2007) que traz que a escrita é composta por entradas, pelo meio. A origem e o destino do que se pesquisa se rarefazem e as conexões se tornam guias para engendrar análises em uma lógica outra, da processualidade. Assim como a autora, buscamos com a pesquisa “(...) seguir as conexões, ver até onde dava, provocar torções.” (Barros, 2007, p. 32). Nas linhas da presente cartografia textual, em muitos trechos usamos a primeira pessoa do singular – frequentemente para falar da vivência profissional no cotidiano da SM: eu, Maria Clara, psicóloga daquela equipe –, e também a primeira pessoa do plural – para as análises do campo compostas: orientanda-orientadora, partilhas com grupo de pesquisa...

A tese é iniciada com uma primeira entrada metodológica que pretende discorrer sobre os percursos da pesquisa. Esta entrada é o tempo de habitar as trilhas experimentadas, falar do que não foi e dos caminhos escolhidos, nessa potência que é a cartografia, aqui composta com a literatura, feminismos e decolonialidades. Mais do que explicar a cartografia, é fazer cartografia, intensamente. Vale destacar ainda que as obras literárias convocadas funcionaram como arcabouço teórico para análise do campo, compostas como as demais ferramentas teóricas elencadas.

A segunda e a terceira entradas abordam tempos e encontros distintos do trabalho na SM. Novamente desvios se tornaram estradas e o que contemplaria apenas uma parte da tese foi brotando e ganhando força até percebermos que ali moravam nossas possibilidades de análises mais vivas.

Sendo assim, na segunda entrada nos concentramos em trazer à baila os encontros com as mulheres dos cascalhos, a partir dos fios dourados de *Nephila*. Homônima a uma espécie de aranha comum na Mata Atlântica, nossa narradora cartógrafa-escutadeira-feminista, ao puxar fios dourados epistemológicos e literários, traz à baila vivências dos encontros com três usuárias que se aproximaram mais do nosso trabalho de fevereiro a dezembro de 2024.

Os cascalhos que foram usados como metáfora, inspirada nos escritos de Virgínia Woolf, apontam também para a realidade dos distritos rurais do município de lotação da SM. Nessas localidades foram aplicados 100 questionários com perguntas que objetivavam realizar um mapeamento acerca das demandas das mulheres, mirando pistas para propostas de políticas públicas afinadas com esse segmento da população. Apesar dos obstáculos que impediram a elaboração dessa meta, que serão trazidos ao longo da tese, a visita às localidades nos possibilitou encontrar com histórias de mulheres que se conectaram pelo amálgama da responsabilidade de fazer parentes e ficar com o problema em um mundo degradado (Haraway, 2023) ao abrir espaço para as diferenças e criar, de formas compostas, estratégias de habitação subjetivamente sustentáveis, ressoando uma polifonia feminista para reverberação da vida (Rolnik, 2018), em um Chthuluceno cascalhado (Haraway, 2023).

Na terceira entrada, nos debruçamos sobre as políticas de funcionamento da sede da SM,

assim como as ressonâncias dos comandos gestores afinizados com as governanças conservadoras voltadas para as mulheres que ocuparam espaço na esfera federal em nosso país, tomando como ponto de partida o ápice da direita fascista, que teve como figura principal Damares Alves, à frente do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) no período de sua gestão - janeiro de 2019 a março de 2022.

A ministra do MMFDH foi nomeada pelo ex-presidente genocida, após sua tomada do poder, como resultado de uma eleição apoiada em discursos de ódio e *fake news*, assim como seus efeitos nas outras camadas governamentais. Nossa pesquisa no estabelecimento inaugurado em 2021 entra nesse recorte temporal, assim como a criação de outros equipamentos específicos para garantia de direitos das mulheres em municípios vizinhos, causando inclusive um clima de disputa entre as prefeituras da região³.

Para tanto, construímos cenas literárias, nascidas do chão da SM, não apenas para trazer à baila resistências feministas passarinhas - criação de uma lógica laboral outra com recurso poético - diante do cenário misógino com auxílio das ferramentas metodológicas supracitadas, mas pensando também de forma entrelaçada o cotidiano, a permanência e a não permanência de profissionais e usuárias em um espaço que se anuncia destinado ao cuidado da garantia de direitos das mulheres, mas que se apresenta como um provedor de vítimas, objetos e fábrica de tipos femininos.

³ Foram criadas, no período pandêmico, poucas secretarias de políticas para mulheres na região, porém em diversas localidades foram inaugurados Centros Especializados de Atendimento da Mulher (CEAMs); Núcleos de Atendimento a Mulheres (NUAMs) - espaço para atendimento exclusivo de mulheres em delegacias gerais; Delegacias da Mulher, entre outros. Também foi observado um aumento de convênios entre os municípios para integração de “rondas policiais”, as chamadas “Patrulhas Maria da Penha”. Essas equipes patrulham territórios onde existem mulheres que sofreram violência e que a pessoa que perpetrou a agressão (cônjuge, na maioria das histórias) precisa respeitar uma medida protetiva de afastamento - determinada pela justiça.

Entrada 1 – Cartografia, literatura e seus brotos do meio: feminismos e decolonialidades

Tudo o que você toca
 Você muda
 Tudo o que você muda
 Muda você
 A única verdade perene
 É a mudança.

(Octavia Butler, **A parábola dos talentos**, 2019, p.15)

Para a composição da tese identificamos como fundamental contemplar um texto-momento-zero, inaugural, focado nas ferramentas de pesquisa em toda a sua complexidade; uma discussão dos passos metodológicos caminhados, mesmo sabendo que tais instrumentos também nos acompanharão ao longo da escrita. Mas como pensar em um momento zero, inaugural, inspiradas que somos, pelo rizoma? Talvez pensando que em algum nó em algum momento bateu uma luz diferente que o destacou. A luz tampouco é fixa. E pode haver sempre uma nova luz.

Não inaugural porque inaugura, por ser origem, mas porque a partir dali começou um risco, apareceram as primeiras letras na tela do computador - que também certamente já perderam este lugar e esta ordem cronológica pouco importa. Diante dessa trama implicada e conduzidas pelas paisagens moventes da cartografia, almejamos que a construção das análises a partir do arcabouço teórico que nos constitui – cartografia, feminismos, decolonialidades e literatura - funcione no texto transversalmente, como um rizoma, que se sustenta nas conexões, produzindo a novos rizomas.

A intenção, nesta seção, vai ao encontro da proposta de Sara Ahmed (2022), ao montar o “Kit sobrevivência das feministas estraga-prazeres”, e de Suely Rolnik (2011), quando discorre sobre seu manual de cartógrafa. Neste momento organizamos nossas coisas para, posteriormente, com a sacola metodológica em punho, a tiracolo, fazendo tropeçar as pernas, colocarmos - juntas, juntas e juntos - os pés nas estradas cascalhadas onde caminham as políticas públicas para as mulheres de um município do interior do Rio de Janeiro, em suas diversas dimensões - micropolítica, macropolítica, visível, invisível etc.

A literatura de histórias feministas se tornou um fazer-saber metodológico que deu base para análises acerca do *status quo* ao trazer à luz o protagonismo de mulheres muitas vezes silenciadas ou faladas por outras autorias. Ahmed nos ajuda com essa costura: “Não é opcional: é o que torna o feminismo feminista. Um projeto feminista é encontrar formas nas quais as mulheres possam existir em relação às mulheres; formas para que as mulheres possam se relacionar entre si, pensando nas forças que as constituem. É um projeto porque ainda não chegamos lá” (Ahmed, 2022, p.33). As histórias, contadas com este tom, desobjetificam e deseroizam⁴ as personagens

⁴ O termo “deseroização” foi criado por Clarice Lispector (1998) em “A paixão segundo G.H.” como efeito de sua tentativa de unir-se à uma barata e mergulhar em um mundo desconhecido, desprovido de uma suposta coragem sobre-

femininas, não dependendo suas vidas do mundo masculino e nem sendo elas dotadas de nenhum poder sobrenatural que as façam mais fortes.

Não trazer à baila a ferramenta metodológica literária seria seguirmos com uma cartografia incompleta e cortinar parte importante do que se antropofagiou para se chegar à questão da tese, que objetiva analisar a construção de uma política municipal para as mulheres, iluminando, para isso, os bastidores cotidianos da SM - sob uma gestão municipal afinada com comandos federais de uma administração fascista, misógina e antifeminista – esses termos, adjetivos acrescidos a governança de Bolsoraro, Damares Alves e afins, serão repetidos ao longo do texto como recurso memorador da esfera sufocante que nos ladeava na SM. Tais palavras se referem a compostos de um regime autoritário e ditatorial baseado em princípios conservadores, patriarcais e antidemocráticos, exaltadores do patriotismo, racismo e demais dispositivos perpetuadores de violência e ódio a diferença, das vidas que se afirmam na distância do padrão eurobrancocisheteronormativo. Trazemos também as histórias de mulheres que foram acompanhadas por nós nos cascalhos em que caminhamos durante onze meses, tempo em que permaneci na pasta.

A compreensão de cascalhos aqui abarca tanto a via metafórica, correspondente aos empecilhos sociais enfrentados pelas mulheres para terem acesso ao mundo acadêmico e do trabalho - elucidados na obra de Woolf (2019 [1928]) -, como também o sentido concreto do solo cascalhado que estava sob os nossos pés nos distritos rurais do município pesquisado no interior do Rio de Janeiro, lugar onde se deu a maior parte dos encontros com as usuárias da pasta. Trazer à baila o desenrolar da vida de mulheres, incluindo as nossas, que se agenciam, apesar do olhar masculino, em uma perspectiva feminista, consiste em um ato político que pode se fazer necessário como solo para possíveis germes de mundos mais afinados com a ética do desejo (Rolnik, 2018). “Ao invés de contato com as diferenças, diferir, engendrar-se pela diferença, no singular. Singularizar as diferenças, criando caminho entre impossibilidades, tocando virtualidades, fazendo proliferar ramos do rizoma em que o grupo se transforma para que a intercessão se faça” (Barros, 2007, p. 324).

Carola Saavedra (2021) nos conta que Laura Mulvey cunhou em 1975 o conceito “*male gaze*” (olhar masculino). O termo deflagra que a apresentação de personagens femininas acontecia, majoritariamente, de uma perspectiva masculina e heterossexual no âmbito do audiovisual, em decorrência do fato de que as obras eram criadas principalmente por homens. Sendo assim, nas telas eram expostas tramas em que a meta das mulheres, frequentemente representadas com aparência jovem e afinada com a beleza padrão padrão – eurocêntrica, racista e cisheteronormativa -,

humana. Deseroizar a si mesma estaria ligado a abandonar referências que a compuseram até aquele momento para agregar outras, sem precedentes: “A gradual deseroização de si mesmo é o verdadeiro trabalho que se labora sob o aparente trabalho, a vida é uma missão secreta” (Lispector, 1998, p. 174). Não existe referência ao termo “deseroização” nos dicionários de Língua Portuguesa consultados, somente na obra de Lispector.

girava em torno de obter o amor de um homem, assim como os esforços para manutenção da relação. Como efeito, as espectadoras dos filmes, comerciais e outras mídias, poderiam construir essa visão sobre si mesmas. “Assim, qualquer acontecimento na vida da mulher que não gire em torno disso simplesmente não existe” (Saavedra, 2021, p. 63).

A partir das análises trazidas pela criação de “*male gaze*”, a cartunista Alison Bechdel, em 1985 - uma década depois - cria o “teste de Bechdel” no comic “*Dykes to watch out for*”. A avaliação do teste propõe medir a representação feminina no cinema a partir de três pontos: “1) o filme deve ter ao menos duas personagens femininas (com nome); 2) as mulheres devem conversar entre si; 3) elas devem conversar sobre um assunto que não seja um homem” (Saavedra, 2021, p. 63).

Os dispositivos de análise feministas apresentados por Saavedra (2021) na esfera cinematográfica, nos apontam para interseções com as obras literárias que serão operadas na tese como ferramentas de abertura para afirmação de caminhos subjetivos emancipatórios. As referidas narrativas, ao evocar o protagonismo da diversidade feminina enquanto resistência aos padrões conservadores - investidos amplamente, sobretudo, no governo de extrema direita que liderou o país de 2019 a 2022 com aporte de preceitos religiosos e fascistas - descortinam as multipossibilidades de construção de mundos outros, afinados com o desejo.

O contato com a literatura e demais obras artísticas, além de ter se configurado em uma morada feminista, à medida que trouxe diálogos fundamentais que serviram como meio de sustentação para um caminhar profissional singular em um terreno laboral conservador, vai também ao encontro do que diz Barros (2007) acerca da subjetividade, quando aponta que ela se dá na superfície, por contágio, contribuindo diretamente com as paisagens cartográficas em constante mutação.

Deleuze e Guattari (2019) divergindo das formas dicotômicas de sentido para textos literários, propõem o conceito de rizoma, partindo de conhecimentos botânicos para explicar a lógica processual extraída do múltiplo. Um livro, nessa concepção, é constituído por diversas matérias, um agenciamento. Sendo um agenciamento em algum momento é encaminhado à uma totalidade que se faz inteligível pelos compostos dos extratos que a atravessam. Porém, concomitantemente, vai ao encontro de um “corpo sem órgãos”⁵ (CsO) desfazendo intermitentemente o organismo significante. A partir dessa ideia, um livro está em constante movimento relacional, é vivo:

Não há diferença entre aquilo que um livro fala e a maneira como é feito. Um livro tampouco tem objeto. Considerado como agenciamento, ele está somente em conexão com outros agenciamentos, em relação com outros corpos sem órgãos. Não se perguntará

⁵ Sobre o conceito de CsO: Silva, C. V.; Paleari, G. M. G. Por uma cartografia do Corpo sem Órgãos: a concepção do corpo em Antonin Artaud. **Ephemeria - Revista do Programa de Pós Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal de Ouro Preto**, v. 3, n. 4, p. 196-218, 1 maio de 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/ephemeria/article/view/4184>

nunca o que um livro quer dizer, significado ou significante, não se buscará nada compreender num livro, pergunta-se-á com o que ele funciona, em conexão com o que ele faz ou não passar intensidades, em que multiplicidades ele se introduz e metamorfoseia a sua, com que corpo sem órgãos ele vai convergir o seu (Deleuze e Guattari, 2019, p. 18).

Sara Ahmed (2022) nos fala sobre a importância de portarmos um “kit sobrevivência feminista”. Entre itens como tempo e humor, a autora aconselha estarmos sempre com os livros, que somente cada uma de nós pode eleger, para sua própria preservação. Inspiradas em Ahmed, nos servimos de alguns livros para compor o nosso kit. Além da necessidade proposta pela autora, o fizemos na tentativa de tecer algumas aproximações com a cartografia e os feminismos tendo como meta a construção de um arcabouço metodológico para esta tese. Nossas obras-agenciamento-salva-vidas: “Um quarto todo seu” (2019 [1928]) e “Profissões para mulheres e outros artigos feministas” (2023 [1931]), de Virginia Woolf ; “O acontecimento” (2022) e “A escrita como faca e outros textos” (2023), de Annie Ernaux (2022); “Quarto de despejo”, de Carolina Maria de Jesus (2019[1960]⁶); “Ponciá Vicêncio”, “Insubmissas Lágrimas de Mulher” e muitos outros de Conceição Evaristo (2017/2020); “Parábola do Semeador”, “Parábola dos Talentos” de Octavia Butler (2019 [1998]); “O conto da aia” (2017) de Margaret Atwood; “Com armas sonolentas”, Carola Saavedra (2022) e o conto “Solange” de Jeferson Tenório (2021). Por último, mas não menos importantes: “Cartografia sentimental”, de Suely Rolnik (2011), “Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno”, de Donna Haraway (2023), “O mundo desdobrável”, de Carola Saavedra (2021) e “Viver uma vida feminista”, de Sara Ahmed (2022).

Apesar das obras não serem consideradas de ficção, “Cartografia sentimental”, “Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno”, “O mundo desdobrável” e “Viver uma vida feminista” foram narrativas experimentadas por nós também como viagens literárias. A primeira construída com elementos altamente sensoriais, aos caminhos de constituição das subjetividades femininas, que se dão a partir da construção de cenas cartográficas no texto de Rolnik. A segunda pela abertura imprescindível de análises acerca da impossibilidade de sobrevivência de multiespécies no mundo fora de uma realidade composta, não individual. A terceira pela proposta de pensar nas possibilidades da literatura em um mundo colapsado, a partir de obras literárias e de uma forma singular de escrita, denominada pela autora como “Permaescrita”. A quarta por oferecer inúmeras interseções das angústias feministas compartilhadas por Ahmed com as vivenciadas por mim na SM.

⁶ Os diários de Carolina Maria de Jesus que compõem a obra datam entre 1955 e 1960. Diferente das outras datas em colchetes que se referem ao ano original de publicação, relacionado ao “Quarto de despejo” se referem às datas informadas pela própria autora em seus escritos.

1.1 - Quem acredita em sereia sabe os segredos do mar: lentes localizadas para saberes decoloniais

Seus passos em roda se faziam ligeiramente mais rápidos então, sem, contudo, se descuidar das mãos. Andava como se quisesse emendar um tempo ao outro, seguia agarrando tudo, o passado-presente-e-o-que-há-de-vir (Conceição Evaristo, **Ponciá Vicêncio**, 2017, p. 111)

Ao tecer críticas acerca do conhecimento científico de bases ideológicas que se anunciam neutras, Donna Haraway (1995) nos chama a atenção para o engendramento de tais pressupostos. A autora descortina o fato de que a ciência é forjada em um campo de apostas, num jogo de discursos que busca pela afirmação de uma inteligibilidade de poder bem objetiva. “A História é uma estória que os entusiastas da cultura ocidental contam uns aos outros: a ciência é um texto contestável e um campo de poder; o conteúdo é a forma. Ponto. A forma na ciência é retórica artefactual-social de fabricar o mundo através de objetos efetivos” (Haraway, 1995, p. 11). Sendo assim, a autora reforça que as organizações científicas do final do século XX estavam em um arranjo composto pela atuação de reconhecimento e de mau conhecimento, destacando como questão o problema da metáfora, ou seja, da relação entre corpos e linguagem.

Na busca pela afirmação do que define como um projeto de ciência sucessora, Haraway (1995), apoiada em Harding, insiste na demanda para que teorizações feministas sejam compostas a partir de uma relação crítica e reflexiva referente às próprias práticas, aos fazeres de dominação de outros e aos fragmentos desiguais de privilégio e subordinação que todas as colocações abarcam. Nessa aposta científica de transbordamento das frequentes explicações dos modos de construção do mundo, a autora traz que o problema coletivo que se coloca reside em encontrar formas de tecer

(...) simultaneamente, uma explicação da contingência histórica radical sobre todo conhecimento postulado e todos os sujeitos cognoscentes, uma prática crítica de reconhecimento de nossas próprias “tecnologias semióticas” para a construção de sentido, e um compromisso a sério com explicações fiéis de um mundo “real”, um mundo que possa ser parcialmente compartilhado e amistoso em relação a projetos terrestres de liberdade finita, abundância material adequada, sofrimento reduzido e felicidade limitada. Harding chama esse desejo necessariamente múltiplo de necessidade de um projeto de ciência sucessora e de insistência pós-moderna na diferença irreduzível e na multiplicidade radical dos conhecimentos locais (Haraway, 1995, p. 16)

Os meandros do caminho científico feminista traçados nas pegadas-pistas de conhecimentos locais não se pretendem totalizadores, mas buscam pela promoção de conexões entre saberes provindos de realidades muito distintas em termos de poder. “Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro” (Haraway, 1995, p. 16). A autora equipara o entendimento de objetividade feminista a saberes localizados e lança mão da visão enquanto sistema sensorial que pode contribuir para a

compreensão de que somente o foco em um cenário restrito traz a possibilidade de uma visão objetiva.

As ciências tecnológicas - como fotografias de satélites, por exemplo - nos oferecem artifícios para entender que todos os olhos, incluindo os olhos humanos, se configuram como via para tradução de modos de ver, construtores de mundos, de modos de vida. Sendo assim, divergindo de uma “falsa visão” científica global, que se anuncia transcendente a todos os limites e incumbências, Haraway (1995) aponta que o objetivo feminista pretende trabalhar com lentes localizadas em saberes situados, trazendo como efeito a responsabilização pelo que podemos aprender a enxergar.

Maria Lugones (2019), apoiada em Aparício e Blazer, usa o conceito de “não-modernas” para designar formas de organizações sociais - conhecimentos, relações, valores etc - constituídos em uma constante tensão com a lógica dicotômica, hierárquica e categorizante da modernidade colonial capitalista. Ao explicar que não se trata de um conceito ligado ao cronológico, operando o não moderno concomitante e não em um tempo pré ou pós moderno, a autora destaca que tal contribuição auxilia no entendimento de processos decoloniais e libertários de produção de conhecimento.

A distinção entre moderno e não moderno evidencia os movimentos da modernidade na busca por controle - pela via da negação - sobre a existência de outras realidades com princípios ontológicos diferenciados das organizações hegemônicas. Essa negação de mundos diversos, que é operada pela usurpação da validade e contemporaneidade de seus processos constitutivos, Lugones vai nomear de colonialidade. “Essa negação é a colonialidade que emerge como constituinte da modernidade. A diferença entre o moderno e não moderno se torna - do ponto de vista da modernidade - uma diferença colonial, uma relação hierárquica na qual o não moderno é subordinado ao moderno” (Lugones, 2019, p. 366).

As categorias de humano e não humano - em decorrência, as de homens e mulheres - são entendidas por Lugones (2019) como centrais para organização da modernidade colonial, usadas para fomentar a condição de pessoas colonizadas a serviço do homem - padrão eurocêntrico e cisnormativo.

Sendo assim, partindo da compreensão ontológica em séries atômicas, homogêneas e separáveis, a autora entende como fundamental a crítica cunhada por mulheres de cor e terceiro mundistas ao universalismo feminista. As considerações trazem reivindicações que se amparam na afirmação de que “Ser *mulher* e *negra* são categorias homogêneas, atômicas, separáveis, sua intersecção nos mostra a falta de mulheres negras, ver mulheres não brancas é extrapolar essa lógica categórica”. (Lugones, 2019, p. 357)

Os estudos de bell hooks (2019) nos trazem que durante o período de escravidão e de reconstrução dos Estados Unidos, homens e mulheres lutaram igualmente pela libertação, porém líderes políticos negros afirmavam valores patriarcais. Nos anos 1950, mulheres e homens negros

novamente lutaram pela equidade racial naquele país e mais uma vez as ativistas não tiveram reconhecimento público de seus feitos. “Ativistas negros definiram liberdade como o direito de participar da cultura estadunidense, sendo cidadãos completos; eles não estavam rejeitando o sistema de valores daquela cultura. Consequentemente, não questionaram a integridade do patriarcado” (hooks, 2019, p. 23).

Na década de 1960 houve o primeiro movimento de pessoas negras unidas na luta contra o racismo nos Estados Unidos. Mesmo se tratando de um movimento emancipatório, limites sexistas foram estabelecidos publicamente, quando homens negros exigiram subserviência das mulheres. “Disseram a elas que deveriam cuidar das necessidades do lar e gerar guerreiros para revolução” (hooks, 2019, p.23).

A autora aponta para o fato de que diante da realidade apresentada de dupla opressão sofrida pelas mulheres negras - racismo e sexismo -, feministas brancas começaram a romantizar a questão no lugar de abrir espaços de discussão sobre o impacto negativo da opressão.⁷

A tendência que começou no movimento feminista, a de romantizar a vida da mulher negra, refletiu-se na cultura como um todo. O estereótipo da mulher “forte” já não era mais visto como desumanizador, tornou-se a nova marca da glória da mulher negra. Quando o movimento de mulheres estava no ápice e mulheres brancas rejeitavam o papel de reprodutora, de responsável por carregar os fardos e de objeto sexual, mulheres negras eram parabenizadas por sua especial dedicação à tarefa de ser mãe, por sua habilidade “nata” de carregar fardos pesadíssimos e porque tínhamos sido eleitas por unanimidade para assumir o posto que as mulheres brancas estavam abandonando (hooks, 2019, p. 26).

Para bell hooks (2019), os efeitos da construção social que levou a identidade das mulheres negras a ter se configurado marginalmente nos Estados Unidos se refletem no fato de elas não serem consideradas um grupo distinto e independente dos homens negros.

Audre Lorde (2019 [1983]), escritora e professora estadunidense negra, mulher, mãe, lésbica, feminista, socialista, poeta e parte de um casal interracial, expôs que se recordava, a todo momento, de ser “parte daquilo que a maioria chama de desviante” (p.235) exatamente pelo fato de compartilhar esses marcadores sociais. Acreditava que na luta para a construção de um mundo possível para as crianças, não pode haver uma hierarquia de opressão. As crianças precisam entender que elas não têm que ser idênticas às outras para trabalharem juntas e construir um planeta que elas vão dividir.

A autora explica que o sexismo, - crença na superioridade de um sexo, em consequência, em seu direito de dominar - assim como o heterossexismo, - entendimento que esta forma normativa de amar é superior às outras e daí decorre seu direito de dominar - tem a mesma procedência do racismo - suposições sobre uma raça ser melhor que outras e por isso seu direito de dominar. Elucida ser ininteligível para sua vida que qualquer parte de sua identidade possa se

⁷ Apesar da tradução de “Eu não sou uma mulher?” ter chegado ao Brasil em 2019, o texto original de bell hooks se localiza, temporalmente, em 1981.

beneficiar em detrimento da outra, que também a constitui (Lorde, 2019 [1983]).

Os ataques cada vez mais frequentes a lésbicas e homens gays são só o estopim para ataques cada vez mais frequentes a todas as pessoas negras, pois onde quer que formas de opressão se manifestem neste país, pessoas negras são vítimas em potencial. E encorajar membros de grupos oprimidos a se lançarem uns contra os outros é um procedimento padrão da direita cínica. Enquanto estivermos divididos por causa de nossas identidades particulares, não temos como estar juntos em ações políticas efetivas. Entre as mulheres lésbicas, sou negra; e entre as pessoas negras eu sou lésbica. Qualquer ataque contra as pessoas negras é um problema para lésbicas e gays, porque eu e milhares de outras pessoas negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é um problema para pessoas negras, porque milhares de lésbicas e homens gays são negros. Não existe hierarquia de opressão. (Lorde, 2019 [1983], p. 236)

Lélia Gonzalez (2020 [1983]) se concentra na figura da mucama – mulata, doméstica e mãe preta - e na falácia da democracia racial para analisar o lugar - assim como os efeitos violentos destas construções - endereçado às mulheres negras no contemporâneo nos diferentes modos de rejeição/integração de seu papel, o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Com aporte da Psicanálise, a autora explana a urgência das pessoas negras falarem de si, depois de tanto tempo submetidas às narrativas de uma lógica hegemônica que tenta incessantemente domesticar seus corpos. A partir da Teoria Alíngua de Jacques-Alain Miller, ela explica que a análise psicanalítica localiza seus proveitos na “lata do lixo”, sendo assim, essa ferramenta provoca e bagunça o que a lógica amansa.

Ora, na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim determina a lógica de dominação, caberia uma indagação via psicanálise. E justamente a partir da alternativa proposta por Miller, ou seja: por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós sabemos) domesticar? O risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa (Gonzalez, 2020, p. 78).

Para nos acompanhar na caminhada com Gonzalez acerca da construção dos espaços ocupados por mulheres negras e indígenas no Brasil, convocamos dois textos: “Com armas sonolentas”, de Carola Saavedra (2022) e “Solange”, conto de Jeferson Tenório (2021). Ambas as narrativas são protagonizadas por personagens que ocupam a função de empregada doméstica que têm suas vidas sequestradas por uma atmosfera de violência naturalizada e que parece constituinte de um lugar que - apesar da existência de direitos trabalhistas previstos constitucionalmente após intensa luta sindical da categoria⁸ - muitas vezes se assemelha ao dos tempos escravistas.

Nos livros supracitados, que contam suas histórias em estilos bem distintos, somos fisgadas pelas vivências de mulheres “colonizadas” que carregam consigo saberes “não modernos” (Lugones, 2019) como chamadas de resistência - literalmente, no caso de Solange, que não encontra

⁸ Que resultou na ampliação de direitos da categoria com a Lei complementar nº 150 de 1º de junho de 2015. Para mais acessar: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/documentacao-tecnica/manuais/cartilha-trabalhadores-domesticos-direitos-e-deveres>

outra alternativa para desenhar novos contornos para sua existência, se não colocando fogo na opressão que a escravizou toda uma vida.

A falta de nomes próprios ou nomes inventados para referir às personagens, por parte de quem as explora, a relação que se anuncia filantrópica e as agressões que caracterizam as respostas sobre comportamentos que fogem ao desejado pelos donos e donas das casas, são pontos que refletem nitidamente a manutenção de marcas coloniais, visto que essas ações são destinadas a mulheres não brancas e não são encaradas, por quem as violenta e seu entorno, como abusivas. Advindas de famílias desprovidas de recursos básicos para sobrevivência, as duas histórias (Saavedra, 2022; Tenório, 2021) contam a vida de mulheres que precisam começar a trabalhar muito jovens para custear o próprio sustento, sendo “encomendadas” de longe para o trabalho doméstico e tudo que nele comporta - mulata, doméstica e mãe preta (Gonzalez, 2020).

Carola Saavedra (2022), ao tecer sobre ancestralidade, conta a saga da menina de quatorze anos que foi entregue para trabalhar em uma casa muito distante da morada de sua família porque sua mãe *solo* não tinha mais condições de sustentá-la. A criança é levada na companhia de uma senhora para uma família carioca que tinha dois filhos - o primogênito (Renan) era mais velho que a recém-chegada. A narrativa nos surpreende com a percepção de que vidas inteiras se passam aprisionadas em “dias que se misturavam uns aos outros se tornando todos um dia só” (Saavedra, 2019, p. 141) nos quartos dos fundos mofados da colonialidade:

E a mulher dizia, deve ter escrito, mas nesta época, Natal, as cartas se perdem, é comum, ah, já é Natal?, sim, olhe lá a decoração, e ela viu no final do corredor uma árvore de Natal com presentes em volta, é mesmo, mas não se preocupe, logo, logo, ela escreve pra senhora, e ela achava estranho que a chamasse de senhora, afinal, quantos anos eu tenho, se perguntava, ainda sou jovem, não?, mas por algum motivo ela se sentia tão velha, onde estariam todos, dona Clotilde, seu Alfredo, e de vez em quando dava para pensar em Renan, não no Renan já adulto casado com a moça muito loira e muito bonita e depois no Renan com filhos loiros correndo pela casa, não, pensava no Renan que pedira que passasse uma camisa e depois entrara em seu quarto, por onde andaria ele?, e as saudades da filha o traziam de volta ao seu pensamento, as coisas pareciam tão misturadas (...) (Saavedra, 2022, p.161).

O texto de Tenório (2021) nos traz o encontro de Léa - fisioterapeuta branca de quarenta anos - com Solange - moça negra trazida aos sete anos de idade do interior para trabalhar na casa de uma das clientes idosas da primeira. Dolores é uma senhora branca e idosa que trouxe Solange para seus serviços na cidade de Porto Alegre e a manteve em um quartinho insalubre na sua residência por vinte e sete anos, vivendo de forma análoga à escravidão. Nos primeiros diálogos entre Solange e Léa sabemos de inúmeras violências perpetradas contra a criança, destacando-se a negação de direito ao seu próprio nome, à sua história, educação e à convivência familiar e comunitária. Solange era chamada por vezes de “bichinho”, e outras de Karina - por ser a marca de laquê usado pela patroa, que ao seu bel-prazer, renomeou Solange -, transparecendo a subalternidade com que ela era compreendida dentro daquela família.

De acordo com Lugones (2019), o projeto de transformação civilizatória criado pelos

colonizadores das Américas não continha o objetivo de considerar as pessoas nativas como seres humanos, ao contrário, a produção dessa dicotomia hierárquica foi justificativa de violências brutais com efeitos em diversas esferas que se presentificam de forma ainda intensa no contemporâneo. “A missão civilizatória, incluindo a conversão ao cristianismo, estava presente na concepção ideológica da conquista e da colonização. Julgar os povos colonizados como deficientes do ponto de vista da civilização justificava crueldades sem tamanho” (Lugones, 2019, p. 359).

Nesse contexto, as pessoas nativas, e as que posteriormente foram traficadas para o trabalho escravo, passaram a ser vistas como seres bestiais desprovidos de “gênero, promíscuas, grotescas sexuais e pacaminosas” (Lugones, 2019, p. 359), de forma que o homem branco heterossexual europeu ocupou o lugar da razão e liderança. A mulher branca, europeia e burguesa tinha a atribuição da reprodução - por meio de sua pureza sexual, passividade e domesticidade - da humanidade e capital, sempre a serviço dos interesses dos homens brancos. A população colonizada foi definida então pelos invasores como machos e fêmeas - “machos se tornaram não-humanos-como-não-homens, e fêmeas colonizadas se tornaram não-humanas-como-não-mulheres” (Lugones, 2019, p. 359).

Além da brilhante metáfora que Tenório (2021) faz a partir da complexidade e tempo que precisa um corpo para seu restabelecimento pela fisioterapia embaralhada aos caminhos para o estabelecimento da cidadania de alguém “seriamente machucada”, o autor consegue nos inculcar acerca da impossibilidade de a tarefa - da construção de alternativas para o exercício pleno de uma vida provida de direitos civis - ser desenrolada apenas na esfera individual. À medida que acompanhamos o “resgate” de Solange pela benevolente Léa, que oferece moradia provisória em seu apartamento com ela e o filho de três anos, percebemos o engendramento de um enredo que parece afinado à manutenção colonial que ainda se presentifica nos tempos atuais.

A cidadania está atrelada à promoção de direitos civis, políticos e sociais, ao exercício pleno da vida em democracia em face do funcionamento das leis que regem o país. Tenório (2021) sugere, ao construir a história de Solange, que a caridade e o assistencialismo, que configuram relações marcadas fortemente por hierarquias de poder, definindo tipos de humanidades e sub-humanidades, não resolveram a história de sua personagem e nem vão trazer soluções aos efeitos coloniais contemporâneos.

Na esteira da coabitação, a indignação e solidariedade inicial dão lugar a uma convivência carregada de preconceitos velados, expectativas de Léa acerca de um comportamento agradecido ou devedor da pessoa da qual ela se considera redentora, além do trabalho doméstico não remunerado que acontece de forma naturalizada nos meandros do cotidiano por Solange, reproduzindo de uma forma outra o lugar destinado a cada uma das mulheres da cena.

A dupla parece não funcionar por não haver uma abertura à diferença, mas uma tentativa de tutela, uma hierarquização, como diz Lélia Gonzalez (2020), uma infantilização, uma fala que não é própria. Léa parece esperar de Solange uma submissão que não pode mais ser correspondida.

O fato da nova moradora ter um namorado, e ainda ele ser um homem negro, traz perturbadores pensamentos à anfitriã, que agora teme pela segurança de seu filho. Em outras palavras, Léa ainda não conseguiu conceber Solange como pessoa e sim como alguém subalternizada que precisa da salvação “civilizada” da fisioterapeuta. Léa:

Mas você não tinha me dito que tinha um namorado.
 Não disse, porque eu tive vergonha, dona Léa. A gente se conheceu na casa da dona Dolores, ele era pedreiro lá. O Josias me ajudou a sair.
 Todos entraram, mas no entanto, Léa não conseguiu disfarçar o incômodo. Depois de acomodados, Léa ofereceu um café. Conversaram sobre irem a um advogado nos próximos dias. Pode ficar no meu quarto, Solange. Você vai ficar bem alojada ali. Solange a agradeceu e até sentiu vontade de chorar. Léa disse que é isso, menina, depois de tudo que você passou naquela casa, é o mínimo que posso fazer. Daqui para frente sua vida vai mudar.
 Léa mostrou o apartamento. A noite chegou. A presença de Josias ainda incomodava. Evitava olhar para ele. Não sabia dizer, mas sentia nele algo de ameaçador. As mãos grossas, descascadas. O cheiro de suor, a barba por fazer e um semblante que ela, internamente, caracterizou como de um homem mal-encarado (Tenório, 2021, p. 53-54).

Do quarto maior a princípio oferecido, Solange passou a ocupar o quarto de Arthur, filho de três anos da fisioterapeuta recém-divorciada. Apesar da nítida configuração de trabalho escravo, os advogados consultados sugeriram cautela e a entrada judicial foi sendo protelada. A nova hóspede foi assumindo algumas faxinas, contratadas por pessoas conhecidas de Léa, para ter uma renda. Solange cozinhava e cuidava da casa onde morava com zelo, o que era interpretado pela anfitriã como amizade e agradecimento. Porém, um dia Léa achou por bem que Arthur deveria voltar para o seu quarto e teve a ideia de desocupar um quarto que era usado para despejo de coisas em desuso para oferecer a Solange, acreditando que ela ficaria mais à vontade. A hóspede agradeceu por tudo e anunciou sua volta à casa de Dolores. Léa insistiu que ficasse, mas no fim se sentiu aliviada com sua saída (Tenório, 2021).

Ao chegar ao endereço anterior, a idosa a recebeu anunciando que não foi atrás dela, Karina, seu bichinho, porque sabia que voltaria e a ordenou fazer algumas coisas, pois a filha logo chegaria para castigá-la. Solange então pegou junto aos materiais de limpeza álcool jogando em várias partes da casa e ateou fogo em seguida. O quarto em que vivia anteriormente não a comportava mais.

Um dos pontos de interseção entre as histórias é que ambas trazem meninas muito jovens que coabitam com crianças de idades semelhantes à prole das pessoas que as tiranizam, mostrando a forma cruel como é e subalternizada a diferença, além do ensino intergeracional do mecanismo de “Outremização”⁹ (Morrison, 2019). Igualmente notórios são os furos heterogêneos “não-modernos” (Lugones, 2019) e localizados (Haraway, 1995) engendrados pelas protagonistas diante da tentativa totalizadora colonial, evidenciando que “(...) importa as estórias que contamos para contar estórias” (Haraway, 2023, p. 27).

Entre outras ações que apontam para resistências subjetivas nas narrativas, Solange desenha

⁹ Vamos trabalhar o conceito de outremização (Morrison, 2019) mais à frente.

uma linha de fuga¹⁰ (Rolnik, 2011) ao atear fogo em Dolores e tudo de material que a jogou num mundo que cabia num cubículo sem janela - uma solitária, como metaforiza Eliana Alvez Cruz (2022) em seu romance com o mesmo título. A personagem de Saavedra (2022), por sua vez, resgata a relação com a avó morta (filha da floresta) e saberes ancestrais numa trama que a sustenta em um realismo fantástico, trazendo uma afirmação de vida distinta do hegemônico.

Lugones (2019) destaca que a resistência está ligada à germinação de uma luta política, traduzindo uma possibilidade de ela acontecer. A autora define a resistência como “a tensão entre a subjetivação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa, o senso mínimo de agência necessário para que a relação oprimir →← resistir seja ativa, sem recorrer ao senso máximo de agência da subjetividade moderna” (Lugones, 2019, p. 362). Ou seja, o processo da emancipação política das pessoas colonizadas é decorrente das ações de resistência de vivências que se afirmam inconformadas, tendo como efeito a construção de rachaduras que permitem transbordar a polifonia subjetiva cortinada pela colonialidade, balançando um cenário que se pretendia totalizador.

Diniz e Gebara (2022) trabalham o vocábulo “reparar” em sua conotação imperativa acerca da análise de detalhes despercebidos à primeira vista ou na reconstrução daquilo que precisa de conserto para a possibilidade de um diferente porvir. O reparar feminista está ligado a “fazer voltar no instante o que foi espoliado pelo patriarcado” (Diniz e Gebara, 2022, p. 133). As autoras trazem a demanda por reparar a violência cortinada, naturalizada e convocam a função de “escutadeiras” para as feministas, mostrando que a construção coletiva é peça fundamental no reparar que ilumina vozes “não-modernas”, como nos apresentou Lugones (2019), narrativas próprias que desafiam o absolutismo - próprio do capitalismo e/ou do patriarcado. “A reparação feminista tem início quando uma mulher se afeta pelo sofrimento de outra. É por esse gesto das escutadeiras que entram em circulação dores ininteligíveis ao patriarcado” (Diniz e Gebara, 2022, p. 134).

Audre Lorde (2019 [1977]), ao falar sobre a força fornecida por outras mulheres que a apoiaram em sua recuperação da cirurgia de um câncer de mama, nos alerta para a constatação de que o silenciamento das mulheres, e não as diferenças entre elas, traz efeitos que desembocam na imobilização de ações em direção da luta de equidade de direitos. Lorde (2019) destaca a importância dos ensinamentos a partir de vivências próprias e que falar abertamente não significa falar sem medo. Não há possibilidade de esperar um contexto ideal para falar e nem de nos afastarmos umas das outras por crenças de desavenças que nos foram contadas, mas que não nos pertencem.

Podemos aprender a agir e falar quando temos medo da mesma maneira como aprendemos a falar quando estamos cansadas. Fomos socializadas a respeitar mais o medo do que nossas necessidades de linguagem e significação, e enquanto esperarmos em silêncio pelo luxo supremo do destemor, o peso desse silêncio nos sufocará (Lorde, 2019 [1973], p.

¹⁰ O conceito de linha de fuga também será trabalhado mais adiante.

55).

A professora e militante feminista Silvia Federici (2019) convoca a história da palavra *gossip* para analisar o mecanismo de opressão de gênero amalgamada ao câmbio de significado atribuído à ela ao longo do tempo. O vocábulo, que hoje em dia comumente é traduzido para a língua portuguesa como “fofoca”, na Inglaterra pré-industrial era ligado à compreensão de uma amiga próxima ou conversas que compuseram amizade e solidariedade entre mulheres.

A autora destaca que na Idade Média a maioria dos afazeres femininos se dava de forma coletiva e “ao menos nas classes baixas, as mulheres formavam uma comunidade coesa que era causa de uma força sem-par na era moderna” (Federici, 2019, p. 75).

Com o tempo, entretanto, o termo passou a ser usado em sentido mais amplo. Na Inglaterra, no início da era moderna, “*gossip*” se referia às companhias no momento do parto, não se limitando à parteira. Também se tornou um termo para amigas mulheres, sem conotação necessariamente depreciativa. Em todo caso, a palavra tinha fortes conotações emocionais. Reconhecemos isso quando observamos a palavra em ação, denotando os laços a unir as mulheres na sociedade inglesa pré-moderna (Federici, 2019, p. 76).

Federici conta que no século XIV da Itália as mulheres tinham a possibilidade de ir à corte denunciar um homem por agressão ou moléstia contra elas. Entretanto, no século XVI, o lugar das mulheres na sociedade começa a balançar dando início à uma “guerra contra as mulheres” (Federici, 2019, p. 80) materializada em um percentual enorme de acusações de bruxaria e de agressões de esposas ditas “dominadoras e rabugentas”. O termo *gossip* começa a ser relacionado a diálogos de intriga provindos do público feminino. “Com a consolidação da família e da autoridade masculina em seu interior, representando o poder do Estado com respeito a esposas e crianças, e com a perda do acesso a antigos meios de subsistência, tanto o poder das mulheres como as amizades femininas foram enfraquecidas” (Federici, 2019, p. 80-81).

No século XVII o vocábulo *gossip* ainda era usado para denotar conexões femininas propiciando enfrentamento da autoridade dos homens. Porém, no desenrolar do tempo, a face negativa atribuída à palavra se fortaleceu concomitantemente à ascensão do patriarcado que desembocou no enfraquecimento das amizades femininas. Esses fatos, juntamente com os processos de cercamentos, tiveram como efeito o que a autora, inspirada em Marianne Hester, vai chamar de “feminização da pobreza”. A obediência passou a ser a primeira obrigação das mulheres casadas ditada pela Igreja, direito e opinião pública (Federici, 2019).

Em 1547, na Inglaterra, foi publicado um decreto que proibia as mulheres de se juntarem para conversar, assim como impunha aos maridos a manutenção de suas esposas em suas casas. “As amizades femininas foram um dos alvos da caça às bruxas, na medida em que, no desenrolar dos julgamentos, as mulheres acusadas foram forçadas, sob tortura, a denunciar umas às outras, amigas entregando amigas, filhas entregando mães” (Federici, 2019, p. 83). De uma atribuição afetiva e potente feminina, a palavra *gossip* ganhou contornos depreciativos e vexatórios visando

a ridicularização das relações entre mulheres.

Diniz e Gebara (2022) ao abordarem o ato de falar afirmam que na lógica feminista esse verbo é conjugado no plural. “É uma fala sempre no plural, mesmo quando pronunciada por uma só voz. Há uma profusão de falas perturbadoras ao patriarcado e suas tramas. Nós falamos de diferentes lugares de aparição e dialetos. O lugar de fala é o da sobrevivência do corpo, por isso falar é testemunhar” (Diniz e Gebara, 2022, p.245).

Para as autoras falar é resistir, tendo o feminismo papel fundamental para abrir brechas para emersão das diferenças tão ditas pela voz da conveniência patriarcal que varreram a legitimidade dos conhecimentos das mulheres para baixo do tapete da história, fazendo vir à tona apenas sua escravização, utilidade, sofrimento e serviços. As falas brancas deixaram as riquezas das línguas por elas subalternizadas abafadas. “Sim, falas brancas. Falar tem cor, tem sexo, tem classe social. Falar faz aparecer e desaparecer quem queremos que se destaque ou não” (Diniz e Gebara, 2022, p.255).

Os feminismos, atrelados à decolonialidade, anunciam o coletivo enquanto condição fundamental de enunciação de suas reivindicações nos fortalecendo como pares e trazendo à baila a objetificação das mulheres que nos coloca em vitrines para o dispor e consumo masculino capital ao nos individualizar e despolitizar questões ligadas à violência de gênero contra as mulheres e iniquidade de direitos.

Maria Lugones (2019), citada anteriormente, explicou que chama de colonialidade a negação, pela modernidade, do não-moderno, das diferenças que resistem aos processos de subjetivação dominantes.

O projeto de transformação civilizatória justificou a colonização da memória, e, junto dela, a do entendimento das pessoas sobre si mesmas, sobre suas relações intersubjetivas, suas relações com o mundo espiritual, com a terra, com a matéria da sua concepção sobre a realidade, a identidade, e a organização social, ecológica e cosmológica. À medida que o cristianismo se tornou o instrumento mais poderoso dessa transformação, a normatividade que conectava os gêneros e a civilização passou a funcionar como uma forma de apagamentos dos laços comunitários, das práticas ecológicas, do conhecimento sobre agricultura, produção de utensílios, sobre o cosmos, e não apenas pela transformação e pelo controle pelas práticas sexuais e reprodutivas (Lugones, 2019, p. 361).

Sendo assim, os feminismos decoloniais são trazido pela autora (Lugones, 2019) como fazeres coletivos que têm como meta superar a colonialidade dos gêneros, estando a primeira tarefa em reparar, no sentido imperativo trazido por Diniz e Gebara (2022), na diferença colonial que resiste aos protocolos de apagamentos e naturalização cotidianos, como a crença na categoria “mulher” como padrão universal, abrindo espaço para vivências múltiplas de ser mulher.

Ao desenvolver o conceito de “Outremização”, Toni Morrison (2019 [2016]) ressalta que muitas descrições textuais sobre raça se colocam de forma “pseudocientificamente provadas” e nitidamente forjadas em prol da manutenção da dominação. A autora cita tratados eugênicos de

um médico e senhor de escravos do sul dos Estados Unidos, Samuel Cartwright. O eugenista criou enfermidades atribuídas à genética de pessoas negras que teriam sua saúde e desenvolvimento beneficiados pelo trabalho escravo e contato com os costumes brancos, evidenciando as artimanhas daquela ciência para documentar a demanda de controle do Outro.

Morrison (2019 [2016]) destaca que não somente a construção de argumentos acadêmicos e uso de violência física foram ações que compuseram uma atmosfera social onde fosse possível a existência da escravidão. A romantização também foi um ingrediente fundamental para tal finalidade e, a partir desse ponto, compreendemos que a literatura pode funcionar como instrumento que contribui para endossar, ou estranhar, a manutenção do *status quo*.

Um dos objetivos do racismo científico é identificar um forasteiro de modo a definir a si mesmo. Outra possibilidade é a manutenção (ou mesmo o gozo) da própria diferença categorizada do Outremizado. A literatura é especialmente e evidentemente reveladora ao expor/refletir sobre a definição de si, quer condene ou apoie o modo pela qual ela é adquirida. Como uma pessoa se torna racista, ou sexista? Já que ninguém nasce racista, e tampouco existe qualquer predisposição fetal ao sexismo, aprende-se a Outremização não por meio do discurso ou da instrução, mas pelo exemplo. Uma das maneiras de que as nações dispunham para tornar palatável o caráter degradante da escravidão era força bruta; outra era a romantização (MORRISON, 2019, p. 27).

O pensamento de Toni Morrison, primeira mulher afro-americana a receber o Nobel de literatura em 1993 e autora de diversas obras aclamadas, parece trazer interseções com o trabalho das autoras da TEKO HAN MARAKA'NÀ, Universidade Indígena Aldeia Maraka'nà, quando expõe as chagas da colonização sobre os corpos Outremizados e a urgência da construção de ferramentas de resistência para decolonização da vida.

A TEKO HAN MARAKA'NÀ, Universidade Indígena Aldeia Maraka'nà, conta suas histórias e suas ações em um livro de autoria coletiva, “Em nossas artérias nossas raízes”. Julia Xavante e Lucas Mundukuru (2023) relatam sobre o que chamam de “colonialismo interno”:

Quando o indígena internaliza e se ‘colonializa’. Percebo isso porque nos livros acadêmicos, nos livros escolares, nas propagandas de diversos produtos, nas revistas, nos jornais, o indígena não aparece. Só que ele vivencia esse não aparecer. Ele também queria ser um modelo, queria ser um cantor, só que ser visto como ele é: indígena. E como isso não acontece, essa pessoa quer se transformar em outro, mas essa possibilidade não existe. Porque mesmo que você fique louro e coloque os olhos azuis, você vai continuar sendo você mesmo.

A gente não quer, por exemplo, que a Pirazuma (criança da Aldeia) viva isso no futuro, porque o indígena ainda sofre; como é que a gente faz para que ela queira ser Pirazuma? (Mundukuru e Xavante,, 2023, p. 113).

Potyra Guajajara e Mayara de Sá Pinto (2023) nos convidam a descolonizar o olhar ressaltando que uma visão estereotipada do povo indígena ainda habita o imaginário popular. As autoras afirmam que tal construção ressoa como efeito de diversas frentes culturais aliançadas ao discurso do colonizador, do não indígena, desrespeitando e silenciando a diversidade dos povos originários e a afirmação desses saberes tão caros à formação sócio histórica de cada pessoa brasileira.

Ademais, as autoras destacam que pessoas indígenas, além dos efeitos dos contatos com a civilização branca, que trouxeram novas práticas e costumes - como os tipos de vestimentas, por exemplo - não pararam no tempo e, como toda população mundial, não se apresentam mais da mesma forma do que à época da invasão européia nas terras em que habitamos hoje. A palavra cultura aqui é compreendida como contato, trocas sociais. “Na pergunta ‘você é índio de verdade?’ está imbuída mais uma vez uma ideia estereotipada de índio. Mas o indígena é indígena onde estiver” (Guajajara e Sá Pinto, 2023, p. 115).

Fernando Tupinambá (2023) anuncia uma cartografia tupi que, além do caráter fundamental da luta pela demarcação de terras na esfera geográfica, tem uma de suas dimensões atrelada ao que é nomeado como Cartografia Étékohaw. O conceito abarca o cotidiano, a relação do corpo com os saberes ancestrais e com o território/natureza. O autor explica que são desenvolvidas práticas de autonomia, “reexistência¹¹” e autodefesa territorializada. Essas ações são compostas de fazeres e saberes que vão da construção de um poço artesiano, para uso da água pela comunidade, ao uso do solo, passando pela criação de mapas de correlação de forças, de ameaças, solidariedade, interesse, e estratégias de autodefesa.

É uma cartografia que a comunidade fala sobre si mesma, não mais somente no sentido de sua diferenciação em relação à ordem dominante, tradicionalmente e dinâmica intercultural, mas também em relação a si mesma, coletiva e individualmente, na dimensão da relação corpo/território, que reflete sobre a importância fundamental do território como lugar específico, adjetivado (Freire), de ser indígena, seu Teko haw. Que fala da importância estratégica, como lugar de reexistência indígena, das retomadas, dos territórios indígenas em contexto de resistência à urbanização como assimilação, de resistência ao apagamento. Em que as pessoas podem exercer sua ancestralidade indígena, acessar a(s) língua(s), os rituais, as culturas, os ensinamentos, valores, dos povos da terra, seu modo de ser e de pensar, de viver, seu Teko haw (Tupinambá, 2023, p. 128).

Para Rolnik (2011) quem faz cartografia, antes de tudo, faz antropofagia, pois precisa estar em imersão nas intensidades que lhes são contemporâneas e devorar as que elegeram como elementos necessários para dar passagem a novos mundos. A cartógrafa convoca o corpo vibrátil de quem a acompanha na sua escrita pela busca por processos de produção de desejo e a partir de cenas inspiradas no caminho das linhas na formação de contextos psicossociais.

A autora explica que a definição de cartografia, provinda da geografia, se diferencia da de mapa. Os mapas deflagram um todo estático, com demarcações bem delimitadas e fixas. As cartografias são desenhos movediços, mapas animados, feitos à medida que as paisagens se transformam, como um caleidoscópio que desfaz e faz outra imagem, ao mesmo tempo, ao mínimo gesto das mãos de quem o segura e observa. Rolnik (2011) aponta ainda que paisagens psicossociais são passíveis de cartografia e que, no presente contexto, “acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos - sua perda de sentido - e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os

¹¹ No texto - nos muros da TEKÓ HAN MARAKA'NÀ - reexistência, quando adjetivado pela palavra “indígena”, é escrito com “x”, no lugar do “s”.

universos vigentes tornam-se obsoletos” (Rolnik, 2011, p. 23).

A tarefa da cartógrafa, no âmbito das paisagens psicossociais, é encontrar meios de abrir espaço para os afetos que demandam caminhos de afirmação. Para tanto, ela precisa estar imersa nas intensidades que a rodeiam, que lhe são contemporâneas, sendo possível devorar as que tragam material para compor as cartografias que possam se fazer necessárias para eclosão das diferenças. A antropofagia aqui se apresenta como requisito fundamental e requer uma predisposição fronteira de estar no mundo (Rolnik, 2011).

É que a antropofagia em si mesma é apenas uma forma de subjetivação, em tudo distinta da política identitária. Ela se caracteriza pela ausência de identificação absoluta e estável com qualquer repertório, a abertura para incorporar novos universos, a liberdade de hibridação, a flexibilidade de experimentação e de improvisação para criar novos territórios e suas respectivas cartografias (Rolnik, 2011, p. 19).

Ao atuar no acompanhamento das linhas que compõem e decompõem territórios subjetivos - criação de realidades em um determinado contexto histórico - o trabalho com a cartografia se faz imediatamente político, pois analisa as formações sociais a partir das relações de poder que delinearam as políticas públicas - naquele tempo-espaço - voltadas para mulheres, e busca por caminhos para entremeios-canteiros possíveis para semeadura de germens outros: “É sob a condição de ter uma clara consciência de tais mecanismos de poder que se pode esperar fazê-los funcionar no sentido contrário ao da ordem estabelecida” (Guattari, 1986, p. 42).

Rolnik (2011) monta cenas da vida de mulheres em tempos diversos - as aspirantes-a-noivinhas - para que, a partir da paisagem vista a “olho nu”, seja possível captar movimentos invisíveis de criação de mundos, em decorrência da ativação do que a autora nomeia de olho/corpo vibrátil - “formas culturais e existenciais engendradas em uma relação viva com o outro e que desestabilizam a cartografia vigente” (Rolnik, 2011, p. 16).

Ainda no primeiro movimento do desejo, descrito pela autora, é detectado pelo olho-do-invisível que as intensidades - efeito do encontro - ao mesmo tempo que surgem, traçam um segundo deslocamento. As intensidades ensaiam expressões buscando formar máscaras para se apresentarem, sua manifestação precisa ganhar matéria de afirmação. O corpo vibrátil aqui assimila a máscara provinda do movimento de simulação. “Afetos só ganham espessura de real quando se efetuem” (Rolnik, 2011, p. 31).

No enredo de Rolnik (2011) entende-se que as intensidades, desprovidas de forma e substância, precisam de materialização para sua “afetuação”, produzindo máscaras. Sendo assim, as máscaras, face que também habita e opera no mundo do visível, são arranjos dinâmicos que se mantêm inteligíveis ou se tornam obsoletos pela alimentação ou não de intensidades afinadas com seu sentido.

Vimos que, enquanto a máscara funciona como condutor de afeto (a noivinha-que-vinga), ela ganha espessura de real, ela é viva, e, por isso, tem credibilidade: é “verdadeira”. E, à medida que deixa de ser esse condutor - ou seja, a medida que os afetos gerados no encontro, ao tentarem efetuar-se nessa máscara, não conseguem fazer sentido (a-noivinha-

que-gora) -, ela, simplesmente torna-se irreal, sem sentido, e, por isso perde sua credibilidade, torna-se “falsa”. É verdade que, a olho nu, é só ela que aparece (Rolnik, 2011, p. 35).

O conceito de máscara consegue trazer à tona o fato de que os processos de subjetivação - e as cartografias a serem desenhadas - funcionam em uma lógica processual e dinâmica, pois em sua produção autopoietica não há nada a ser revelado, não há face encoberta, cabendo à prática cartográfica se debruçar sobre as formas de passagem e fluxo dos afetos (Rolnik, 2011; Barros, 2007).

Rolnik (2011) destaca ainda que é no “artifício, e só nele, que as intensidades ganham e perdem sentido, produzindo-se mundos e desmanchando-se outros, tudo ao mesmo tempo” (Rolnik, 2011, p. 36). Os desfechos vingar/gorar são associados aos movimentos de territorialização - intensidades encontrando contorno e constituindo paisagens subjetivas/mundos - e aos de desterritorialização - terrenos que não encontram mais solo germinativo para passagem dos afetos, máscaras que se tornam obsoletas/decomposição de mundos. Sendo assim, o movimento de simulação se constitui de “intensidade-e-língua, necessariamente e ao mesmo tempo, ou seja, no artifício encontramos, absolutamente indissociáveis, os afetos e as suas línguas, formando *constelações singulares*” (Rolnik, 2011, p. 37).

Ora, o desejo então seria, exatamente, essa produção de artifício. E o movimento do desejo - ao mesmo tempo e indissociavelmente energético (produção de intensidades) e semiótico (produção de sentidos) - surge dos agenciamentos que fazem os corpos, em sua qualidade de vibráteis: *o desejo só funciona em agenciamento* (Rolnik, 2011, p. 37).

1.2 Carola, Lélia, Gloria, Annie, Suely¹², venham cá: o que dizer quando o chão da SM está sob nossos pés

A partir das roupas vibráteis de Rolnik (2011) - que nos viabilizam compreender o mundo como mutante e coletivo por excelência - buscamos analisar as cenas construídas e vivências laborais trabalhadas na tese. Traçar uma cartografia se afiniza com estar atenta e imersa nos terrenos movediços que se montam e desmontam no desenrolar cotidiano. Em relação ao nosso campo de investigação, o interesse está voltado em ativar a sensibilidade para captar as linhas que estão em disputa para afirmação na arena de intensidades que ganham contorno a partir das máscaras atreladas às propostas de políticas públicas para mulheres, assim como ativar a lupa no invisível para encontrar as intensidades que escapam, buscando por novos sentidos a serem materializados.

A pesquisa parte da experiência profissional - psicóloga e pesquisadora - vivida dentro da chamada Secretaria da Mulher (SM), anunciada como equipamento destinado ao fomento de políticas públicas objetivadas à garantia de direitos das municipais. Pela finalidade que se anuncia

à primeira vista, o setor poderia ser interpretado como uma ilha de potência democrática, mesmo nascido em meio a um mar de gestões conservadoras e misóginas. Minhas interpretações e suas armadilhas... Vamos nos referir assim - “SM” - ao espaço físico onde fui lotada como psicóloga e coordenadora de políticas públicas para as mulheres em um município do interior do Estado do Rio de Janeiro.

A escolha que fizemos acerca de não tornar público o território do qual falamos aqui demanda ser colocada em análise. De qual cidade falam? Quem são as funcionárias? Quem é a secretária em questão? E a advogada-parceira? As pessoas importam, sempre, em suas singularidades. No entanto, para a pesquisa, estamos debruçadas sobre modos de operar de diferentes atores e atrizes, dispositivos de controle, outros tantos criados para marcar hierarquias, disputas de poder, e por isso, por olhar os modos de funcionamento, ainda que consideremos características do local e das pessoas, não importa particularizar. É preciso considerar que se trata de um município que não é capital, olhar a configuração político-partidária que marca o momento, a região do país, gênero e cor da pele das pessoas envolvidas, porque são elementos fundamentais para a análise. Mas dizer quem falou, nomear as pessoas não nos colocaria em contato com singularidades, e poderia gerar medo de perseguição, tensões, se constituir como riscos, ou no mínimo incômodos, sem grandes ganhos para a pesquisa. Nomear, muitas vezes, é produzir reconhecimento, é aumentar o volume das vozes esquecidas, silenciadas, desqualificadas. Aqui, não nos pareceu. O poder e o potencial dessas vozes está em questão e é sobre elas que vamos falar. Das vozes de quem constitui os serviços e não são ouvidas, das vozes das usuárias dos serviços que têm dificuldade de acessá-lo ou ele não contempla suas demandas.

Mais do que a SM e os jogos de poder que a constituíram, nos apetece trazer à tona não apenas os empecilhos coloniais que impediram o acesso de muitas à nossa repartição, mas também as trajetórias “incendiárias” inspiradoras decorrentes das lutas por direitos das mulheres e afirmação de modos de vida outros de nossas Solanges, Carolinas, Mauras, Clélias, Nephilas, Offreds, estragas-prazeres¹², entre outras. Subjetividades essas que cruzamos em nossa tarefa ética-estética-política de leitoras, escutadeiras e escritoras. Nesses encontros, na medida em que éramos construídas outras, construíamos mundos mais arejados numa amálgama “moebicamente” ritmada por feminismos insurgidos em meio aos cascalhos.

Assim, mesmo partindo de análises localizadas no cotidiano de um fazer psi, não vislumbramos como necessário, ou até mesmo potente, informar com precisão o lugar físico ou a identidade das pessoas envolvidas no cenário organizacional que será descrito e analisado. Dito de outro modo, para nós essa “revelação” poderia carregar consigo um certo esvaziamento político acerca do estudo das tramas que maquinam o palco das políticas públicas para mulheres, além de

¹² Os nomes aqui se misturam aos dos romances, com os nomes fictícios que criamos para denominar as usuárias da SM e também para nos denominar ao longo do texto. Nenhum nome é “real”, todos são compostos inventados para contar histórias de vida, de literatura e de devir.

não haver uma intenção de denúncia que se esgote nela mesma.

Lourau (1993) nos ajuda a pensar quando destaca a necessidade de darmos atenção ao processo de pesquisa para não cairmos em uma lógica denunciata recriminatória, trazendo o verbo “enunciar” como forma potente para exposição de pontos geradores de análise “deve-se ‘enunciar’ coisas, e não denunciar outrem” (Lourau, 1993, p. 52).

Longe da intenção de desconsiderar o que se argumenta nos debates científicos e linhas jurídicas acerca do direitos da proteção de dados¹³ de participantes em pesquisas com seres humanos e sua preocupação em acarretar efeitos à preservação da integridade das pessoas envolvidas em estudos acadêmicos, o que fomenta nossa escolha não se aproxima apenas desse ponto, mas, sobretudo, vai ao encontro do cuidado em evitar um possível efeito individualizante - como se as questões que abordaremos pertencesse exclusivamente àquela localidade, como se as funcionárias e gestoras envolvidas fossem individualmente “culpadas” pelos efeitos de suas ações, se contrapondo ao caráter coletivo e histórico em que pousam as investigações da Psicologia Social - das linhas que constituem o cenário das políticas públicas para as mulheres investido, naquele recorte histórico-temporal, pelas orientações fascistas e misóginas do então MMFDH.

Apesar do desconforto que certamente nos atingiria ao nomear CEPs e CPFs¹⁴ - principalmente por eu ainda estar ligada profissionalmente àquele município - desidentificar aqui extrapola a intenção de proteger as usuárias do serviço, funcionárias, a gestão, a nós mesmas ou demais pessoas envolvidas. O receio de um efeito despolitizado de nossas análises está ligado ao rastreamento do funcionamento moebiano macro e micropolíticos que envolveram as montagens e desmontagens dos cenários institucionais em que estávamos envolvidas na SM. Compreendendo essa amálgama subjetivo-social enquanto matéria-prima da pesquisa-intervenção-cartográfica, nos servimos de Guattari (1986) que, ao tecer críticas aos “psicólogos sistêmicos ou da família” - que apoiaram suas teorias nas “especificidades dos níveis” como forma de justificar a separabilidade de questões a serem atribuídas aos especialistas da esfera familiar e outras aos profissionais da “grande política”, sociedade global -, nos mostra o quanto as dimensões macro e micro funcionam de forma complementar, determinando a constituição capilarizada e cotidiana de territórios subjetivos.

Os desejos mais singulares, os sintomas mais íntimos estão em conexão direta com as questões sociais mais amplas. Através do pai, da mãe, do professor primário, do moço que fala na televisão, é a sociedade inteira que se exprime. Inversamente, todos os grandes problemas econômicos, sociais e políticos que parecem passar a mil quilômetros da cabeça das pessoas, colocam em jogo questões de modo de vida, de relação com o trabalho, com o corpo, com o sexo, com o ambiente, que lhe são absolutamente essenciais. (...) As relações de produção, as relações sociais, as relações domésticas, conjugais etc..., estão cada vez mais interligadas. E não se pode pretender analisar umas sem engajar outras

¹³ Vide parágrafo IV, artigo 2º, cap 1; parágrafo VII, do artigo 3º, capítulo 2 da resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

¹⁴ O CEP se refere à sigla dos Correios que indica o endereço: Código de Endereçamento Postal; o CPF é um documento pessoal e a sigla está ligada à identidade individual das pessoas no Brasil: Cadastro de Pessoa Física.

(Guattari, 1986, p. 41).

Ao contrário dos que nos é comumente vendido em campanhas eleitorais acerca da competência de um gestor individual para promover melhorias em diversas áreas públicas com o objetivo de “salvação” da população, e a SM parecia servir de vitrine para a então secretária da pasta e hoje principal candidata a assumir a prefeitura daquele município, entendemos que o funcionamento da gestão de políticas públicas - elaboração, seleção, normalização de quais serão efetivadas -, incluindo as destinadas às mulheres, acontecem em uma trama de interesses e forças que se materializam a partir de ações do cotidiano, entremeadas, fortalecidas ou dificultadas, por comandos macropolíticos.

Não parece haver um domínio ou uma obediência linear às esferas estaduais e federais, mas a presença de afinidades e/ou distanciamentos entre essas camadas que conduzem o caminho da governança da ponta, nos estabelecimentos públicos onde a população transita e busca por atendimento em suas diversas demandas de vida. Foucault (1995) explica que o poder acontece em exercício cotidiano e não como algo que se detém. Assim, uma relação de poder não é caracterizada como uma ação que se faz de maneira imediata e direta sobre os outros, mas sim como uma ação que opera sobre outra ação.

Ele é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem e são suscetíveis a agir. Uma ação sobre ações. (Foucault, 1995, p.243).

Em poucas palavras, nosso interesse se traduz em acompanhar os meandros de constituição dos bastidores do fazer das políticas para as mulheres no contemporâneo, percorrer como as questões são enunciadas nas tramas institucionais e não restringir à denúncia do trabalho de um setor específico. Sendo assim, buscamos ampliar o estudo ao apontar para o caráter político da problemática, perscrutando possíveis interlocuções com outras pontas dispostas ao fomento de resistências feministas. Nas linhas da esquizoanálise, e com o conceito de desejo cambiante e coletivo, nos servimos dos estudos de Barros (2007) que reitera que a formação dos territórios acontece por agenciamentos coletivos, incluindo as pessoas - entendidas frequentemente como indivíduos.

O sujeito é ele próprio um agenciamento de enunciação, isto é, ele se constitui em um plano de consistência por agenciamentos, ele só existe em face de certas engrenagens de determinados agenciamentos. Este agenciamento de enunciação é desde sempre coletivo, pois se dá num campo de fluxos heterogêneos e múltiplos que se cruzam incessantemente, possibilitando infinitas montagens. É por isso que falamos em agenciamentos coletivos de enunciação. Sujeitos e objetos aqui são índices de agenciamentos, funções que proliferam sobre o plano (Barros, 2007, p. 213).

A SM, à segunda vista, no desenrolar dos meses, se colocou como uma ação pouco afinada

com as diferenças. A presença de forças conservadoras pesadamente se incorporaram tanto em comandos hierárquicos - eram ditas prioridades para o trabalho na SM pela gestão da pasta às profissionais -, quando códigos de condutas que, informalmente, foram impostos em busca de uma postura de mulher afinada com “o serviço público daquela prefeitura”. É desse cotidiano que vamos extrair as cenas que serão analisadas na segunda entrada.

A pesquisa-intervenção se desenrola em uma lógica processual e não funcionalista. Não há uma preocupação com supostas verdade, não há o que ser revelado, mas um debruçar-se sobre movimentos e fluxos a serem cartografados. Contudo, é importante destacar que todas as pessoas que compõem o campo habitado estão implicadas em sua montagem, ou seja, de suas ações ou não ações serão emanados efeitos no fomento da cartografia daquele cenário. A análise de implicação, trabalho ético muitas vezes não realizado, é um instrumento que traz à baila tais repercussões, proposta que desmonta a pretensão de neutralidade em pesquisas científicas, tornando nítido o caráter ético-estético-político do fazer cartográfico (Barros, 2007).

A análise de implicação contribui também no processo de abrir mão do lugar de especialista, uma vez que naturalizar pode ser entendido por tomar o que é apresentado como verdade absoluta sem qualquer forma de problematização. Neste sentido, a proposta que surgia ali era desconstruir essas ideias, perturbar os entendimentos tão cristalizados que podem compor as práticas (Barros, 2007). Contudo, habitar um espaço que se propunha, quase que declaradamente, formador ou reforçador de subjetividades femininas conservadoras parecia tão perverso e intenso que foi sentido como um acontecimento.

O conceito de acontecimento é trabalhado por Deleuze como algo que funciona em uma realidade muito diferente, descontínua “onde não temos mais de cuidar do que ocorre de um ponto a outro, de um instante a outro, porque ela transborda toda função possível” (Deleuze, 2010, p.187) e afirma que a arte e a filosofia têm meios mais interessantes de acessá-lo do que a ciência.

Do rasgo, característico dos acontecimentos, emergiu a urgência por estratégias de resistência que achassem uma frequência de potência. Nos corredores do estabelecimento de trabalho, a sede por encontros e alianças parecia ser respondida pela repetição de um eco ensurdecedor. Resistir foi vivido como manter-se de pé. Era fácil perder o fio da sensatez profissional diante dos ares hegemônicos vigentes e das negativas para quase todos os projetos que foram propostos como ações da pasta. Experimentar outras dimensões da leitura, buscar por outros possíveis pela escrita - sobretudo em um momento de isolamento físico em que os encontros e eventos coletivos estavam barrados pela preservação das vidas - se fez oxigênio em meio às máscaras pandêmicas.

Sendo assim, reforçamos que nosso objetivo metodológico é percorrer o desejo que pode se encontrar represado/gorado, assim como aquele que exerce sua forma, o que vinga. Além de analisar como esses processos de subjetivação se dão na superfície dos encontros, almejamos a construção de estratégias para politização da vivência do campo de pesquisa por meio dessa tese,

com uma perspectiva baseada na compreensão do que seria uma “autoria” oferecida também por Suely Rolnik: “...entendamos por “auto”, aqui, não a individualidade de uma existência, a do autor, mas a singularidade do modo como atravessam seu corpo as forças de um determinado contexto histórico” (Rolnik, 2011, p. 22).

Annie Ernaux (2023) declara preferir falar sobre seu trabalho como “escrita”, “escrever” ou “fazer livros” por denotar algo processual e não findado como o tom que traz a palavra “obra”, por exemplo. A autora fala sobre perigos e limites de seu exercício literário, predominado pelo uso da primeira pessoa do singular:

Esses perigos e limites são, enfim, mais ou menos os mesmos de qualquer discurso retrospectivo sobre si próprio. Querer esclarecer, pôr ordem naquilo que estava obscuro, sem forma, no momento em que eu escrevia, é me condenar a não expor as derrapagens e retomadas de pensamento, de desejos, que resultaram em um texto, a negligenciar a ação da vida, do presente, na elaboração desse texto (Ernaux, 2023, p. 31-32)

Em maio de 1980, Gloria Anzaldúa redigiu uma carta destinada às escritoras do terceiro mundo. No texto questiona sobre as razões que a levam a escrever e constata que não haveria outra via de respiro subjetivo. Escrever pode significar criar um mundo que compensa o que o mundo real não oferece, além de servir de uma espécie de localizador de sanidade, coerência de nossas ações e lutas que são abafadas pelo que dizem sobre nós. A solidariedade às “companheiras no escrever” estão presentes do início ao fim do manuscrito.

Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever (Anzaldúa, 2000 [1980], p.232).

Anzaldúa cria cenas sobre nosso cotidiano atarefado e isento de “um quarto todo seu”. A feminista fala no plural, deflagra que sua autoria é coletiva e que percebe a escrita também como caminho de acesso ao que nos foi tomado. “O ato de escrever é um ato de criar alma, é alquimia.” (Anzaldúa, 2000 [1980], p. 232). A autora faz da escrita morada, fronteira porosa entre o que é possível reconstruir sobre nós mesmas e o que ainda não se faz inteligível por falta de espaço em um mundo “branco correto”.

Ao analisar a escrita como operante fundamental de resistência feminista, Anzaldúa nos oferece interseções com o conceito de análise de implicação (Barros, 2007), provindo da Cartografia. Escrever para pensar meu lugar na SM, as desqualificações sofridas, minhas intervenções e os efeitos foi salutar para desnaturalização frequente do conservadorismo que se pretendia absoluto, engolidor.

Além de fundamental para construção de uma conduta ética, novamente evocamos o

conceito de análise de implicação para mostrar que ela foi ferramenta ímpar para resistência diante da maré oposta. O funcionamento desse instrumento metodológico, que parte da compreensão de instituição em seu caráter móvel, contribui no processo de abrir mão do lugar de especialista, uma vez que naturalizar pode ser entendido por tomar o que é apresentado como verdade absoluta sem qualquer forma de problematização. Sendo assim, a proposta está em desconstruir essas ideias, perturbar os entendimentos tão cristalizados que podem compor as práticas, o que se apoia bem no que diz Regina Benevides de Barros: “Desnaturalizar, tarefa a que nos propomos a fazer com relação ao objeto-grupo, é tentar ver historicamente como se produziram determinados efeitos de verdade nos discursos e nas práticas, efeitos estes que não são, em si, nem verdadeiros, nem falsos” (Barros, 2007, p. 42).

A partir da lógica apresentada, problematizar o cotidiano de nossas práticas, tomando a análise de implicação como um dos motores da análise institucional nos aponta que a manutenção ou não de regras, acordos, rotinas de um certo tipo de prática ou funcionamento estão em negociação, em movimento e devem ser analisadas a partir dos lugares que cada um/a de nós ocupa e de onde se desloca no seu cotidiano. Isto porque, aqui, a concepção de instituição é pautada na historicização do conceito que é definido como “certas formas de relações sociais, tomadas como gerais, que se instrumentalizam nas organizações e nas técnicas, sendo nelas produzidas, reproduzidas, transformadas e/ou subvertidas” (Rodrigues; Souza, 1991, p. 32).

Ao retomar Suely Rolnik (2011) lembramos que trabalhar com a cartografia significa servir-se de fontes variadas, sem restrição às escritas e teóricas, para compor novas cartografias. A atuação, nessa perspectiva metodológica, requer um tipo de sensibilidade que permita à pessoa que pesquisa se colocar na “adjacência das mutações das cartografias, posição que lhe permite acolher o caráter finito ilimitado do processo de produção de realidade, que é o desejo” (p. 67) Para tanto, a autora descreve equipamentos básicos, entre eles um diário de bordo que se faz fundamental para registrar o que vem sendo descortinado na experiência, sendo o que permite à pesquisadora permanecer na viagem.

O diário de campo e a sensibilidade, acrescidas na bolsa para viagem cartográfica de Rolnik, também estão na nossa, visto que são requisitos elementares para a análise de implicação. Partindo do ponto de que a pesquisa-intervenção nos traz, que todas as pessoas envolvidas em qualquer prática implicadas estão, pois compõem os territórios existenciais com suas ações e não ações, na pesquisa e no exercício da psicologia, a análise de implicação se faz indispensável para uma prática ética funcionando como ferramenta que nos permite analisar acerca de nossas implicações, ou seja, pensar como estamos contribuindo para fomentar certo cenário subjetivo ou não.

O trabalho que acompanhou a equipe do PBF aconteceu de maio a dezembro de 2021, meu último mês na SM. Nesse período concluímos cem questionários com mulheres de localidades diversas. Conforme dito anteriormente, da tarefa de buscar pistas acerca das demandas municipais

emergiram encontros-entrevistas, que serão convocados mais a frente na escrita desta tese.

Nossa pretensão ao trabalhar com os encontros-entrevistas está na tentativa de contribuir para uma descolonização acerca da compreensão dos elementos que atravessam as vidas dessas mulheres periféricas, principal público da política, a partir do acompanhamento das linhas que constroem suas histórias, e pelos efeitos de suas vozes em nós, abrindo espaço para o que nos foi confiado pelas usuárias, manejar com cuidado as narrativas, compor com elas literatura.

Segundo Sousa (2012), o ato de entrevistar demanda tempo e estar aberto ao inédito que vem da pessoa entrevistada, o que pode configurar um grande desafio, visto que podemos cair no risco de perguntar as mesmas coisas que perguntamos e ouvir as mesmas coisas que sempre ouvimos. Entrevistar é inventar. “O que é fundamental é recuperar a potência da questão de ousar adentrar os espaços estrangeiros que nos constituem e que permitem uma posição de invenção, de criação no movimento do entrevistar” (p. 87).

Ao apresentar “Insubmissas Lágrimas de Mulheres”, Conceição Evaristo nos presenteia com uma estética única de escrita, a que ela deu o nome de “Escrevivência”. O conceito/ato parte do registro promovido pelo encontro dela com as histórias inéditas narradas pelas mulheres por ela ouvidas.

Portanto estas histórias não são totalmente minhas, mas quase sempre me pertencem, na medida em que, às vezes, se (con)fundem com as minhas. Invento? Sim invento, sem o menor pudor. Então as histórias não são inventadas? Mesmo as reais quando contadas. Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E quando se escreve o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência. (Evaristo, 2020, p. 7)

As ferramentas disponibilizadas pela Pesquisa Intervenção (Passos e Barros, 2015), que deflagram o caráter autopoietico da subjetividade e da investigação científica, acrescida à dinâmica dos encontros nos distritos, nos trouxe interseções com a Escrevivência de Conceição Evaristo. Na medida em que as histórias inéditas eram ouvidas, elementos também nossos eram tocados pelo fato de compartilharmos vivências de mulheres com traços comuns, inclusive as acontecidas no espaço laboral da SM, equipamento que éramos representantes naquele momento.

Os preparativos para ida aos distritos, a tentativa de articulação com a Assistência Social e a Saúde para pensar propostas de políticas que fizessem sentido efetivo na vida das mulheres a partir dos encontros, as demandas por educação e atividades culturais presentes nos relatos, a esperança de muitas por dias sem violência e maior equidade de gênero, as problematizações acolhidas por algumas entrevistadas que apresentaram falas machistas naturalizadas, a crença de que seria possível materializar um trabalho democrático em algum momento, mesmo que tardio, fizeram com que a passagem pela SM tivesse sentido.

Entretanto, o trânsito nos corredores, salas da prefeitura e setores trouxeram a demanda de estudo das manobras governamentais do MMFDH por tamanha afinidade e nítidos efeitos

autorizadores para condução gerencial, do âmbito federal, de aparelhos do poder público municipal. A misoginia, o racismo, LGBTQIA+fobia e outras formas de marginalização e aniquilamento de subjetividades diversas pareciam estar autorizados ou até mesmo incentivados por dirigentes superiores. Entre essas paredes reacionárias que respiramos, protegidas por máscaras de pano, em 2021. É sobre elas que falaremos na terceira entrada.

A seguir, trabalharemos os questionários-entrevistas buscando o tracejar de cartografias feministas. Nosso intuito é trazer à tona histórias que contribuíram com a nossa permanência no trabalho na SM. Diferente de sua meta inicial que era a construção de políticas públicas afinadas com as demandas locais, os encontros aqui trabalhados dobraram-se em solo de sustentação ética-estética-política-feminista naquela terra-estabelecimento que já parecia estéril e compacta.

Entrada 2 - Cartografias feministas: meu lugar é o cascalho

Quando o tempo passa e leva o instante, há sempre um entre-tempo para trazer o acontecimento (Deleuze, *O que é a filosofia?*, 2010, p.188).

Em 1928 Virginia Woolf dissertou sobre o desafio de escrever sobre um tema complexo: as mulheres e a literatura. Entre tantas questões destacam-se o tempo, condições financeiras e tarefas destinadas às romancistas em potencial. A autora constrói cenas ao longo do texto e parece, com isso, buscar pela materialização de suas análises acerca da problemática anunciada. Acompanhar a narradora que frequenta diferentes universidades inglesas - uma exclusivamente masculina e outra exclusivamente feminina - nos traz à pele a pouquidade que é destinada às mulheres.

No passeio pelas dependências da impecável e renomada instituição de ensino superior para homens, a personagem é advertida sobre a impossibilidade de desfrutar da biblioteca sem um acompanhante ou documento autorizador, assim como a de andar na grama do campus, destinada ao passeio de docentes e discentes da instituição, lhe restando caminhar sobre cascalhos. “Aqui era o gramado; a trilha era ali. Somente docentes e discentes podem andar por ele; meu lugar é o cascalho” (Woolf, 2019 [1928], p.9).

Após almoçar na instituição de ensino superior para homens, onde apreciou a mais fina louça e serviço, assim como o requintado *menu*, a protagonista de “Um quarto só seu” segue para jantar na universidade feminina na qual uma amiga lecionava. A refeição se apresentou pouco aprazível, assim como a louça e o serviço que compunham o ambiente singelo.

No lugar de temas ligados à pesquisa e à docência, a conversa noturna da dupla girava em torno da precariedade material e lutas orçamentárias acerca das produções acadêmicas femininas. Ambas procuravam compreender a razão da diferença entre os investimentos para as universidades citadas e percebem que na vida das mulheres até pouco tempo, uma geração anterior pelo menos - inspiram-se no retrato da genitora da professora anfitriã -, não havia possibilidade sequer de escolher onde investir o pouco dinheiro recebido por algum eventual trabalho remunerado, visto que esta renda legalmente pertencia aos maridos, além da frequência de numerosas proles que compunham as famílias, sendo a criação responsabilidade exclusiva das mães. “Pois, para conseguir doar para uma faculdade, seria preciso eliminar totalmente a família. Acumular fortuna e criar treze filhos - nenhum ser humano conseguiria” (Woolf, 2019 [1928], p.30).

Na mesma obra, a protagonista nos conta que após pesquisar acerca do tema “as mulheres e a pobreza”, muito estudado e racionalizado por todo tipo de homens, ela foi agraciada com a herança de uma renda mensal deixada por uma tia desconhecida. Diante da novidade expõe o quão difícil era uma mulher em 1918 ganhar a vida e descreve suas tarefas esporádicas e pouco remuneradas: preencher envelopes, ler para senhoras de idade, fazer exposição de burricos em

casamentos, ensinar alfabeto a crianças pequenas etc. e fala do alívio que traz uma renda fixa e ter um quarto só seu para escrever seus ensaios.

A narradora de Woolf se questiona acerca das condições que as mulheres viviam para ter dificuldade de encontrá-las entre autorias de obras literárias “pois a literatura, como trabalho imaginativo, não cai do alto como uma pedrinha no chão, como talvez ocorra com a ciência; a literatura é como uma teia de aranha, ligada, sempre muito levemente, talvez, mas ainda assim ligada à vida por todos os lados” (Woolf, 2019 [1928], p.57).

Mais adiante, Woolf (2019 [1928]), depois de problematizar também a partir da construção de cenas o que acontecia com as mulheres escritoras ao longo da história, chega ao século XVIII e a nomes como Jane Austen. Apesar de entender que não havia nada de vergonhoso em escrever “Orgulho e Preconceito”, a autora conta que Austen gostava quando uma dobradiça rangia, dando tempo de esconder o manuscrito antes que alguém a visse trabalhando, e, mesmo reconhecendo a qualidade indiscutível da obra, reflete sobre o que seria “Orgulho e Preconceito” se Austen não trabalhasse comedidamente à época de sua criação.

Principalmente pelas razões econômicas elencadas que permitiam textos somente provindos da aristocracia, Woolf encara o fato de mulheres de classe média começarem a escrever (Austen, por exemplo) como um acontecimento¹⁵. Evidencia a literatura como um trabalho coletivo, efeito de tempos de reflexão e destaca a importância das ensaístas que antecederam a autora de “Orgulho e Preconceito” entre outras de sua época: “Pois as obras-primas não são nascimentos únicos, solitários; resultam de muitos anos de reflexão feita pelo conjunto das pessoas, de forma que a experiência coletiva está por trás da voz individual” (Woolf, 2019 [1928], p. 89).

François Dosse (2010) estuda a relação de Deleuze com a criação, em especial a literatura inglesa-americana -Virginia Woolf é citada -, em que o filósofo considera se tratar de uma construção que parte do desejo de invenção de um outro real. Salientando uma recusa em se conformar com o que se espera da escrita, as obras a que se refere fazem a língua gaguejar.

Nos escritos de Barros e Zamboni (2012) o verbete gaguejar remete a pontos de cortes na língua que possibilitam fazer dos conteúdos dominantes da linguagem um tecido poroso, uma textura capaz de abarcar o trânsito de linhas de fuga dentro do próprio idioma. O pesquisar e a escrita, nos gaguejos, balançam significados que se pretendiam absolutos, dando lugar para outras formas de grafia para narração da vida. “Gaguejar é embarcar numa linha de fuga, pela multiplicidade de sentidos, escapando ao significante, ao signo que se tornou centro e que estrutura toda uma ordem de sentidos. Gaguejar é uma dimensão da criação, é a própria criação” (Barros e Zamboni, 2012, p.123).

Sendo assim, o estilo da autoria pode se apresentar como furo, passagem, fronteira. É de natureza processual, inacabada... literatura-devir. “A escrita está por essência no ato de ruptura,

¹⁵ Acontecimento dá nome também a um conceito criado por Deleuze. Tal conceito, que parece ter sentido semelhante na obra de Virginia Woolf, será trabalhado nas entradas a seguir.

no devir outro que pode ser o devir-mulher, o devir-animal ou vegetal, mas que é em qualquer hipótese um devir minoritário, de simples vizinhança” (Dosse, 2010, p. 354).

O conceito de Devir emerge como peça ímpar para desestabilização de identidades ditas universais, entre elas as ligadas ao feminino. No texto que trabalha o conceito de Devir-mulher, Guattari destaca:

Se insisto nesse ponto é porque o devir corpo feminino não deve ser assimilado à categoria “mulher” tal como ela é considerada no casal, na família etc. Tal categoria, aliás, só existe num campo social particular que a define! Não há mulher em si, não há pólo materno, nem eterno feminino... A oposição homem/mulher serve para fundar a ordem social, antes das oposições de classe, de casta etc. (...) As coisas nunca são tão simples assim. Quando as reduzimos a categorias branco/preto ou macho/fêmea, é porque estamos com uma idéia de antemão, é porque estamos realizando uma operação redutora-binarizante e para nos assegurarmos de um poder sobre elas (Guattari, 1987 [1977] p.36).

A partir das afirmações de Guattari (1987) pensamos que a criação dos binarismos tem uma utilidade de estabelecimento de lugares, aliançado a uma produção de subjetividade que mantém a ordem social hierarquizada a partir de tais categorias, que apesar de precisarem de investimento para sua manutenção, existem e muitas vezes cumprem sua função.

O conceito de Devir-mulher, por exemplo, vem como instrumento teórico que balança essa ordem abrindo caminho para análises feministas acerca do que é compreendido até então enquanto mulher e o quão potente pode ser a subversão em seu caráter minoritário, capilar, dando visibilidade a modos de vida que resistem à “regra estabelecida”, e ousam afirmar uma diferença-potência.

Guattari e Rolnik (2010) destacam que além de colocar a problemática da falta de equidade em relação aos direitos das mulheres, o feminismo é “portador” de um devir-feminino que diz respeito não só ao que reivindica a olho nu, mas a todos os aparatos de funcionamento da sociedade.

Eu o qualifico de devir feminino por se tratar de uma economia do desejo que tende a colocar em questão um certo tipo de finalidade da produção das relações sociais, um certo tipo de demarcação, que faz com que se possa falar de um mundo dominado pela subjetividade masculina, no qual as relações são marcadas justamente pela proibição desse devir. Em outras palavras, não há simetria entre uma sociedade masculina, masculinizada e um devir feminino (Guattari e Rolnik, 2010, p. 86)

No decorrer do nosso trabalho-pesquisa que teve como cenário uma secretaria municipal de “políticas das mulheres”, atuar em defesa da condução feminista dos trabalhos - busca pela construção de espaços para afirmação dos direitos das mulheres e de um funcionamento social mais equitativo-, na tentativa de construção de políticas democráticas e atendimentos comprometidos com a ética profissional, baseada no Código de Ética do Profissional do Psicólogo (CFP, 2005), entre outras normativas, foi sentida como a afirmação do inconveniente naquele contexto conservador e eleitoreiro de uma cidade interiorana fluminense, guiada por uma gestão pública declaradamente afinada com o governo federal fascista.

Durante os encontros, à época online, entre orientadora e doutoranda, ao analisar o cotidiano profissional, percebemos nitidamente a frequência de jogos hierárquicos de poder e o quanto o óbvio, o ético e o legal - que precisavam ser afirmados, lidos e destacados em documentos oficiais - se faziam absurdos, sem lugar, em uma atmosfera misógina comprometida com a desvalidação da ciência, dos direitos humanos, e sobretudo, das mulheres.

A fuga de um olhar dicotômico no decorrer dos dias “úteis” foi desafiador, visto que aquela repartição parecia ter o intuito escancarado de objetificação das mulheres as amarrando em uma categoria fixa, em um polo binário e estigmatizado, mais precisamente em reforçar a figura da vítima que precisa da tutela de uma administração municipal salvacionista masculina. Nós partíamos do caminho ético da busca por arestas e afirmação das diferenças-devires que viessem a balançar a lógica patriarcal nos proporcionando pistas para construção de dispositivos governamentais que permitissem a viabilização de um cenário municipal mais equitativo.

Os embates e seu desenrolar se fizeram cotidianamente e em muitas dimensões, visíveis e invisíveis. Trocando em miúdos, as disputas por afirmação de ações giravam em torno do investimento gestor pela visibilidade de um setor específico de políticas públicas para mulheres como oportunidade de controlar e computar votos e, em contrapartida, da luta de duas trabalhadoras (advogada e psicóloga) que encararam a labuta como um desafio para construção de caminhos democráticos diante da escassez de possibilidades para alianças feministas. Não houve denominador comum, não sei se poderia haver.

Sendo assim, para alcançarmos a proposta de afirmação de uma tese que busca estratégias de sobrevivência ao fascismo, em diversas camadas, nos servimos do paradigma ético-estético-político cartográfico articulado aos estudos de autoras dos feminismos e decolonialidades. “Viver uma vida feminista é transformar tudo em algo passível de questionamento. A questão de como se vive uma vida feminista está viva enquanto questão e é uma questão de vida” (Ahmed, 2022, p. 14)

O paradigma ético-estético-político convoca quem está pesquisando ao contato com regiões de inquietude, com a vontade de criação, estando as tentativas de totalizações das subjetividades no alvo de um compromisso político de resistência. Percorrendo os desvios, as marginalidades, os “becos subjetivos” que constituem os agenciamentos coletivos de enunciação é que será possível criar espaços onde todas e todos se constituirão no mesmo processo, onde a transversalidade venha com força e os especialismos e verdades construídas acerca de nós se dissolvam (Barros, 2007).

Barros (2007) salienta que no funcionamento do paradigma ético-estético-político, a ética está implicada em ouvir o estrangeiro que se produz no encontro com o outro. Através da experimentação procura-se alterar os processos de subjetivação hegemônicos em curso. A via política se faz quando se põe a funcionar os modos de expressão de subjetividade, tomando-os como dispositivo, operando processos de desindividualização. A entrada estética está relacionada

ao criar, tornando possível a diferenciação de caminhos entre impossibilidades:

Criar problemas é pôr para pensar, implica diferenciação. Foucault dizia que a liberdade existe quando se pode rejeitar um modo de subjetivação em que se foi constituído para criar outros, afirmando essas diferenças. Criar é se diferenciar. A diferença é a que produz no mundo capacidade de provocar outras diferenças, é aquilo que se consegue escapar da fala única, deixando vazar a polifonia que habita as multiplicidades (Barros, 2007, p.324).

Na cartografia, enquanto método de pesquisa-intervenção, a busca pelo tracejar de um plano comum se faz na medida em que a compreensão do ato de conhecer acontece amalgamado à construção da realidade, que, por sua vez, está em constante movimento. Sendo assim, retomando o conceito de análise de implicação, entendemos que o simples habitar para pesquisar contribui para a formação do cenário subjetivo que compartilhamos em nossos campos de pesquisa, pois, implicada e implicado, todo mundo está - havendo análises das implicações ou não - trazendo nitidez à dimensão política, coletiva e estética inerente ao pesquisar (Kastrup e Passos, 2016).

O duplo movimento de acessar e construir um plano comum e heterogêneo, elementar à pesquisa cartográfica, acontece via transversalidade, que nos permite contemplar a comunicação entre as múltiplas singularidades que coabitam o estudo. O conceito opera para além da verticalidade - que hierarquiza -, e da horizontalidade - que homogeneiza - no território experimentado, permitindo trazer à baila saberes locais desconsiderados em muitos contextos profissionais e acadêmicos, assim como o caráter de resistência que os compõem.

A transversalidade é uma dimensão que pretende superar os dois impasses, quais sejam o de uma verticalidade pura e o de uma simples horizontalidade; a transversalidade tende a se realizar quando ocorre uma comunicação máxima entre os diferentes níveis e, sobretudo, nos diferentes sentidos (Guattari, 2004, p.111).

Donna Haraway (2023) se intitula composteira reconhecendo que, para além de uma constituição autopoietica, estamos em constante montagem simpoietica, somos húmus. Essa trama com(-)posta requer atitudes “respons-hábeis” e carrega a convocação de prestação de contas pelas nossas implicações cotidianas, profissionais e acadêmicas ao mundo que nos forma e ao mesmo tempo é formado por nós. Vale destacar que o conceito de respons-habilidade, trazido pela autora, requer a capacidade de ações que, diante dos acontecimentos, comunguem um manejo que responda e reaja de maneira consequente.

A figura da aranha *Pimora cthulhu* e seu funcionamento tentacular é trazida por Haraway (2023), lembrando que as criaturas - humanas e não humanas - não estão conectadas a tudo, mas a alguma coisa. “Ninguém vive em todos os lugares; todo mundo vive em algum lugar” (Haraway, 2023, p. 60). Semelhante ao conceito de “não-moderno”, que não tem a ver necessariamente com algo que precede ou é posterior à Modernidade, mas que se afirma e escapa à colonialidade (Lugones, 2019), a palavra “*cthulhu*”, trazida por Haraway (2023), está relacionada a habitantes de uma espécie de submundo intituladas como ctônicas, compreendidas como antigas e atuais ao

mesmo tempo, seres da terra que incutem seus tecidos por toda parte. Propondo uma mudança na grafia de *chulhu* para *chthulu*, Haraway relaciona o termo à criação de um tempo outro “um nome para um outro lugar e um outro tempo que foi, é, e talvez ainda possa ser: o Chthuluceno”¹⁶ (Haraway, 2023, p.62).

A palavra tentáculo deriva do latim *tentaculum* que quer dizer detector, enquanto *tentare* está relacionada a sentir e tentar. Sendo assim, a tentacularidade funciona no estabelecimento de conexões e desligamentos e é vivida ao longo de linhas, entrelaçamentos e não pontos (Haraway, 2023). Dessa ideia, Haraway (2023) apresenta trabalhos com figuras de barbantes (a brincadeira popular de “cama de gato”) como metáfora para trabalhar o modo simpoiético de pensar, interconexões de um pensar-com (Haraway, 2023).

Figuras de barbante são construções simpoiéticas. Composta com Isabelle Stengers, Haraway (2023) aponta que nas camas de gato são necessários ao menos dois pares de mãos e que em cada jogada uma das partes recebe para que a outra opere para que então o próximo passo entrelace novamente o movimento. Cada ponto da dupla, trio ou grupo que pensa-com sustenta e é sustentada, recebe e deixa ir como ações elementares do composto artístico. Vinculações e desligamentos são fundamentais para o cultivo dessa trama respons-hábil:

Isso é o que eu chamo de cultivar a respons-habilidade, a capacidade de responder com paixão e ação, em vinculações e desligamentos. Isso é também o saber e o fazer coletivos, uma ecologia de práticas. Quer tenhamos pedido por isso ou não, o padrão está em nossas mãos. A resposta à confiança da mão estendida: devemos pensar.

(...)

Importa quais pensamentos pensam pensamentos. Importa quais conhecimentos conhecem conhecimentos. Importa quais mundos mundificam mundos. Importa quais histórias contam histórias. (Haraway, 2023, p. 69)

Sara Ahmed (2022) também contribui para o estudo de vias para o cultivo da respons-habilidade com pensamentos que parecem se avizinhar aos de Haraway. A partir da análise de obras cinematográficas que trazem “estalos feministas coletivos”, a autora fala sobre a criação de uma “tapeçaria feminista” ao serem apresentadas muitas histórias de mulheres que “estalam” ao resistir ao sexismo, outrora naturalizado em suas vidas. As narrativas expostas nas tramas se apresentam umas entrelaçadas às outras, não havendo possibilidades para estalar fora de um coletivo. O estalar de Ahmed parece semelhante à decolagem de Rolnik (2011) - desterritorialização feminista dos afetos da “noivinha-que-gora-e-decola” para composição de máscaras outras que não a matrimonial - e à lógica subjetiva de húmus de Haraway (2023). Transformações ético-estético-políticas decorrentes dos encontros, do contato, da potência de ouvir e ser ouvida por outras mulheres se materializam nas interconexões dos fios sustentados por inúmeras mãos que se comunicam na tecelagem de tapetes emancipatórios pois “(...) ela se sintoniza com elas; ela começa a captar o que elas ouvem. Um ouvido pode ser sintonizado a um

¹⁶ Chthuluceno foi um termo cunhado por Haraway (2023) para se referir a uma espécie de lugar-tempo para aprender a ficar com o problema de viver e morrer com respons-habilidade em uma terra degradada.

estalo, ao que está fora de sintonia, às notas destoantes; àqueles sons esquisitos e estridentes do que não se ajusta” (Ahmed, 2022, p. 318)¹⁷.

No período laboral no contexto minado da SM o feminismo se fez ilha, se fez colo, em meio à turbulência de águas turvas e traiçoeiras. Aprendemos a importância de anunciar mesmo o que pode parecer óbvio: sim, somos feministas! Partir dessa afirmação significa dizer que nós estávamos e estamos juntas, mesmo que via telas, textos e telefonemas, na luta pela sobrevivência ética e, aqui, também subjetiva. Se não fosse a bagagem viva e teórica feminista, o não pertencimento ao quadro hegemônico sentido poderia não encontrar lugar inteligível se traduzindo, apenas, em angústia solitária. Se não fossem as companheiras que nos antecederam e nos rodeiam hoje - na literatura e estudos feministas, sobretudo decoloniais -, assim como os efeitos de suas batalhas, poderíamos ter sucumbido em mais esferas, além da organizacional. Saberes parciais, localizáveis e que colocam em análise pressupostos que se pretendem totalizadores (e que não estão em lugar algum de fato) podem se apresentar em redes de conexão “chamadas de solidariedade em política e de conversas partilhadas em epistemologia” (Haraway, 1995, p. 23).

Aqui nos inspiramos nas explicações de Deleuze e Guattari acerca do conceito de devir funcionar a partir do contágio com as heterogeneidades, a partir do devir animal. “Num devir-animal, estamos sempre lidando com uma matilha, um bando, uma população, um povoamento, em suma, com uma multiplicidade” (Deleuze e Guattari, 2017 [1980], p. 20). Estarmos juntas, “em matilha”, se tornou condição básica para minha manutenção ética como profissional daquela pasta.

Diante da escassez de parcerias no local de trabalho - que se limitavam às afinidades éticas com a advogada parceira - meus sustentáculos se concentraram nos fios-agenciamentos dourados que se prendiam (e pendiam) por muitos lados: nas conversas de orientação, nos encontros com as mulheres nos cascalhos, na leitura de histórias de mulheres e resistência na literatura, nas epistemologias feministas e decoloniais, no aporte da cartografia, na escrita dos diários de campo, nas aulas das disciplinas do doutorado e na tessitura das teias-artifícios (Rolnik, 2011). Minha família, amigas, amigos e as espécies companheiras-parentes (gatinhas, cachorras, árvores, passarinhos...) também tiveram seu lugar nessa matilha polimorfa. Sendo assim, nos sustentávamos de atropofagia e afeto concomitantes à busca por entradas e balanços do que se fazia totalizador e asfíxiante, mas que, ainda assim, se movimentava. “Um movimento é também um refúgio. Encontramo-nos; temos um ponto de encontro. Um movimento vem à luz para transformar o que existe” (Ahmed, 2022, p. 16). O feminismo é coletivo por excelência, nós afirmamos! (Ahmed, 2022; hooks, 2019 [1984]; Diniz e Gebara, 2022; Haraway, 2023)

Na apresentação de “Teoria Feminista: da margem ao centro”, obra que teve sua primeira publicação em 1984, bell hooks define a luta e o movimento feminista:

¹⁷ O estalo de Ahmed (2022), a decolagem de Rolnik (2011) e o húmus de Haraway (2023) serão retomados mais para frente, em meio às contações de Nephila.

A luta feminista ocorre a qualquer época onde quer que uma mulher ou um homem se erga contra o sexismo, contra a exploração sexista e a opressão. O movimento feminista acontece quando grupos de pessoas se reúnem em torno de uma estratégia organizada no intuito de combater o patriarcado (hooks, 2019 [1984], p. 16)

Em “O feminismo é para todo mundo”, hooks (2018) retoma a afirmação acima e mostra generosamente que todo mundo se beneficiaria do feminismo e não estritamente as mulheres de determinada classe social, cor ou faixa etária, porém alerta que uma revolução feminista ligada estritamente ao sexismo não daria conta de promover um mundo onde podemos ser quem somos. Existem muitas camadas de opressão, sendo necessário combater igualmente o racismo, o elitismo e o imperialismo.

A cartografia abraça os feminismos quando compartilha do compromisso pelo rastreo do desfiamento do tecido fosco que cortina saberes entendidos como periféricos, na busca por acompanhar os afetos que tramam as resistências. Visto isso, nossa pretensão é trazer como as análises de nossas implicações cotidianas do cenário experimentado fizeram eclodir a amálgama desses dois fazeres-saberes, cartografia e feminismos, que desembocaram em “cartografias feministas” - que também se desdobraram em decoloniais e literárias. Tal fusão veio a dar contorno às problematizações, tanto no desenrolar da pesquisa, como no labor profissional e, por fim, na tessitura da tese. Para tanto, como anunciado anteriormente, vimos lançando mão do uso de autoras e autores da literatura e também as que se reconhecem como feministas e/ou que utilizam o caminhar cartográfico como ferramenta metodológica.

2.1 - Entre corredores, telas e cascalhos

O feminismo tem a ver com uma visão crítica, consequente com um posicionamento crítico num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero (Donna Haraway, **Saberes Localizados**, 1995, p. 31)

A SM, alocada em um espaço completamente reformado e equipado com móveis novos, dentro do prédio da prefeitura municipal, foi apresentada à população como equipamento criado para fomentar a garantia de direitos das mulheres, a partir de propostas e consolidação de políticas públicas no início de 2021.

O setor recém inaugurado contava com uma equipe técnica para o atendimento das usuárias composta por uma psicóloga (eu) e uma advogada. Eu acumulava a função de coordenadora de políticas públicas municipais e a outra funcionária também era responsável pelo Departamento de Atendimento à Mulher. Na formação do quadro laboral, nos foi explicado que à medida que os trabalhos fossem avançando, outra psicóloga e outra advogada seriam contratadas e ficaríamos somente com a gestão. Não vimos isso acontecer. Havia também uma auxiliar administrativa e uma pessoa responsável pela “comunicação”, compreendida como marketing, que em algum momento se apresentava enquanto pedagoga, em outro psicopedagoga, e sempre exaltava sua boa relação com a família do prefeito e com a secretária da pasta, a vice-prefeita.

Com aproximadamente seis meses de funcionamento, outra auxiliar administrativa foi admitida na SM. Vale ressaltar que as duas auxiliares administrativas eram contratadas pela gestão municipal, sendo que estávamos com um concurso público na etapa de convocação¹⁸. A advogada também era contratada. A responsável pelo marketing era lotada anteriormente na Secretaria Municipal de Educação e eu vim da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Para dar início ao desenho de novas políticas, como parte principal das atividades profissionais da pasta, um desafio se instalou na equipe: como acessar as mulheres em meio ao caos pandêmico de doença, fome, condições insalubres e falta de acesso a aparelhos eletrônicos e internet? E quando se tinha acesso a tais equipamentos, como garantir a privacidade das mulheres para um discurso livre, para participação das entrevistas, dentro de casas divididas com tantas outras pessoas? Pensamos em diversos caminhos.

Primeiramente contactamos as Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Município para realização de encontros regionais, montamos uma agenda por localidade, fizemos convites, pegamos contatos. Porém, nos meses de março (quando a SM foi inaugurada) e subsequentes a contaminação de COVID-19 teve um aumento considerável, o que fez as USBs se limitarem ao atendimento das emergências pandêmicas, não havendo espaço para fazeres outros em suas dependências. A maior parte da população ainda não tinha sequer a primeira dose da vacina na ocasião, assim como hospitais e demais espaços de atendimento se encontravam inflados.

Reuniões com as demais secretarias municipais estavam em nosso horizonte para elaboração do Plano de Ação do setor, assim como auxílio para construção de propostas de serviços para as mulheres. Entretanto, queríamos priorizar a fala das munícipes, não estávamos seguras de que o discurso das pessoas que lideravam as pastas seria um bom começo. Tínhamos feito uma reunião com a Secretaria Municipal de Cultura que não trouxe bons frutos.¹⁹ Sendo assim, começamos a conversar com os equipamentos da Assistência Social. Inclusive tínhamos uma relação estreita com o CREAS, responsável pela maior fatia dos primeiros encaminhamentos à SM, todos relacionados à violência de gênero contra as mulheres.

Uma agenda de reuniões online com os equipamentos da Assistência Social foi feita após contato com as coordenadoras dos três Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), CREAS e Abrigo Institucional Municipal para crianças e adolescentes. Uma reunião remota geral também foi realizada previamente com todo o quadro profissional da Secretaria Municipal de Assistência Social, com objetivo de nos apresentarmos e expormos nossas propostas de trabalho. Desses encontros veio a oportunidade de acompanharmos um projeto chamado Bolsa Família Itinerante (PBFI).

Concomitante à tentativa de articulação da nossa pasta em um trabalho intersetorial, uma

¹⁸ Na terceira entrada vamos falar mais sobre o interesse da gestão em priorizar contratos temporários à convocação de pessoas aprovadas em concurso público naquele contexto.

¹⁹ A reunião citada será trazida novamente mais a frente.

pulga comia nossas orelhas. Desde o primeiro contato sobre a proposta de atuar na coordenação de políticas públicas na SM, entendemos que havia um embaraço: como faríamos para desenhar novas políticas para mulheres - com viés emancipatório - em um equipamento, dentro de um governo que declaradamente se anunciava misógino, conservador, fascista, sem o mínimo interesse nos direitos humanos? A problemática foi se intensificando ao perceber que sequer a palavra feminismo era bem vinda, assim como homossexualidade, transexualidade, deficiência etc. Éramos corrigidas: “Feminismo não, feminina, aqui é feminina! Não gostamos de posturas radicais...”. Estávamos nitidamente encurraladas. Para onde migrar sem partir? Como respirar?

Diante do impasse elaboramos um questionário composto por perguntas que viabilizassem o estudo das demandas anunciadas pelas munícipes, assim como suas características e desafios atuais. A partir da pesquisa inicial, a proposta era trabalhar em um desenho de serviços que fizessem sentido naquela região. As indagações se dirigiam aos serviços vigentes no território nas áreas da saúde, educação e assistência social, além de abordarem temas como vacinação, divisão sexual do trabalho, direitos sexuais e direitos reprodutivos. A proposta de pesquisa que serviria de base para elaboração de políticas afinadas com as fragilidades oferecidas pelo poder público - a vir a ser anunciada pela população -, assim como o questionário, tiveram a aprovação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), após submissão na Plataforma Brasil²⁰.

Decorrente da pandemia e efeitos de seu (des)gerenciamento pelo governo facista de Bolsonaro, encontrávamos em um crítico cenário de poucos recursos para mobilidade e grande privação de mínimos sociais indispensáveis para a sobrevivência da população. O trabalho da equipe do PBFI objetivava a inclusão de pessoas moradoras de áreas rurais e de difícil acesso ao cadastro para recebimento do Projeto Bolsa Família (PBF), assim como a realização de recadastramento das que precisavam da manutenção do benefício.

As atividades do PBFI funcionavam com idas mensais ou quinzenais aos distritos e bairros distantes do centro da cidade e para isso precisávamos da construção de uma logística com quase um mês de antecedência: reservar as datas da SM para aquela atividade, agendar carro institucional, imprimir um quantitativo de material para os encontros etc.

A pesquisa com os questionários - elaborados em parceria com advogada da equipe - obviamente me interessava enquanto doutoranda, porém se tratava de uma ação da SM e da coordenação de políticas públicas daquela pasta. Ocupar as duas funções configurou um embaraço ético, político e metodológico, visto que tal cenário era diretamente e duplamente fomentado com os efeitos da minha atuação em ambas as posições. A pesquisa era da SM e não nossa, apesar de eu ser uma de suas agentes e eu ter solicitado autorização para o material compor o escopo de análises para constituição da presente tese. Sendo assim, a análise de implicação, com auxílio da escritura dos diários de campo, se fez ferramenta fundamental no desenrolar da presente pesquisa-

²⁰ CAAE: 56587822.9.0000.5282, aprovado em 21/03/2022.

intervenção cartográfica.

Alguns dos dados extraídos dos 100 questionários supracitados, aplicados em 2021, apresentam um público feminino composto por idades diversas, sendo a mais nova com 18 e a mais velha 76 anos. A maior parte das munícipes se autodeclarou negra ou preta (41), em seguida parda ou morena (35), branca (18), amarela (4) e duas não responderam a pergunta. A maior renda encontrada foi de 3.000,00 de uma professora da rede pública. A usuária, que tem ensino superior e concluiu duas pós-graduações *latu-sensu*, se divide em dois empregos, sendo um deles em outro município, para custear a vida da família - moram com ela um filho e uma filha em faixa etária adulta jovem.

A renda mais baixa identificada pela pesquisa da SM foi a de uma senhora idosa que contava com apenas 91,00 ao mês, segundo ela, proveniente do Benefício Programa Bolsa Família (PBF). A referida usuária é analfabeta, mora sozinha e se autodeclarou negra. Dezesesseis pessoas abordadas não souberam sequer precisar um valor para ganhos mensais e seis relataram rendas inferiores a 200,00 por família. Apesar de termos escolhido algumas entrevistas específicas para trabalhar na tese e não ser nossa pretensão fazer diagnóstico social de uma população, a pobreza colada às mulheres se tornou um quesito marcante no contexto estudado. Embora amplamente sabido, importante ressaltar que no Brasil tal agravante não se restringe àquele território²¹ nem ao tempo presente: Carolina Maria de Jesus registrou uma única frase em seu diário em 26 de agosto de 1959, em Canindé, a primeira grande favela da cidade de São Paulo: “A pior coisa do mundo é a fome!” (Jesus, Carolina M, 2019, p. 191).

Outro ponto válido a ser informado se refere à escolaridade das mulheres que responderam aos questionários: 38 declararam ter Ensino Fundamental Incompleto; 37 Ensino Médio completo; 9 cursaram o Ensino Médio sem acabar o curso; 6 completaram o Ensino Fundamental; 5 se reconhecem como analfabetas e nunca foram à escola; duas cursam projeto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Apenas duas munícipes responderam ter o Ensino Superior Completo - uma com graduação em Pedagogia e a outra em Tecnologia de Agronegócio. Uma única usuária da SM informou ter diploma de duas pós-graduações *lato-sensu*.

Na experiência da pesquisa com os questionários, vivenciamos conversas breves que duraram o seu preenchimento, porém destacamos as que entendemos terem se configurado como entrevistas, devido aos encontros terem se dado de forma mais aberta e mais de uma vez. A partir dos questionários as entrevistadas procuraram a sede e se tornaram usuárias da SM na época, ou foram entrevistadas após demandar por nós.

Dos cem questionários aplicados, poucos foram preenchidos na sede da SM. A maioria dos

²¹ Extrema pobreza bate recorde no Brasil em dois anos de pandemia, diz IBGE. In: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/12/02/extrema-pobreza-bate-recorde-no-brasil-em-dois-anos-de-pandemia-diz-ibge.ghtml>

encontros aconteceu nos distritos e bairros distantes do município, de difícil acesso, compostos por ruas de terra, lama e cascalho. A maior parte do trabalho foi feita por mim e pela colega advogada, não havendo interesse por parte das demais colegas ou integrantes da gestão, salvo a participação da SM em dois eventos da prefeitura.

Em um feriado local e um final de semana específico, uma assessora da secretária da pasta solicitou que as auxiliares administrativas levassem o questionário com a orientação de que não se alongassem nas perguntas, pois o principal objetivo seria captar números de telefone para possíveis transmissões de campanhas eleitorais ou promovendo o governo municipal atual, conforme nos foi repassado. Ao saber do ocorrido, alertamos que os dados não poderiam ser usados para outra finalidade que não a pesquisa e mostramos a redação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) às colegas e à assessora que repassou a orientação eleitoreira supracitada às funcionárias nos eventos comemorativos. Vale informar que os TCLEs foram devidamente preenchidos e assinados pelas pessoas solicitadas nos dias em que eu e minha colega advogada não estávamos, apesar da equipe ignorar o conteúdo de tais documentos e a razão pela qual foram construídos: conhecer carências e desafios para acesso a direitos das muncípes visando a construção de políticas públicas afinadas com tais demandas. O voto deveria ser consequência, mas sabemos que não é assim que funciona, sobretudo em cidades do interior, com boa parte da população muito pobre e sem escolaridade²².

Os cascalhos, que compõem o título da presente entrada, além de igualmente construírem o terreno físico onde pisamos diversas vezes durante o período em que estivemos na SM, é também aproveitado como metáfora, inspirada na obra de Virginia Woolf (Woolf, 2019 [1928]), quando ela discorre sobre os desafios encontrados pelas mulheres, que frequentemente provinham de uma realidade composta por pobreza, tempo restrito e escassez de ambientes para exercer a escrita e a ciência, materializados na falta de exemplares de autoria feminina nas estantes de pesquisa por onde passou a ensaísta no desenrolar da sua narrativa.

Além das singulares contribuições feministas, Virginia Woolf muito nos inspira ao escrever sobre os meandros da produção de textos redigidos por mulheres que se assemelham com os desafios vivenciados ainda por nós no cotidiano contemporâneo. Embora “Um quarto só seu” tenha como pano de fundo Londres de 1928, parece conversar estritamente com o Brasil dos anos 2020, mais precisamente com o nosso trabalho aqui discutido, fortemente atravessado pela pobreza que enfrentamos, tanto para subsistência básica, quanto em relação à falta de credibilidade profissional que nos foi endereçada na atuação na SM, que teve suas ações permeadas frequentemente por avais masculinos, mesmo que informalmente.

Na pesquisa acerca do restrito número de autorias femininas na literatura Woolf deflagra:

²² Ver: O voto de cabresto não ficou no passado coronelista brasileiro. In: <https://www.brasildefato.com.br/2023/07/10/o-voto-de-cabresto-nao-ficou-no-passado-coronelista-brasileiro>

“havia um conjunto enorme de opiniões masculinas sustentando que não se podia esperar nada das mulheres em termos intelectuais” (Woolf, 2019 [1928], p. 73). E como nossa procura por arestas para oxigenar o peso sexista que nos rodeava, Woolf questionou outrora: “Puseram dois ratos em gaiolas, lado a lado, um deles era furtivo, tímido e miúdo, e o outro era lustroso, atrevido e graúdo. Ora, com que alimento alimentamos as mulheres como artistas? perguntei, lembrando-me, imagino, daquele jantar de creme com ameixas secas” (Woolf, 2019 [1928], p. 72).

Carolina Maria de Jesus externa a relação intrínseca da fome com a escrita e compartilha em seu livro: “Estou desorientada, sem saber o que iniciar. Quero escrever, quero trabalhar, quero lavar roupa. Estou com frio” (Jesus, 2019 [1959] p. 45). A autora, moradora nos anos 1950 da favela do Canindé em São Paulo também aborda a satisfação de ter o mínimo, nem que seja por um dia

Quando eu faço quatro pratos penso que sou alguém. Quando vejo meus filhos comendo arroz e feijão, o alimento que não está no alcance do favelado, fico sorrindo atoa. Como se eu tivesse assistindo a um espetáculo deslumbrante. Lavei as roupas e o barracão. Agora vou ler e escrever. Vejo os jovens jogando bola. E eles correm pelo campo demonstrando energia. Penso: se eles tomassem leite puro e comessem carne...(Jesus, 2020 [1959], p. 49)

As mulheres deste município não parecem ter lido Carolina Maria de Jesus: nem as que responderam os questionários, nem as que ocupam a chefia da Secretaria. Mas talvez nosso trabalho ali nos fizesse mudar de ideia. Talvez com mais tempo outras Carolinas aparecessem. Podiam estar tímidas, com medo. Talvez não se reconhecessem no espelho. Talvez não fossem vistas.

Concomitante ao trabalho na SM, à escritura dos diários de campo, aos estudos teóricos e reuniões online de orientação e grupo de pesquisa, a literatura se fez companheira nesse período da minha vida. O encontro com muitas obras literárias apresentou interseções acerca das problemáticas ouvidas no cotidiano laboral trazendo nitidez ao fato de que o feminismo e a cartografia também podem morar na literatura. As análises dos diários de campo muitas vezes se ancoravam nas narrativas de diversas autoras e autores que nos atravessaram: Carolina Maria de Jesus, Octavia Butler, Toni Morrison, Conceição Evaristo, Clarice Lispector, Annie Ernaux, Jeferson Tenório, Eliana Alves Cruz, Virgínia Woolf, Paulina Chiziane, Margaret Atwood... Sim, elas estavam conosco, falavam com a gente, às nossas entrevistadas. Não estávamos sozinhas e a máxima feminista “o pessoal é político” não parava de ecoar...

2.2 - Encontrar, cartografar, escrever, permaeacrever, compostar: no rastro de teias para cartografias feministas

E quando a dor vem encostar-se a nós, enquanto um olho chora, o outro espia o tempo procurando a solução (Conceição Evaristo, **Olhos d'água**, 2016, p.114).

A compreensão da escrita enquanto ato político exposta por Annie Ernaux (2023) transparece no tecer de suas narrativas, que acontece de forma direta acerca de suas vivências fortemente atravessadas pelo fato de ser mulher e imigrante do interior da França. A escrita em primeira pessoa, ao contrário do que sabidamente se prega - que a traria para um lugar de ilegitimidade ou narcisismo - faz com que a violência sofrida chegue a quem a lê pelas desventuras cotidianas da narradora, pelo “indizível social”.

Foi assim que concebi meu comprometimento com a escrita, que não consiste em escrever “para” uma categoria de leitores, mas “a partir” da própria experiência de mulher e de migrante do interior; a partir de minha memória cada vez mais longa dos anos atravessados; a partir do presente, que não para de fornecer imagens e falas dos outros. Esse comprometimento com a escrita, que oferece a mim mesma como garantia, se sustenta na crença, tornada certeza, de que um livro pode contribuir para mudar a vida de uma pessoa, para romper a solidão das coisas sofridas e enterradas, para pensar em si mesmo de um jeito diferente. Quando o indizível vem à luz, ele é político (Ernaux, 2023, p. 18-19).

Ernaux (2023) compartilha ainda que mantém uma postura de escrita que é “uma exploração da realidade exterior ou interior, do íntimo e do social no mesmo movimento, fora da ficção” (Ernaux, 2023, p. 47) e complementa que sente a escrita como faca, uma arma necessária. Ernaux declara não usar diretamente seus diários pessoais para compor seus livros, mas como uma ferramenta assemelhada a documentos históricos que lhe trazem “todas as peças” para composição de uma história.

Em solo nacional contamos com Carolina Maria de Jesus (2019 [1960]) como notória representante de uma escrita afiada. O célebre “Quarto de despejo: diário de uma favelada” é proveniente de registros sobre os descaminhos que a autora traça nas tentativas de superar a fome que persegue - e frequentemente alcança - sua família e a comunidade da favela do Canindé, na cidade de São Paulo de meados dos anos 1950. O quarto de despejo, que dá título ao livro, é descrito por Jesus (2019 [1960]) como a favela, local onde seriam despejados os restos indesejados da cidade, compreendida por ela como palácio. A fome e as condições limites de subsistência contadas por quem as sente são experimentadas intensamente por quem a lê trazendo um desconforto subjetivo, vivo.

Como é horrível ver um filho comer e perguntar: “Tem mais?” Esta palavra “tem mais” fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panelas e não tem mais. ...Quando um político diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida, pedindo o nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo. Olha o povo com os olhos semi-cerrados. Com um orgulho que fere a nossa sensibilidade (Jesus, 2019 [1960], p. 38)

Evaristo (2020a) nos conta que ainda em sua tenra infância descobriu a função, a urgência, a dor, a necessidade e a esperança que movem a literatura. Nessa época, a mãe da autora lavava roupas de famílias abastadas para garantir o sustento de sua prole. Em momentos de chuvas prolongadas, no desespero das peças que não secavam, impedindo as condições de custeio da vida,

a trabalhadora desenhava no solo o sol. Em um ritual ritmado com o corpo para evocar o astro-rei, a mãe da menina Conceição Evaristo “não escrevia somente um sol, ela chamava por ele, assim como os artistas das culturas tradicionais africanas sabem que as suas máscaras não *representam* uma entidade, elas *são* as entidades esculpidas e nomeadas por eles” (Evaristo, 2020a, p. 49).

Acerca da gênese de sua escrita, Evaristo (2020a) acredita que provém das histórias, falas e palavras que a cercaram em sua infância. Dos ditos permitidos aos impróprios para crianças, a pequena Conceição ouvia a todos acordada, mesmo que, às vezes, com os olhos cerrados.

Eu fechava os olhos fingindo dormir e acordava todos os meus sentidos. O meu corpo por inteiro recebia palavras, sons, murmúrios, vozes entrecortadas de gozo ou dor, dependendo do enredo das histórias. De olhos cerrados eu construía as faces de minhas personagens reais e falantes. Era um jogo de escrever no escuro. No corpo da noite. Na origem da minha escrita ouço os gritos, os chamados das vizinhas debruçadas sobre as janelas, ou nos vãos das portas, cantando em voz alta as suas mazelas, assim como suas alegrias. Como ouvi conversas de mulheres! Falar e ouvir entre nós, era talvez a única defesa, o único remédio que possuíamos (Evaristo, 2020a, p. 52).

A leitura frequente de histórias aconteceu na adolescência, momento em que passou a ter acesso à Biblioteca Pública da cidade de Belo Horizonte. Conceição Evaristo compartilha que desde esse tempo a leitura oferecia vias para lidar com o mundo, pois fomentava movimentos de fuga e inserção no ambiente em que habitava. Com o tempo, a escrita também passou a participar dessa dupla função: “Fugir para sonhar e inserir-se para modificar. Essa inserção para mim pedia a escrita” (Evaristo, 2020a, p. 53).

Na escrevivência, conceito cunhado por Conceição Evaristo, a autoria se desenrola em um “entre”, ladeado pela invenção e fato, trazendo como efeito um estilo narrativo que a partir de uma história singular aponta para a coletividade. O que se apresenta individualmente é politizado pela escrita que, ao contar sobre alguém, evoca o caráter transversal do contexto histórico-social que a atravessa (Soares e Machado, 2017).

Escrever significa, nesse sentido, contar histórias absolutamente particulares, mas que remetem a outras experiências coletivizadas, uma vez que se compreende existir um comum constituinte entre autor/a e protagonista, quer seja por características compartilhadas através de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada ainda que de posições distintas (Soares e Machado, 2017, p.206).

A última frase de “Olhos d’água” de Conceição Evaristo (2016), que inaugura essa seção, vai ao encontro da forma como simbolizamos nossa passagem pela SM, visto que a afetação experimentada pela frequente invalidação e ataque aos saberes e fazeres feministas partidos de nós se acrescia à banalização de nossos esforços para promoção de um trabalho ético. Porém, concomitantemente às agruras sofridas, morava também em nós o desejo da busca por arestas que trouxessem oxigênio para germinação de um terreno possível para afirmação de modos outros de fazer políticas para as mulheres, diferentes daqueles vampirizadores de vulnerabilidades, misóginos e eleitoreiros que nos ladeavam.

Os olhares plurais e afetivos de Evaristo (2016) parecem flertar com a visão localizada de Haraway (1995) quando ambas as autoras se interessam por contações que para os saberes ditos universais não contam, ou seja, buscam pela potência habitada nos modos de vida que fogem/resistem à cola colonial, histórias “ctônicas”, do submundo, de um mundo outro (Haraway, 2023) e/ou “não-modernas” (Lugones, 2019) que engendram conhecimento descolonizando ideias pré-moldadas, seja fazendo literatura-escrevivência (Evaristo, 2020) com contações de mulheres negras periféricas, seja trazendo à baila construções acadêmicas com espécies companheiras, ficção científica, feminismo especulativo, ancestralidade, entre outras contribuições singulares. Nos questionamos com Evaristo: “É preciso comprometer a vida com a escrita ou é o inverso? Comprometer a escrita com a vida?” (Evaristo, 2020a, p.50)

Nosso encontro com Virgínia Woolf (Woolf, 2019 [1928]) nos oferece pistas quando lembra que a literatura é ligada à vida, mesmo que de forma “tejada”: “(...)a literatura é como uma teia de aranha, ligada, sempre muito levemente, talvez, mas ainda assim ligada à vida por todos os lados” (Woolf, 2019 [1928], p.57). Entendemos aqui que essa ligação pode ser flexível, à medida que se reconstrói incessantemente na relação entre o fazer da aranha e a superfície que acolhe os seus fios. A literatura se sustenta na vida, ela se alimenta com suporte da vida. Novamente nos servimos de Haraway (2023) para trazer a aranha *Pimóia cthulhu*, e nos lembrar, a partir da observação do modo de vida tentacular da espécie, que estamos ligadas sempre a alguma coisa e não a tudo. Tudo pode estar interligado, mas não diretamente. Estamos ligadas a poucas coisas de cada vez. “Os seres tentaculares fazem vinculações e desligamentos, fazem cortes e nós, fazem a diferença. Eles tecem caminhos e consequências, mas não determinismos; são simultaneamente abertos e intrincados, de algumas maneiras e não de outras” (Haraway, 2023, p. 62).

Carola Saavedra (2021), inspirada na prática de Permacultura descrita em obras de Nora Peters, concebe o conceito de Permaescrita mirando no desenho de formas outras de fazer literatura. Entre os princípios básicos do exercício da Permacultura, elencado por Saavedra (2021)²³, destaca-se o oitavo, “Integre em vez de separar”. A autora informa que na Permacultura esse ensinamento tem relação com o plantio de diversas espécies de plantas na mesma área, diferente da agricultura que se concentra em uma monocultura.

Ao pensar na literatura a partir de “Integre em vez de separar”, é possível nos questionarmos acerca da necessidade de separação dos textos em gêneros: ficção científica, romance, poesia, biografia etc., além de propor combinações desses estilos, antes separados, para composição de um Permatexto. “Um permatexto seria assim um texto em que diversos gêneros convivem e se retroalimentam, formando, como as plantas, um sistema autossustentável. Mas num

²³ Princípios básicos da Permacultura, elencados por Saavedra: “1. Observe e interaja; 2. Junte e armazene; 3. Tenha como objetivo a colheita; 4. Use a autorregulação e aceite feedback; 5. Use e valorize energias renováveis e serviços; 6. Produza pouco lixo; 7. Crie primeiro um modelo e depois os detalhes; 8. Integre em vez de separar; 9. Encontre pequenas e lentas soluções; 10. Use e valorize a diversidade; 11. Use as fronteiras e valorize as margens; 12. Aproveite as mudanças e encare-as com criatividade” (Saavedra, 2021, p. 80-81) .

mesmo livro? Claro, num mesmo livro” (Saavedra, 2021, p. 86). No contexto da nossa escrita-pesquisa-in(ter)venção-cartográfica-feminista pensamos nessa premissa buscando pela compostagem de diversas construções que habitam nossas análises, apoiadas umas as outras como uma dança de barbantes que consegue fiar tramas apenas no coletivo. “Devir-com, e não simplesmente devir, é a regra do jogo” (Haraway, 2023, p.28).

Haraway (2023) propõe que nós, compreendidas/es/os como pessoas, assim como outras espécies da Terra, nos relacionamos, conhecemos, pensamos, mundificamos e contamos histórias via outras histórias, outros mundos, outros pensamentos, outros desejos e “em amarrações e especiações que rompem as categorias” (Haraway, 2023, p. 190). A autora nos entende como tramas compostas, se afastando de uma perspectiva de subjetividade reduzida ao indivíduo ou ao que nos foi ensinado compreender como seres humanos. Haraway, composista como se intitula, evidencia que cada estrato vivo se compõe, decompõe e recompõe a cada mistura, em emaranhados simpoiéticos de um devir-mútuo.

Os bichos estão em risco uns com os outros a cada mistura, em cada revirada da pilha de composto terrena. Somos composto, não pós-humanos; habitamos as humusidades, não as humanidades. Filosófica e materialmente, sou uma composista, -não uma pós-humanista. Os bichos - humanos e não humanos - estão em devir-com mútuo, compondo-se e decompondo-se entre si, em todas as escalas e todos os registros de tempo e de coisas, em emaranhados simpoiéticos, em mundificações e desmundificações terrenas, ecológicas e evolutivas do desenvolvimento (Haraway, 2023, p. 191).

As feitura da Permaescrita de Saavedra (2021) se concentram também no princípio “Use as fronteiras e valorize as margens” da Permacultura. Fronteiras e margens podem estar relacionadas, na literatura, com o tema - história narrada - e também com o formato - a maneira de narrar. No que tange ao tema poderíamos convocar as tantas histórias não contadas, temáticas raramente levantadas porque relativas a pessoas com pouco ou nenhum acesso ao sistema literário. A respeito do formato, Saavedra (2021) se questiona acerca da necessidade de se estabelecer uma padronização e considera a liberdade de possibilidade de gêneros híbridos de escrita e/ou configurações outras “(...) por que não, um texto que se mova numa poesia da linguagem não poética, nas brumas de um narrador não-humano” (Saavedra, 2021, p. 87).

Ainda compostas com Saavedra (2021), nos perguntamos, afetadas pelos questionamentos da autora: o que pode a literatura em meio a cenários densos como esses da SM? É possível literatura, cartografia, feminismos e decolonialidades compostarem, trazendo à tona contações das que, para as gestões que se assumiam conservadoras, mas cujas práticas eram sobretudo segregadoras e fascistas, não contam? Ou melhor, precisam permanecer não contando para garantir a vitrine de uma prática eleitoreira que se sustenta na vitimização das mulheres - usuárias e profissionais, todas -, na diminuição de suas agências ou na pouquidade de espaços para expressão e criação das mesmas? Apoiadas em Woolf, matutamos: Que tipo de alimento é oferecido para as mulheres que buscam acolhimento para afirmação de novos modos de vida e espaços democráticos

ao chegar na SM?

Na SM, sentida como arena, armadilhas sexistas e dicotomizantes nos distraem e, ocasionalmente, caímos na estratificação de lados. Somos físgadas, mas em que medida também as construímos? Como lidar com o estado-em-nós? Lembramos de nossa implicação, sempre contribuímos de certa forma para constituição dos cenários organizacionais, nem que seja com um sentimento de injustiça que nos leva para dentro de um casco, endurecido pelo silêncio de nós mesmas. No cotidiano do labor, caímos, vez ou outra, em uma dessas ciladas e quase nos reduzimos ao binarismo, como se o que parece oposto, duramente definido, não se movesse ou se reduzisse a pessoas específicas.

De que são alimentadas as profissionais que almejam, eticamente, a construção de políticas públicas afinadas com as demandas enunciadas por municípios locais, garantia de direitos e vias para emancipação de todas as mulheres, incluindo as diferenças que nos compõem - periféricas, negras, brancas, indígenas, trans, cis, com deficiência, lésbicas, bissexuais, mães solo etc?

Rolnik toma o fluxo das análises de implicação, ela lembra da sensibilidade que requer o ofício cartográfico, da ativação do corpo vibrátil que fareja para traçar mapas moventes, para além do visível (Rolnik, 2011). Diante do desconforto, Haraway nos lembra que nós, feministas, precisamos “insistir numa explicação melhor do mundo; não basta mostrar a contingência histórica radical e os modos de construção de tudo” (Haraway, 1995, p.15) e que “é difícil subir quando se está agarrado a ambos os extremos de um poste, simultânea ou alternadamente. Portanto, é hora de mudar a metáfora” (Haraway, 1995, p. 17).

Dentro do quadro de profissionais fixado na parede era possível ler os nossos nomes. Recebíamos um salário no fim do mês para compor aquele espaço. Tínhamos atribuições, seguíamos códigos de ética (CFP, 2005)²⁴ de nossas respectivas profissões e normativas específicas para o trabalho com mulheres ditas vulneráveis (CFP, 2013)²⁵. Atendíamos as pessoas que chegavam àquele estabelecimento. Nós também éramos a SM, mesmo nos sentindo muradas: “os dados são o nosso cotidiano. uma parede pode ser uma atmosfera. uma parede pode ser um gesto” (Ahmed, 2022, p. 337).

Haraway então nos provoca com outra pergunta: “O que significa renunciar à capacidade de pensar?” chamando a atenção para o fato de que atravessamos um tempo de recusa do trabalho de cultivar e saber a responsabilidade. É imprescindível que pensemos, quer tenhamos pedido ou não, nos cabia resposta à confiança da mão estendida dos fios de barbante que nos enlaçavam às usuárias daquela pasta (Haraway, 2023).

²⁴ Código de Ética do Profissional Psicólogo. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>

²⁵ Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de violência <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-em-programas-de-atencao-a-mulher-em-situacao-de-violencia/>

Isso é o que chamo de cultivar a responsabilidade, a capacidade de responder com paixão e ação, em vinculações e desligamentos. Isso é também o saber e o fazer coletivos, uma ecologia de práticas. Quer tenhamos pedido por isso ou não, o padrão está nas nossas mãos. A resposta à confiança da mão estendida: devemos pensar (Haraway, 2023 p. 69).

Pensamentos são compreendidos por bell hooks (2019) como ações, oficinas onde se formulam perguntas e respostas. Lemos e Rocha (2012), antropofagiadas de Deleuze, abordam o pensamento como uma forma de resistência que permite transpassar o assujeitamento gerando deslocamentos, o que traz à baila um plano de experimentação e atuação nos jogos de “saber-poder-subjetivação”. “O pensar é um ato perigoso, sem transcendência e sem fixação nas palavras. Trata-se de uma prática no tempo e com o tempo de desnaturalização dos objetos e sujeitos inventados como problemáticos para o pensamento enquanto ato ético e político” (Lemos e Rocha, 2012, p. 185). Apesar de também sermos Estado, nós acreditamos, em todo esse tempo, não termos abandonado o ato de pensar. Diferenciarmo-nos era nossa meta, ou consequência esperada das atitudes que identificávamos como muito distintas. Manter-nos na SM era fadado a sermos mais uma na engrenagem que mói e homogeneiza essas mulheres usuárias?

Nós na garganta. Suely Rolnik (2018) define os caminhos de seus escritos e reescritos impulsionados por nós na garganta, entendimento proveniente do pensamento Guarani. Rolnik explica que as pessoas desse povo chamam a garganta de *ahy’o* e *ñe’e raity* que, traduzido para a língua portuguesa, significa “ninho de palavras-alma”. No contexto Guarani, embriões de palavras são compostos pelo encontro “do ar do tempo em nossos corpos em sua condição de viventes e que, nesse caso, e só nele, as palavras têm alma, a alma dos mundos atuais ou em germen que nos habitam nesta nossa condição” (Rolnik, 2018, p. 26).

Ainda Rolnik (2018) destaca que a condição das palavras serem portadoras e encontrarem alma se faz tão importante entre o povo Guarani que todos os adoecimentos - físicos ou mentais - são ligados a disfuncionamentos que podem se dar na germinação ou não das palavras. Igualmente importante nesse entendimento é saber que existe um tempo para a germinação, assim como demandas de cuidado do ninho onde elas são engendradas. Esse espaço e período de expansão pode ser elucidado como o próprio trabalho de pensamento.

Estar à altura desse tempo e desse cuidado para dizer o mais precisamente possível o que sufoca e produz um nó na garganta e, sobretudo, o que está se afluando diante disso para que a vida recobre um equilíbrio - não será esse o trabalho do pensamento propriamente dito? Não estará exatamente nisso sua potência micropolítica? Não será isso que define e garante sua ética? E, mais amplamente, não será nisso afinal que consiste o trabalho de uma vida? (Rolnik, 2018, p.27)

A autora aponta que a resistência e o pensamento caminham amalgamados. A bússola ética da vida nos convoca para ações que tenham a potência de materializar o que ela nos pede e reverberar. Porém, o regime colonial-capitalístico é atuante em sua metamorfose por séculos e tem como meta a vampirização de energia vital para reduzi-la em maior acumulação de capital

(Ronik, 2018). O funcionamento social que o regime se esforça para impor se apóia em uma bússola moral e nos quer distante de nosso saber-do-corpo - germens de mundo que nos povoam e pedem passagem.

O regime-colonial-capitalístico desenvolveu ferramentas para sugar a vida em sua nascente e nos faz acreditar que somos seres individuais, nos apartando da nossa responsabilidade ética com a vida de criação enquanto seres coletivos. Partindo de análises acerca do funcionamento do modo atualizado de tal regime, que se apresenta na versão financeirizada neoliberal e globalitária em nosso contemporâneo - ditando o modo de subjetivação prevalente no presente momento histórico -, Rolnik (2018) foca o debate na relação entre capital e força vital. Os nós na garganta, ligados aos ninhos de palavras-alma, são silenciados em nome do consumo e da crença perversa de que o perigo de esfacelamento habita nas diferenças.

A rarefação gradual dos contornos que delineiam o Estado democrático e de direito abre espaço para a precarização das leis trabalhistas. Sendo assim, completamente diferente do modelo fordista, a ampliação de extração da força vital nos dias atuais extrapola a sucção da “mais valia” para alterar a própria noção de trabalho.

Em sua nova versão, é da própria vida que o capital se apropria; mais precisamente, de sua potência de criação e transformação em seu nascedouro - ou seja, sua essência germinativa -, bem como da cooperação da qual tal potência depende para que se efetue em sua singularidade. A força vital de criação e cooperação é assim canalizada pelo regime para que construa um mundo segundo seus desígnios. Em outras palavras, em sua nova versão é a própria pulsão de criação individual e coletiva de novas formas de existência, suas funções, seus códigos e suas representações que o capital explora, fazendo dela seu motor. Disto decorre que a fonte da qual o regime extrai a sua força não é mais apenas econômica, mas também intrínseca e indissociavelmente cultural e subjetiva - para não dizer ontológica -, o que lhe confere um poder perverso mais amplo, mais sutil e mais difícil de combater (Rolnik, 2018, p. 32-33).

Diante do cenário parasita forjado pelo regime colonial-capitalístico é evidente que não basta atuar apenas nas esferas macropolíticas, ou seja, no que tange à gestão dos equipamentos governamentais, por exemplo. A resistência à tecnologia de extração da seiva vital, tomada pelo regime descrito, exige vivências que promovem princípios de autonomia que viabilizem o acesso para condições favoráveis de reapropriação da potência vital que aponte para seu destino ético pulsional. Porém, “sua reapropriação pela sociedade é virtual enquanto não encontra suas formas de atualização, o que depende de uma vontade coletiva de agir visando a construção do comum, o que não está dado *a priori*” (Rolnik, 2018, p. 34).

O comum é definido por Rolnik (2018), apoiada em Hardt e Negri, “como o campo imanente da pulsão vital de um corpo social quando a toma em suas mãos, de modo a direcioná-la à criação de modos de existência para aquilo que pede passagem” (Rolnik, 2018, p. 33) e destaca os efeitos do comum que se materializam em mudanças de realidade.

A diferença, que habita os cascalhos, é enxergada aqui também como via de construções

decoloniais para um mundo outro possível porque erguido em um solo de saberes localizados e responsáveis, passíveis de prestação de contas. “Precisamos também buscar a perspectiva daqueles pontos de vista, que nunca podem ser conhecidos de antemão, que prometem alguma coisa extraordinária, isto é, conhecimento potente para a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação” (Haraway, 1995, p. 24).

Devir mulher-cascalho, um vir a ser minoritário, um nó na língua no tornar-se mulher... Apesar da máquina organizacional que se apresentava fortemente hierarquizada, os encontros com algumas munícipes foram possíveis. Conversas sobre demandas por políticas públicas na ponta foram possíveis. Nos encontramos no cascalho e nos buracos - as entrevistas aconteceram prioritariamente em áreas rurais, onde cascalhos formam as ruas, propriamente ditas. Como (sobre)vivem as mulheres em tamanha precariedade em diversas esferas de suas vidas? Ainda é a questão em 2023...

Os encontros decorrentes de nossa “carona” com a equipe do Programa Bolsa Família Itinerante (PBFi), iniciados em maio de 2021, se tornaram um espaço importante de conversa e aproximação das mulheres das áreas afastadas da cidade. Escolhemos para trabalhar as histórias que fizeram fios, que marcaram, que convocaram o acolhimento análogo aos jogos de barbante, que operaram para além da “utilidade” dos questionários. Os encontros aqui trazidos, criados e recriados, nos sustentou naquele lugar, deu sentido à nossa “lida”²⁶ e nos ligou a um caminhar ético profissional, mesmo parecendo dispensáveis aos olhos da gestão.

Em defesa da produção de um conhecimento feminista-cartográfico, situado e corporificado, composto por histórias tentaculares respons-hábeis (Haraway, 1995, 2023) buscamos escrever (Evaristo, 2020, 2020a) nossos encontros na SM articuladas com os tentáculos literários da Permaescrita de Saavedra (2021) e a partir das contação de Nephila, nossa narradora escutadeira-cartógrafa-feminista.

Além da compostagem de toda literatura de histórias de mulheres que nos acompanhou e acompanha, as contações de Nephila muito devem a Suely Rolnik e aos contornos que a autora dá aos seus escritos, principalmente à criação do cartógrafo de Cartografia Sentimental (Rolnik, 2011) que é narrado ao acompanhar as linhas dos territórios subjetivos que engendra em sua viagem ao Brasil. Mudamos os nomes das usuárias da SM e das demais personagens envolvidas em suas histórias, para sermos coerentes com o que foi acordado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e pelas razões elencadas na entrada metodológica²⁷ da presente tese.

Nossa intenção é tecer uma história composta de muitas outras histórias, construída na tentativa de fazer literatura a partir de nossos nós na garganta, assim como canais de passagem

²⁶ Nossa intenção aqui é explorar o termo lida em sua ambiguidade, que se faz potente à nossa percepção: lida como verbo ler, do que já foi lido, do que era lido e no sentido de força de trabalho.

²⁷ Ver mais na sessão da presente tese: 1.1 - Quem acredita em sereia sabe os segredos do mar: lentes localizadas para saberes decoloniais.

para germinação de mundos que nos atravessaram e trouxeram sentido às desventuras profissionais naquele recorte temporo-espacial da SM. A história criada aqui tenta ligar tentáculos de resistência, na esperança de ficar com o problema e fazer parentes em um Chuthuluceno cascalhado.

2.3 As contações de *Nephila*²⁸ em cartografias feministas compostas.

Das histórias, eu não sei dizer qual é mais. Como uma laboriosa aranha, tento tecer essa diversidade de fios. Não, meu labor é menor, os fios já me foram dados, me falta somente entretecê-los, cruzá-los e assim chegar à teia final (Evaristo, 2017a, p. 101).

O único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular (Haraway, 1995, p. 33).

As histórias contadas por *Nephila* acontecem em um tempo pandêmico e a saúde de toda humanidade está em risco. Nossa narradora, cartógrafa-feminista-escutadeira, é homônima de uma espécie de aranha muito comum na Mata Atlântica, habituada a tecer suas teias com fios dourados e em formatos circulares. A trama que ela nos apresenta é composta por conversas entre mulheres nas ruas cascalhadas dos arredores de uma cidade pequena do interior do Rio de Janeiro.

Em uma de suas dimensões subjetivas, *Nephila* é constituída por uma experiência complexa, efeito da aptidão para registrar os sinais de formas e forças que incessantemente transversalizam a sua existência. As formas correspondem ao mundo, tal como moldado no contemporâneo, enquanto as forças têm relação com o que nesse mundo plasma em sua condição de vivo, assim como ao que o balança em seus contornos vigentes. Pela via da percepção, a experiência do sensível e do sentimento - a experiência da emoção psicológica - são captados os sinais e as formas que constituem um mundo. Dessas aptidões é composta uma primeira verificação acerca de um mundo, em sua concretude e limites que *Nephila* pode intitular como realidade (Rolnik, 2018).

Ao se deparar com algo que consegue tocar, farejar, escutar, ver ou ter acesso pelo paladar, *Nephila* lança mão de sua faculdade “pessoal-sensorial-sentimental-cognitiva” que é a via que produz a experiência da subjetividade enquanto sujeito, pelo encontro do que chega pelos seus sentidos listados com códigos e representações dispostos por nossa narradora em seu repertório simbólico, permitindo-a decifrar os sinais das formas e existir socialmente (Rolnik, 2018). Juntamente com *Nephila*, sentimos esse modo de apreensão do mundo como familiar, visto que é impresso pelos hábitos culturais que nos guiam no cotidiano. Todavia, não se trata da única forma de condução de sua existência, apesar dessa função ter destaque sob o poder do regime-colonial-

²⁸ Encontrada na Mata Atlântica, *Nephila* constitui um gênero de aranhas muitas vezes chamadas de “aranhas-tecedeiras” ou tecedeiras-de-seda-dourada. Essas aranhas são notáveis na sofisticação de suas teias, que muitas vezes assumem uma forma “tridimensional”. Sobre aranha *Nephila clavipes* consultar: [https://pictureinsect.com/pt/wiki/Nephila clavipes.html](https://pictureinsect.com/pt/wiki/Nephila_clavipes.html)

capitalista. Concomitante ao modo pessoal-sensorial-sentimental-cognitiva - dimensão visível a olho nu - vários outros canais operam no tecer de Nephila à modulação de sua experiência nos encontros nas ruas cascalhadas. “Tal redução é precisamente um dos aspectos medulares do modo de subjetivação sob o domínio do inconsciente-colonial-capitalístico” (Rolnik, 2018, p. 52).

Na esfera que abriga nossa condição de viventes, o modo de apreensão do mundo se apresenta distintamente do anterior. É aqui que mora nossa possibilidade, assim como a de Nephila, de compostar e cultivar ações respons-hábeis em um espaço-tempo Chthuluceno (Haraway, 2023) cascalhado. Os efeitos provocados no corpo de nossa narradora (assim como nos nossos), ao captar os sinais das forças que o agitam em sua condição de vivente, são decorrentes dos encontros que resultam em mudanças no diagrama de vetores de força e na relação entre eles, inaugurando formas outras de ver e de sentir, nomeadas por Deleuze e Guattari como “percepto” e “afeto” (Rolnik, 2018).

Rolnik (2018) explica que o percepto corresponde a uma atmosfera que transborda as situações vividas e não deve ter valor denotativo de percepção. O afeto não está ligado a uma emoção psicológica, mas a uma emoção vital que pode ser contemplada pelo sentido do verbo afetar - tocar, perturbar, abalar, atingir -, mas não pelas suas formas substantivadas.

Perceptos e afetos não têm imagem, nem palavra, nem gesto que lhes correspondam - enfim, nada que os expresse - e, no entanto, são reais, pois dizem respeito ao vivo em nós mesmos e fora de nós. Eles compõem uma experiência de apreciação do entorno mais sutil, que funciona sob um modo extracognitivo, o qual podemos chamar de intuição; mas como essa palavra pode gerar equívocos, prefiro chamá-lo de “saber-do-corpo” ou “saber-do-vivo” ou ainda “saber-eco-etológico”. Um saber intensivo, distinto dos conhecimentos sensível e relacional próprios do sujeito, bem como de seus fantasmas - espécie de filtros gerados em sua dinâmica psicológica reduzida ao sujeito e cujas imagens projetam-se sobre suas experiências, o mantendo separado das mesmas (Rolnik, 2018, p. 53-54).

O saber-do-corpo está ligado à capacidade qualificada por Rolnik (2018) como “extrapessoal-extrassensorial-extrapsicológica-extrassentimental-extracognitiva” e tem como efeito de seu funcionamento a convocação do corpo vibrátil, que consiste na vivência fora-do-sujeito, intrínseca a nossa condição de matéria viva. “Nessa esfera da experiência subjetiva, somos constituídos pelos efeitos das forças e suas relações que agitam o fluxo vital de um mundo e que atravessam singularmente todos os corpos que o compõem, fazendo deles um só corpo, em variação contínua” (Rolnik, 2018, p. 54). As relações, nessa lógica outra, se dão por meio de “ressonância” ou “reverberação”. O mundo habita os corpos e neles engendra germens de outros mundos. A pulsação dessa presença larvar nos atira em uma sensação de estranhamento. Rolnik (2018) destaca que em sociedades ocidentais e ocidentalizadas a redução do sujeito pela política de subjetivação proeminente suscita a dissociação das pessoas da condição inerente de viventes, as separando dos afetos e perceptos, acarretando o tamponamento do saber-do-vivo.

Nephila, como sua homônima, trabalha com teias, precisa de interlocuções para ter suportes tentaculares e construir suas histórias. É interessante destacar que a visão das aranhas se faz secundária aos seus sentidos vibráteis. Suas patas possuem fendas que detectam vibrações provindas de outros corpos - espécies companheiras, presas e predadores, em seus mínimos movimentos. Assim como suas parentas, Nephila lança mão de seu corpo vibrátil para acompanhar as cartografias compostas nos encontros cascalhados. Ela precisa de pontos de conexão no mundo para ter morada. Para isso Nephila conversa, escuta, é uma escutadeira. Nos entranhemos nas contações escrevidas de Nephila.

2.3.1 - Parentes na costura

Clélia é uma jovem negra de 34 anos e mora em um distrito distante, pertencente a este mesmo município pequeno do interior do Rio de Janeiro. No lugarejo de chão de terra, ela divide a casa com os pais idosos. Desde que saiu da residência que compartilhava com o antigo homem com o qual ela mantinha uma relação conjugal, Clélia acrescentou ao seu labor de costureira os cuidados dispensados por seus genitores. Quando nos encontramos a primeira vez ela parecia tensa e temerosa, mas dizia que o silêncio não era mais uma opção. Não poderia mais viver manejando o medo de que ameaças, provindas com frequência daquele que dividia a vida com ela há tão pouco tempo, viessem às vias de fato. Ela foi ameaçada de morte por ter abandonado a antiga relação e por essa razão abriu um boletim de ocorrência contra o agressor. Clélia chegou até nós esperando por mais estratégias de segurança. Não tínhamos nada a oferecer em relação a políticas públicas efetivas e ela parecia bem orientada em relação às existentes, porém houve algo que nos ligou. Gostamos de conversar umas com as outras e conversamos outras vezes. Acho que senti umas teias douradas se prendendo naquele cascalho, no fogão à lenha ou em agulhas, talvez.

A partir do discurso de Clélia, lembramos, imediatamente, que o que a nossa recente usuária temia infelizmente não era exclusivo de sua trajetória. O feminicídio é algo que apavora as mulheres brasileiras. De acordo com o último relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Bueno *et al.*, 2024), a região sudeste do Brasil teve o maior crescimento de feminicídios, pulando de 510 vítimas em 2022 para 538 em 2023, correspondendo a um aumento de 5,5%. No balanço nacional referente ao recorte racial as mulheres negras foram as mais atingidas pelos crimes de feminicídio e correspondem 61,1% do total, seguidas das brancas com 38,4%. Computaram 0,3% as amarelas e 0,3% as indígenas assassinadas em 2023.

A primeira vez que nos vimos foi próximo à sua casa e depois algumas vezes no centro da cidade, na sede da Secretaria da Mulher (SM), onde eu trabalhava. Conosco havia outra profissional, a advogada companheira que dividia comigo as angústias e demandas a serem pensadas e atendidas por nós naquele equipamento e suas prescrições da gestão-conservadora-antifeminista. Com o tempo, percebemos mais e mais teias douradas que partiam de Clélia.

Ao mostrarmos o interesse no trabalho de Clélia para uma futura oficina de costura promovida pela SM às municipais, um dos fios dourados foi lançado pelo questionamento da usuária no que tange ao acesso a direitos trabalhistas para mulheres a partir de sua vivência em vínculos precarizados e abusos no ambiente laboral. Clélia trabalhava como faxineira na casa de uma família em um distrito vizinho, também cascalhado. A empregadora tinha uma loja modesta de roupas, onde havia outra funcionária, responsável pelas vendas. Com o fechamento compulsório do comércio em decorrência da necessidade de isolamento social durante o período crítico da Pandemia de Covid-19, a vendedora foi demitida. Em decorrência desse fato, Clélia foi “aproveitada” para as duas funções e chegou a trabalhar por mais de 12 horas por dia, pois atendia clientes na loja fechada, de forma clandestina, até mais tarde. Além de não ter um vínculo formal de trabalho, previsto em lei, Clélia não recebeu nada a mais por isso e procurou uma advogada que entrou com uma ação contra sua antiga chefe.

A vibração de um fio emanado por uma matilha literária feminista se fez presente e parecia se conectar à indignação de Clélia. Ao reivindicar seus direitos trabalhistas na justiça e se recusar a manter uma relação abusiva, denunciando o cônjuge e buscando a SM, estaria a moça a sentir a presença e desejava o enfraquecimento do que Virginia Woolf (2023 [1931]) apelidou de Anjo do Lar? Haveria ressonâncias dos movimentos de Clélia com o que Diniz e Gebara (2022) chamaram de recriar?

Ao ser provocada a refletir sobre suas experiências profissionais, Virginia Woolf (2023 [1931]) situa que o ofício da escrita - acessível às mulheres após o desbravamento do campo por outras autoras mais ou menos famosas e pelo baixo custo das matérias-primas necessárias (papel e nanquim) -, estava ligado a fazer resenhas sobre livros anteriormente publicados, proeminentemente por autorias masculinas, sobretudo naquela época. Para tanto, seu primeiro desafio foi digladiar com o fantasma do “Anjo do Lar”, figura de “natureza fictícia” que assombrava sua liberdade de pensamentos próprios, fundamental para a sua estética laboral.

Virginia Woolf (2023 [1931]) explica que essa aparição a afligia com sua presença rarefeita entre a escritora e o papel, se manifestando como a mais doce das criaturas: resignada, sorridente, sacrificada, sem vontade ou opinião próprias, além do cultivo à pureza ser a característica mais preciosa. Ao escrever suas primeiras palavras, no início da resenha, Woolf topou com ela:

Suas asas fizeram sombra na página; ouvi o farfalhar de suas saias no quarto. Quer dizer, na hora em que peguei a caneta para resenhar aquele romance de um homem famoso, ela apareceu atrás de mim e sussurrou: “Querida, você é uma moça. Está escrevendo sobre um livro que foi escrito por um homem. Seja afável; seja meiga; linsonjeie; engane; use todas as artes e manhas de nosso sexo. Nunca deixe ninguém perceber que você tem opinião própria. E principalmente, seja pura”. E ela fez que ia guiar minha caneta. (...) Fui para cima dela e agarrei-a pela garganta. Fiz de tudo para engasgá-la. Minha desculpa, se tivesse de comparecer a um tribunal, seria legítima defesa. Se eu não a matasse, ela que me mataria. Arrancaria o coração da minha escrita. Pois, na hora em que pus a caneta no papel, percebi que não dá para fazer nem mesmo uma resenha sem ter opinião própria, sem dizer o que a gente pensa ser verdade nas relações humanas, na moral, no sexo. E, segundo o Anjo do Lar, as mulheres não podem tratar de nenhuma dessas questões com liberdade e franqueza; se querem se dar bem, elas precisam agradar, precisar conciliar,

precisam - falando sem rodeios - mentir (Woolf, 2023 [1931], p. 12-13).

Dentre as atribuições da profissão de escritora, uma das primeiras exercidas por mulheres, estava matar o Anjo do Lar. Woolf (2023 [1931]) definiu a tarefa como custosa e dura ao lamentar acerca do tempo e energia que preferia ter dispensado com outros aprendizados e vivências. Diniz e Gebara (2022) destacam que somos herdeiras da desobediência de várias mulheres (parentas) sobreviventes ao patriarcado antes de nós, restando às nossas mãos, e das que nos sucederem, a responsabilidade pela incansável recriação do feminismo, pois “A educação recriadora do feminismo jamais foi a financiada pelo patriarcado para garantir a sua reprodução” (Diniz e Gebara, 2022, p. 159). Uma simpoiética (Haraway, 2023) feminista se engendra nas interseções entre mulheres que se reconhecem no cuidado e na construção de alianças coletivas para paulatinas insubordinações” (Diniz e Gebara, 2022).

O que Clelia não sabia era que também nós, profissionais com formação acadêmica, que tínhamos assegurados nossos direitos trabalhistas por vínculos legais - sendo uma servidora pública e outra contratada pela prefeitura - não desfrutávamos de muita liberdade para criação e sofriamos com isso, cabendo em nossos encontros com as usuárias o que parecia haver de mais singularizado na SM. Neste ponto recordo do fio dourado do “Gossip”, puxado por Federici (2019), que deflagra a potência dos encontros entre mulheres e, ao mesmo tempo, o ataque cotidiano que enfrentamos para manutenção do enfraquecimento dessa prática a partir de sua banalização, inclusive no contexto de uma secretaria pública que se anuncia promotora de direitos para as mulheres. Nossa usuária se mostrou descontente com os abusos sofridos no trabalho e relacionamento, cenários em que, entre outras coisas, desmereceram o seu discurso.

Clelia se mostrou interessada em ensinar o ofício da costura para outras mulheres, era uma prática que lhe dava muito prazer. A costureira parecia se constituir com os trajes que maquinava de acordo com o que sabia de suas clientes, do que lhe era relatado nas encomendas. Nos mostrou seus desenhos e explicava que morava nos detalhes a personalização de cada roupa confeccionada por suas mãos. Clelia também era uma escutadeira, sentia a vibração do desejo e o buscava na materialização da feitura de suas peças, o que se constituía coletivamente a cada encontro. Sedas aracnídeas de Diniz e Gebara se conectam conosco (2022) quando trazem que “ouvir não pede só ouvidos, mas muitos afetos. O verbo é uma alegoria de como deve se posicionar o corpo que se prepara para transformação feminista” (p.18). Vimos vestidos de noiva, roupas para formaturas, máscaras para uso na pandemia... todas abrigavam uma história. Clélia se aproximava daquelas pessoas, fazia parentes, uma família de pano e de gente secretava uma atmosfera para aqueles croquis.

A sensação de reverberações chegou como o balanço de uma teia ligando a fraternidade da costura descrita por Clélia ao que traz Haraway (2023) acerca de fazer parentes no Chthuluceno. A autora, apoiada em Anna Tsing e Jason Moore, explica que o cambiamento do Holoceno para o

Antropoceno tem como efeito a escassez de parte importante de lugares de refúgio, onde assembléias de espécies podem se recompor após eventos extremos como pandemias, desmatamentos, incêndios de larga escala, etc. e chama atenção para a constatação de que a maior porcentagem da Terra foi drenada, esgotada, envenenada, exaurida alertando que a natureza barata e acessível está de fato a se aproximar do fim (Haraway, 2023).

O Holoceno corresponde ao largo tempo em que espaços de refúgio ainda existiam e eram múltiplos, o que dava suporte a remundificações, ladeadas por abundante diversidade cultural e biológica. O Antropoceno está ligado à destruição de muitas dessas moradas de refúgio e contorna graves discontinuidades (Haraway, 2023), provocando algo próximo com o que cantou Renato Russo: “O futuro não é mais como era antigamente”²⁹.

Haraway (2023) expõe que nossa labuta está em tornar o Antropoceno o mais breve possível ao cultivar, de inúmeras formas e conexões, porvires reconstrutores de moradas sustentáveis. Sobre a demanda por um grande nome que contemplasse esse trabalho para o fomento de futuros baluartes com forças e poderes sinctônicos, dinâmicos e contínuos que as pessoas fizessem parte, colocando em jogo as continuidades, a autora declara: “Talvez, mas só talvez - e somente com intenso compromisso, trabalho e jogo colaborativos com outros terranos -, o florescimento de ricos agenciamentos multiespécies que incluem as pessoas será possível. Chamo tudo isso de Chthuluceno - passado, presente e porvir” (Haraway, 2023, p. 200).

O Chthuluceno de Haraway (2023) integra infinitas temporalidades e espacialidades em uma abundância de agenciamentos em arranjos intra-ativos que “compreendem mais-que-humanos, outros-que-humanos, não humanos e humanos-como-humus” (Haraway, 2023, p. 201). A autora, inspirada em Jim Clifford, constata que “precisamos de histórias (e teorias) que sejam apenas grandes o suficiente para reunir as complexidades e manter as bordas abertas e ávidas por novas e velhas conexões, sempre surpreendentes” (Haraway, 2023, p. 201) e chama de “ficar com o problema” meios modestos de recuperação parcial na busca por narrativas reais que sejam também “fabulações especulativas” e “realismos especulativos”.

Haraway (2023) usa a sigla SF para denominar diversas palavras que trazem ações para a complexa tarefa de ficar com o problema com responsabilidade, que precisa ser remendada coletivamente no Chthuluceno: ficção científica (*science fiction*); fantasia científica (*science fantasy*); fabulação especulativa (*speculative fabulation*), fato científico (*science fact*) e figuras de barbante (*string figures*). Os jogos se aproximam de retransmissões importantes para narrações de histórias de mão em mão, de um vínculo a outro, funcionando apenas quando há alguém que se sustente na recepção dos fios para passar adiante o padrão. O ritmo entre dar e receber precisa se manter para o florescimento de mundos outros. Sendo assim:

Importam as matérias que usamos para pensar outras matérias; importam as estórias que

²⁹ RUSSO, Renato. “Índios”. In: Dois. Emi-Odeon Brasil, 1986.

contamos para contar outras histórias. Importam quais nós amarram nós, quais pensamentos pensam pensamentos, quais descrições descrevem descrições, quais laços enlaçam laços. Importa quais histórias produzem mundos, quais mundos produzem histórias (Haraway, 2023, p. 27)

A partir do encontro com Clélia, acrescentaríamos que importam as agulhas que costuram as costuras dos tecidos das histórias que chegam até nossa parenta escutadeira. Clélia parece se trançar ao trançar a parentada na medida em que acessa, com sua solicitude, a verbalização de esperanças e desafios vividos por quem demanda seus serviços personalizados. No movimento de sua responsabilidade de ficar com o problema (Haraway, 2023) os mundos vão sendo engendrados - fazendo furo em uma atmosfera social machista, misógina e hegemônica - concomitante a confecção das peças, no acolhimento das esperanças e expectativas diante da vida feminina que se reconhece comunitária em um Chthuluceno cascalhado. Ela intui, no invisível, via corpo vibrátil, a presença de perceptos e afetos secretados na interseção dos corpos falantes e lhes oferece ligas vibráteis criando, simpoiéticamente, com tecido e afeto, novos mundos feministas, via a materialização de novas máscaras provenientes desses encontros (Rolnik, 2011). Nesse ponto, sentimos o traçar de cartografias feministas de ateliê a partir de linhas flexíveis, de fuga e agulhas mutantes.

Segundo Deleuze (1996 [1977]), grupos ou indivíduos são constituídos por linhas de diferentes tipos, havendo as de segmentaridade dura, segmentaridade flexível e as linhas de fuga. As primeiras, que estariam em um modo molar, compõem uma cadeia de segmentos rígidos, ligados às instituições em que quase todos nós estamos inseridos: família, escola, trabalho, etc. Estes segmentos, bem delineados, trazem efeitos diretos sobre nossa subjetividade, nos fragmentando e dizendo como devemos agir: “E de cada vez, de um segmento ao outro é-nos dito: já não és um bebê; e na escola, aqui já não estás como na família (...)” (Deleuze, 1996, p.151). As linhas de segmentaridade flexível têm seu funcionamento de modo molecular, não por dizer respeito a algo menor ou mais íntimo, mas porque traçam alguma modificação, algum desvio às linhas duras. Estas linhas funcionam simultaneamente, Deleuze exemplifica esta relação:

Uma profissão, por exemplo, professor, juiz, advogado, contabilista, mulher da limpeza, é um segmento duro, mas é também muitas coisas mais: quantas conexões, atrações e repulsas que não coincidem com os segmentos, quantas loucuras secretas e contudo em relação com os poderes públicos. (Deleuze, 1996, p.152)

Barros (2007), ao trabalhar sobre a forma como se dá o conhecimento, nos traz que não há primazia do sujeito que conhece ou do objeto a ser conhecido. As coisas são constituídas em meio a relações compondo planos, ou seja, objeto e sujeito vão acontecer no momento em que se relacionam, se formam em constante processo.

A autora, baseada em Deleuze, especifica a existência de dois planos, molar e molecular, alertando para o fato de não estarem distintos por oposição, não sendo polos biunívocos de uma

relação. Estes planos são compostos por linhas duras ou segmentárias, nômades ou flexíveis e de fuga. Nos dois planos coexistem as três linhas, porém há um tipo que prevalece. No plano molecular a incidência maior é das flexíveis e de fuga, enquanto que o molar estaria com a prevalência das duras. As linhas duras estariam funcionando atreladas a códigos de referência que significam os demais, formando um sistema arborescente:

No sistema arborescente, Um se torna sempre dois e mesmo quando se desdobra em três ou quatro, é por derivação do Um (...). Há sempre uma forte unidade principal tomada como referência primeira. As significações locais, secundárias, são decorrentes da principal, originária. (Barros, 2007, p.206)

As histórias tecidas por Haraway (2023) são complexas e constituídas de vida, morte, finais e inícios. Nessas paisagens, participantes multiespécie em entremeios de simulacros recriam formas de habitação e cooperação tentacular, ao longo de linhas - nem pontos, nem esferas. “O Chthuluceno não é sagrado nem profano: essa mundificação terrena é completamente terrana, lodosa e mortal, e está em jogo agora” (Haraway, 2023, p. 112). O slogan do Chthuluceno é “Faça parentes, não bebês!” numa perspectiva desfamiliarizada ao encarar seres da Terra enquanto parentes, pois dividem a mesma carne, a mesma “casa”. A autora reconhece a complexidade do desafio, além da densa responsabilidade a nós feministas direcionada:

Fazer - e reconhecer - parentes talvez seja a parte mais difícil, e a mais urgente. As feministas de nossa época têm sido responsáveis por desenredar a suposta necessidade natural das amarras entre sexo e gênero, raça e sexo, raça e nação, classe e raça, gênero e morfologia, sexo e reprodução, ou ainda entre a reprodução e a composição de pessoas (Haraway, 2023, p. 203)

Clélia trouxe ainda outros fios dourados que tiveram lugar em nossas teias analíticas. Ela tinha medo de engravidar, não queria de maneira nenhuma e se preocupava com esse imperativo social, que apesar de com maior frequência ser endereçado às mulheres brancas, cisheteronormativas e de classe média, também sentia ter recaído sobre ela, uma mulher negra do interior. Não sabia de programas de planejamento familiar, tampouco havia participado de algum em sua vida. Disse que percebia que uma política pública nessa direção, principalmente dentro das escolas, poderia ser muito potente para que pessoas como ela, que não desejavam filiação, ou pelo menos que não mereciam ter que assumir a responsabilidade pelos cuidados de uma criança ainda tão jovens, pudessem ser beneficiadas de informações fundamentais acerca de formas de cuidados de si em relação à vida e direitos reprodutivos.

Como todas, todes e todos podem imaginar, esses fios também não são exclusivos de Clélia. Sendo assim, optamos por desenrolá-los no nosso próximo encontro a ser narrado.

2.3.2 - Parentas de casa nova

Heloísa tinha 51 anos à época de nossos encontros e morava em um distrito cascalhado longe do de Clélia. Funcionária pública, nossa parenta trabalhava como merendeira em uma creche local, se identificava como uma mulher branca e há sete anos estava casada com Tomás. Tomás tinha uma filha, fruto do seu relacionamento anterior, Beatriz. Heloisa buscou pela SM por duas razões. A primeira estava relacionada à preocupação acerca de desdobramentos possíveis decorrentes de uma foto que a adolescente, e outras alunas da mesma classe, havia mandado para um grupo de aplicativo de comunicação entre pares. Nas fotos, as meninas vestiam poucas roupas e se apresentavam de forma “sensual”, segundo o relato da usuária da SM. Naquele momento, seu marido estava à frente das conversas com os pais das colegas de Beatriz e assegurava que as fotos tinham sido apagadas, sem maiores constrangimentos ou consequências. Porém, Heloísa além do desassossego pelas ações da enteada, também externou descontentamentos ligados ao seu relacionamento conjugal.

Nos encontros que se seguiram, Heloísa nos contou que apesar de dividir o teto com Tomás desde o casamento, Beatriz passou a morar com o casal no ano de 2019, quando se mudaram para uma casa nova. Antes, quando a menina estava sob a guarda da mãe e vinha aos finais de semana, a usuária já sentia certo endereçamento para que ela, por ser companheira do pai, assumisse os cuidados da enteada, o que se agravou com o convívio cotidiano e se tornou insustentável com a hiper convivência imposta pela Pandemia de COVID-19.

Em uma de nossas conversas, a merendeira relatou não ter nascido com o desejo da maternidade e que tinha sido muito difícil sustentar essa decisão, visto que a pressão familiar e social foi muito grande: a mãe queria um neto, as amigas tinham filhos e assuntos relacionados à maternidade frequentemente etc. Por ter se respeitado e cuidado de si durante todos os anos pregressos, ela sentia orgulho da mulher que se tornou, de ter um emprego público, independência e até do casamento aos 45 anos, mas dizia que não contava com essa peça que a vida trouxe: cuidar de uma filha adolescente. Beatriz não tinha culpa nenhuma, Heloisa dizia que a questão não estava em qualquer conduta da menina. A problemática residia em Tomás, que ao não assumir os cuidados da filha empurrou a atribuição para ela, mesmo depois de tanta conversa sobre o assunto.

Tomás saía muito cedo para o trabalho e voltava tarde, ainda com aulas remotas do curso de graduação em Administração em que estava matriculado, muitas vezes dormiu em frente a tela do computador. Heloisa trabalhava no turno da manhã preparando refeições na escola, pois as aulas presenciais voltavam aos poucos naquele município, de forma escalonada, nos primeiros meses de 2021. Diante do tempo que ficavam juntas, Beatriz se aproximou muito de Heloísa, elas se gostavam e Beatriz, ao sentir o desconforto da companheira do pai, pediu para que ela não fosse embora, não a abandonasse.

Diante da sinceridade e afeto da garota, Heloísa balançou e começou a perceber que também gostava dela, mas, surpreendentemente, não gostava mais do marido. Heloísa não deixaria a relação por causa de Beatriz, cuidou e se afeiçãoou à menina que acabara de ter a menarca e

parecia ter percebido isso no desenrolar de nossas conversas. Heloísa e Beatriz se fizeram parentas em cuidados e afetos feministas? Heloísa agora queria ficar com Beatriz, mas não queria mais Tomás e não sabia como agir. A parceira advogada orientou sobre guarda entre outras questões legais que atravessam cuidar de uma criança ou adolescente sem parentesco sanguíneo direto.

Heloísa voltou, havia se decidido, queria se separar de Tomás, mas não queria Beatriz fora de sua vida, queria o direito de visitar a adolescente. Também não queria ser responsável pelos cuidados ou guarda. Ela não queria ser mãe de Beatriz, queria ajudar a adolescente nos desafios enfrentados pelo fato de ser mulher nesse mundo, como o de se cuidar no período menstrual ou fazer uso consciente e saudável de redes sociais. Queria ser amiga da menina, apenas. Sua família e amigos não entendiam seu desejo, dizia não encontrar quem a entendesse minimamente. Qual era o lugar de uma relação assim? As pessoas questionavam, ela se questionava. Sugerimos um encaminhamento para acompanhamento clínico com uma psicóloga para um maior espaço de fala, ela aceitou.

As notícias que ela trouxe foi que ela e a profissional da Policlínica, que ficava no centro da cidade, tinham boas sessões toda semana. Além de gostar de ter um compromisso semanal fora do lugarejo onde vivia, a psicóloga estava a ajudando a pensar, ela dizia. Era preciso pensar. Heloísa parecia tomar em suas mãos a responsabilidade de ficar com o problema no Chthuluceno cascalhado, ao criar desvios em meio a padrões hegemônicos de parentescos e afetos (Haraway, 2023).

Até o último atendimento com Heloísa, em dezembro de 2021, ela externava “não ter tido coragem” de se separar, apesar de acreditar que estava certa disso. Um fio vibrou em nossa teia: Estaria a transbordar o desejo em Heloísa na busca por canais para construção de uma nova máscara ao se “aparentar” com Beatriz, apesar de Tomás? Encontramos Suely Rolnik (2011) a vibrar novamente em nossa teia, trançava contribuições sobre desejo, afetos e decolagens.

Rolnik (2011) explana sobre a procura do desejo, entendido aqui como processo de produção de universos psicossociais, num movimento que se desdobra em três. No primeiro dos três movimentos, a cena concreta é descrita: uma mulher e um homem, em qualquer lugar do mundo, se esbarram e se olham de forma amistosa. Essa dimensão está disponível na extensão de um olho nu. Ao ter o corpo vibrátil ativado, conseguimos sentir o toque do invisível trazendo consigo percepções mais cuidadosas. Nessa nova chave se delineia um primeiro ato do desejo - Rolnik (2011) atropofagia Spinoza - “No encontro, os corpos, em seu poder de afetar e serem afetados, se atraem ou se repelem. Dos movimentos de atração e repulsa geram-se efeitos: os corpos são tomados por uma mistura de afetos” (Rolnik, 2011, p. 31).

O movimento dois do desejo é trazido por Rolnik (2011) também com a figura de uma mulher e um homem, mas agora em um espaço mais específico: uma praça do Brasil metropolitano anterior aos anos 1950 ou contemporâneo de alguma cidade interiorana. A personagem feminina aqui, ao se deparar com o homem, sente “algo” que a deixa bamba, mas que logo encontra

contornos definidos, emerge a “aspirante-a-noivinha”. O par também parece desempenhar um papel reconhecível, extraído do mesmo repertório. Evidentemente os percursos são comuns, se comunicam na esfera visível e na invisível. As intensidades encontraram sentido, nessas duas existências. A “aspirante-a-noivinha-que-vinga” foi concebida na paisagem.

Por meio do corpo vibrátil entendemos que no desenrolar do movimento dois a construção da cena foi viabilizada em decorrência do plano de consciência, composto pelas intensidades do casal, geradas pelo encontro. Esse arranjo é ulterior a uma série de imperceptíveis processos de simulação que funcionaram ao mesmo tempo e sucessivamente, como uma imagem de caleidoscópio, formando o território existencial captável a olho nu - uma série de máscaras -, configurando o terceiro movimento do desejo. Rolnik (2011), antropofagiando Guattari, define plano de consistência como:

Um plano em que seus afetos tomaram corpo, literalmente, delineando um território no qual, como você, o homem e a aspirante-a-noivinha puderam se situar. De tudo isso, seu olho, aquele acoplado à câmera, só percebeu uma composição de máscaras. Mas aquele seu outro olho, o do respiradouro para o invisível, sabe que tal composição é efeito de uma série de imperceptíveis processos de simulação que se puseram a funcionar, ao mesmo tempo e sucessivamente (Rolnik, 2011, p. 32).

Ainda alimentada da antropofagia de Guattari, Rolnik (2011) nos apresenta o movimento três. Aqui a autora fala de um tipo de “cristalização existencial” composta por uma série de agenciamentos de matérias de expressão. Esse compilado de gestos, falas etc que se repete traz uma sensação de familiaridade e segurança, pois os imperceptíveis esquemas de atração e repulsa conseguiram se firmar na formação de um território. A autora chama atenção ainda ao perigo das generalizações diante da experiência com as cenas dos encontros elencados e explica que as máscaras de noivinhas são formadoras de artefatos de expressão, permitindo a passagem dos afetos vívidos, assim como outras.

Rolnik (2011) traz uma segunda figura, dentro do movimento três. Novamente estamos em um lugar depois dos anos 1950 e uma mulher encontra um homem. Ela sente algo, parece tentar ir na direção da máscara de aspirante-a-noivinha, mas aqui o artefato não engrena. A moça se apresenta a olho nu como alguém pouco à vontade, sem lugar, ao se deparar com o homem. Na esfera do invisível, as intensidades em jogo “são como partículas soltas de afeto, lascas que escapam às máscaras do território matrimonial” (Rolnik, 2011, p. 34). A máscara apresentada nas cenas anteriores não funciona aqui e nos deparamos com uma “aspirante-a-noivinha-que-gora”. A autora nos atenta que as máscaras perecem e que mesmo a “aspirante-a-noivinha-que-vinga”, em algum momento, não se servirá mais das que fizeram sentido outrora em paisagens a serem formadas. Talvez por isso Heloisa perturbasse: que noivinha comporia com ela?

A partir dos descaminhos frente à máscara matrimonial, “a noivinha-que-gora” é desdobrada por Rolnik (2011) em duas vias. Na primeira, a personagem, apesar de acompanhada

por acentuado desconforto, não consegue desistir de seguir o mesmo repertório obsoleto. “Gruda na máscara como se fosse sua essência” (Rolnik, 2011, p.34). A máscara matrimonial, por não operar mais, endurece em uma “noivinha-que-gora-e-gruda”. Na segunda, se apresenta uma versão mudada. “Mais corajosa, talvez, ela aguenta ir se equilibrando na corda-bamba sobre o abismo que a ausência de rosto - sua máscara desterritorializada - cava em sua alma” (Rolnik, 2011, p. 34). Movimentos de simulação em novos componentes de expressão vão se traduzindo em novas máscaras para composição de um plano de consistência. A “noivinha-que-gora-e-decola” “pôde dispor-se a acolher os movimentos de desterritorialização e territorialização dos seus afetos” (Rolnik, 2011, p.35). Heloísa parecia uma decoladora. Estaria em decolagem com Beatriz?

2.3.3 - Irmãs do Braille

Meu primeiro contato com Maura foi através de sua voz firme e delicada que, ao telefone, solicitou atendimento domiciliar da SM. Ainda nessa conversa à distância ela justificou o pedido pela sua dificuldade de locomoção devido à pandemia, à sua deficiência visual e ao seu desejo de contribuir com os trabalhos dessa nova pasta, segundo ela, tão necessária à vida das munícipes.

Ao chegar na casa de Maura, com data e horário marcado, fomos recebidas na sala, onde funcionava uma espécie de brechó. Mais uma vez os tecidos nos rodeavam e nossa anfitriã falou da importância da reutilização das coisas para sustentabilidade e manutenção da vida. Ela se identificava como uma mulher negra, tinha 52 anos, formação superior em tecnologia de agronegócio e informou que trabalhou em diversos lugares ao longo de sua trajetória profissional, até perder a visão em decorrência de complicações de saúde por conviver com HIV. Na época das entrevistas recebia um salário mínimo de Benefício de Prestação Continuada (BPC) e se queixava de não receber sequer décimo terceiro, após longo período de contribuição previdenciária.

Nossa anfitriã parecia sentir os passos nas ruas e vez ou outra cumprimentava alguém que passava lá fora. As pessoas falavam sobre as roupas que gostariam de trocar, de doar, de comprar. Eram feitas também encomendas de perfumes, maquiagens e demais itens vendidos em revistas. A maior parte transeunte que passava na rua eram mulheres. Maura sentia a presença das pessoas pela rotina, pela voz, pelo caminhar. Ela nos explicou que à medida que foi perdendo a visão, a audição se fez mais presente e mais intensa a auxiliando em uma nova forma de reconhecer o mundo.

Maura nos contou que passou por quatro gestações, mas que somente dois dos seus filhos moram na mesma cidade e que com os outros (são quatro homens) ela fala pelo telefone esporadicamente. Compartilhava a casa com o mais novo, que é solteiro e auxilia nas tarefas cotidianas. Curiosamente nunca nos deparamos com ele, possivelmente por estar em horário de trabalho. Maura estava viúva havia vinte anos. Disse que nunca se relacionou com outras pessoas por medo de “passar a doença” e de rejeição. Ponderou que ainda as pessoas sabem pouco sobre o

HIV, principalmente no interior, o que faz com tenham atitudes preconceituosas.

A usuária dizia sentir na pele os efeitos da gestão federal genocida, ainda em exercício em 2021. Maura se percebia como alvo daquela (des)governança e desde que tiveram a vitória nas urnas em 2018, vizinhos desrespeitosos se sentiam no direito de violentá-la, mesmo que indiretamente, por exemplo, quando colocavam, praticamente em frente a sua casa, músicas de conteúdo misógino em alturas insuportáveis, principalmente para sua audição apurada. Disse que já havia reclamado na prefeitura, mas nunca teve um retorno sequer. Ela dizia que sentia a violência contra as mulheres como algo muito mais capilar do que pode parecer, as agressões moram no cotidiano, invadem nossas casas.

Ao findar um de nossos encontros - depois do primeiro, ficamos quase dois meses indo quase toda semana conversar com Maura - três mulheres, com máscaras de pano no rosto - todas usávamos nessa época -, chegaram com quitutes no momento em que saímos. Da vez seguinte que nos vimos, a usuária explicou que esporadicamente algumas mulheres que circulavam peças em seu brechó - compravam, vendiam, doavam etc - se reuniam em sua casa e que nesses encontros ela “captava” muitas dificuldades dessas vizinhas em enunciar suas demandas. Ao responder o questionário ela destacou que a falta de políticas públicas para o segmento se dava também por isso, porque as mulheres pareciam treinadas a ficarem caladas (fios transparentes de anjos do lar (Woolf, 2023 [1931] balançavam suas saias em nossa teia) e ela sugeriu que a SM promovesse uma oficina de teatro ou espaço de convivência e fala apenas para mulheres. A proposta foi levada às reuniões com a gestão da SM, que não se mostrou entusiasmada e pediu para esperarmos, pois havia outras urgências para políticas públicas para mulheres para aquele momento que não essas - Quais seriam? Nunca soubemos. No que tange ao espaço de convivência para mulheres trabalharemos os desdobramentos na terceira cena, da terceira entrada.

Outro ponto que inculcou Maura estava relacionado às usuárias em potencial da SM que poderiam compartilhar de sua condição. Ela questionava: onde estão as outras mulheres com deficiência visual do município? Por que não encontrava - pelo menos antes do isolamento social pandêmico - as pessoas que são acompanhadas por conviverem com o HIV em outros espaços que não o hospital?

Maura nos contou que uma das coisas que mais sentia falta da sua visão era que com ela veio a impossibilidade de ler. Ela usava leitores de celular para ter acesso aos livros e fazia leitura em Braille, mas ainda com dificuldades. Havia feito um curso no Instituto Benjamin Constant - equipamento federal que atua na educação e reabilitação de pessoas com deficiência visual-, mas o deslocamento para o Rio de Janeiro a cansava muito. Ela sabia que se a SM oferecesse aulas de Braille apareceriam mulheres em condições semelhantes às suas interessadas. Informou que havia conversado com a secretária de educação, que valorizou sua demanda, mas nunca havia dado retorno. Há tempos falou com a secretária da nossa pasta, antes das nossas visitas, mas nunca soube alguma proposta similar em qualquer equipamento da prefeitura. Outrora, por não conseguir se

deslocar sozinha devido a falta de acessibilidade, lutou pela inclusão de seu filho no benefício de gratuidade de transporte público, pois precisava dele nas consultas e internações e nunca conseguiu. Entendia que a pandemia exigia muita energia para resolução de urgências, mas por que então abrir uma secretaria endereçada aos direitos das mulheres e não incluir as demandas das mulheres com deficiência?

Débora Diniz (2003) atenta que o feminismo - repleto de embates e discordâncias com as estruturas de poder - é ação política e está ligado ao compromisso de luta contra todas as formas de opressão e desigualdade, em especial a pesquisas ligadas ao gênero, deflagrado nos trabalhos de teóricas feministas. Contudo, é importante destacar que os estudos de gênero compõem arcabouços analíticos para o movimento, não configurados como exclusivos. Sendo assim, o feminismo não está limitado a apenas essa perspectiva. A autora traz que entende como importante

(...) uma das primeiras tarefas de quem trabalha com epistemologia feminista no Brasil, em especial no campo da saúde, é reabilitar o conceito de feminismo no mundo acadêmico, não apenas diferenciando a perspectiva de gênero da feminista, mas principalmente tornando explícitas as premissas epistemológicas do feminismo (Diniz, 2003, p. 1)

Por partirem do pressuposto político e teórico de que desigualdades e opressões contra grupos vulneráveis precisam ser enfrentados, perspectivas feministas podem ser oportunas para estudos da deficiência (Diniz, 2003). Mello e Nuernberg (2012) apontam que a categoria deficiência ainda é muito pouco investigada nas produções acadêmicas feministas brasileiras, não é incluída com frequência na maior parte das políticas sociais que trabalham para promoção de equidade de direitos no país, além do fato de que muitos estudos dedicados a deficiência trabalham ainda de modo isolado, sem levantar a transversalidade elementar que compõe o campo, por se tratar o fenômeno de

um processo que não se encerra no corpo, mas na produção social e cultural que define determinadas variações corporais como inferiores, incompletas ou passíveis de reparação/reabilitação quando situadas em relação à corponormatividade, isto é, aos padrões hegemônicos funcionais/corporais. Nesse sentido, a deficiência consiste no produto da relação entre um corpo com determinados impedimentos de natureza física, intelectual, mental ou sensorial e um ambiente incapaz de acolher as demandas arquitetônicas, informacionais, programáticas, comunicacionais e atitudinais que garantem condições igualitárias de inserção e participação social (Mello e Nuernberg, 2012, p. 636).

Os esforços brasileiros referentes à interface dos feminismos com os Estudos sobre Deficiência e modelo social da deficiência, se destacam nos trabalhos pioneiros da antropóloga Débora Diniz no Instituto de Bioética e Direitos Humanos (Anis) da Universidade de Brasília (UnB). Mello e Nuernberg (2012) explicam que, na contramão do paradigma biomédico, o modelo social da deficiência busca pela desnaturalização da necessidade de reparação/reabilitação do corpo deficiente para o emergir como fruto de suas interações pessoais, ambientais e sociais. Por esse prisma, as situações violentas e opressoras que atingem pessoas com deficiência não são

geradas pela lesão corporal, mas são efeitos de um aparato social incapaz de atender à diversidade e à variação corporal humana. Esse modelo social da deficiência se fez fundamental, pois “promoveu a primeira guinada ao elevar as pessoas com deficiência ao *status* de sujeitos de direitos humanos e não reduzindo esse grupo social como mero objeto de intervenção clínica, de reabilitação ou de assistencialismo” (Mello e Nuernberg, 2012, p. 638).

Uma das pioneiras em tecer críticas acerca da noção de independência valorizada pela primeira geração dos Estudos da Deficiência, Eva Kittay, filósofa estadunidense, defendeu a ideia de interdependência como condição humana elementar às pessoas com ou sem deficiência. Responsável pelos cuidados de uma filha com deficiência, Kittay defendia que depender de outras pessoas é imprescindível à humanidade e, no que tange às pessoas com deficiência, a garantia de cuidado consiste em um direito fundamental ligado à manutenção da vida e à conquista da dignidade. (Mello e Nuernberg, 2012). O pensamento de Kittay nos desloca a pensar o cuidado

como uma responsabilidade do Estado e da sociedade, desnaturalizando essa atividade como naturalmente feminina e propondo uma *ética do cuidado* [termo cunhado por Kittay] que se pautar nos direitos humanos e reconheça a deficiência (incluindo aí a dependência) como condição inerente à diversidade humana (Mello e Nuernberg, 2012, p. 642).

Na literatura encontramos parentesco com a afirmação da interdependência como condição terrena nos trabalhos “A Parábola do Semeador” (2019) e a “Parábola dos Talentos” (2019a) de Octavia Butler, escritora estadunidense, autora de *best sellers* de ficção científica. Os livros foram escritos e publicados nos anos 1990 e têm Olamina como protagonista-narradora. A adolescente negra e alta - que posteriormente usa essas características para se proteger ao ser confundida com homens, compreendidos como menos vulneráveis aos abusos -, é portadora de uma doença relativamente comum em seu tempo (2024! Mesmo ano de conclusão da escrita da presente tese). A hipersensibilidade que faz Loren Olamina sentir as dores de qualquer ser vivo que a rodeia é decorrente de uma substância pela qual sua mãe era adicta em sua gestação.

A saga das parábolas começa com o aniversário de quinze anos de Olamina e retrata um contexto apocalíptico, tempo em que, por exemplo, o preço da água ultrapassa o da gasolina e que as pessoas residem em conjuntos habitacionais murados sem ter quase nenhum contato com o exterior, em esfacelamento. O pai da adolescente é um professor universitário, pastor de uma igreja e líder daquela comunidade (Butler, 2019).

Na primeira parte da trama dividem a casa Olamina, o pai, o irmão e a madrasta. Porém, logo o condomínio e a cidade são devastadas com fogo, furtos, morte e fome. As pessoas voltam a ser nômades e a adolescente se junta a homens, mulheres e crianças desconhecidas, aleatoriamente. O grupo decide se proteger ao compartilhar a caminhada. Naquele tempo quem anda só está à deriva mortal. Ela vê pessoas se alimentando de carne humana assada em fogueira, cadáveres espalhados e gente desesperada por toda parte. A protagonista narra muitos pontos de divergência entre sua concepção do mundo e da doutrina disseminada em sua comunidade de

origem e por isso começa a escrever livros - parábolas - para constituição de uma nova forma de habitar o planeta, tendo como principal princípio a Mudança. “Tudo o que você toca, você muda. Tudo o que você muda, muda você. A única verdade perene é a mudança” (Butler, 2019, p. 102).

Loren Olamina, na busca por uma terra para refúgio e reconstrução da vida, chega com a parentada que se criou nas estradas a uma antiga fazenda saqueada outrora. Neste lugar se estabelecem e começam a viver a partir de trabalhos coletivos e sustentáveis, cada um cuidando coletivamente de todo mundo e vice-versa. Sementes coletadas e trazidas de outros tempos são plantadas, as árvores crescem, crianças nascem, parentes morrem (Butler, 2019).

A nova morada é chamada de Semente da Terra, constituída por um bando heterogêneo de sobreviventes do fim de um mundo. A história contada por Butler (2019, 2019a) nos faz imaginar mundos compostos, germinados em meio a uma Terra doente e devastada, mas que pode renascer como fruto do trabalho constante, coletivo e respons-hábil de quem a compartilha com pares e espécies companheiras, de quem composta com a terra. Semente da Terra é composta de humusidades (Haraway, 2023).

Ao analisar as narrativas de Butler (2019, 2019a), Haraway (2023) deflagra que a ficção científica (SF) produzida pela autora traz: “Estórias que tem espaço para o caçador, mas que não eram e não são sobre ele, o Humano autoprodutor, a máquina produtora de humanos da história” (haraway, 2023, p. 238) e destaca que a máxima das Parábolas da Semente da Terra - “Deus é mudança” - evidencia a potência para germinação de sementes de mundos, mesmo em um planeta em transição, decorrente da degradação.

A Semente da Terra ensina que as sementes da vida na Terra podem ser transplantadas, e podem adaptar-se e florescer em todos os tipos de lugar e tempo, sempre inesperados e perigosos. Atenção ao “podem”, não necessariamente “poderiam” ou “deveriam”. O conjunto da obra de Butler como escrito SF está cravado no problema da destruição e do florescimento do ferido - não simplesmente da sobrevivência - no exílio, na diáspora, na abdução e na transportação. Trata-se do dom e do fardo terreno de descendentes de pessoas escravizadas, refugiadas, imigrantes, viajantes e também indígenas. Esse não é um fardo que termina no momento da ocupação (Haraway, 2023, p. 240).

Octavia Butler (2019), ao criar Olamina e sua saga, assume a respons-habilidade de ficar com o problema e faz parentes no Chthuluceno, abrindo canais para imaginação de mundos outros. Maura se compreende coletiva, composta, precisa de suas companheiras que compartilham a sua condição de pessoa que convive com HIV, com deficiência visual, mulher e negra. Ela questiona, quer encontrar suas parentas para pensar em ações para desenvolver comunitariamente respons-habilidades para ficar com o problema e abrir espaço para germinação de histórias e mundo outros, mesmo diante do que parece caos.

A busca de Clélia, Heloísa e Maura à SM, após o breve encontro dos questionários, o compartilhar de suas histórias conosco, proporcionou fios dourados para montagem de teias-desentido para insistirmos em exercer o ofício - esse tão atacado nas propostas de ações pela gestão - de psicóloga-pesquisadora-escutadeira-cartógrafa-feminista-escreviente. As três narrativas

pareciam estar em compostagem com Haraway (2023) acerca da trabalhosa responsabilidade de ficar com o problema com jogos de barbante em um mundo degradado, numa dinâmica que só pode se engendrar coletivamente, a partir de multiplicidades que ressoam e agem em um plano de imanência (Deleuze, 1991).

Nossas parentas pareciam nos contar de seus nós-na-garganta, pensavam e passavam o pensamento, e pensavam de novo, numa dinâmica de resistências que as permitiam escutar o saber-do-vivo que nos habita, a partir da sensibilidade de se deixar tocar por esse som que se tornou difuso, mas que está presente, permitindo espaço para o canto das palavras-alma de passarinhas, mesmo mediante a imposição vampirista do regime-colonial-capitalístico (Rolnik, 2018).

A chegada a esse gradiente de frequência com o desejo as/nos fizeram dar passagem ao que a vida pedia naquele instante, havendo terreno para construção de novas experiências convocadas nas escutas e que nos pareceu materializadas nas conversas; na reutilização de roupas-histórias; na criação de roupas-histórias; na casa como espaço para encontros e trocas; no afeto e parentesco para além das conveniências (civis ou sanguíneos); em assumir risco por novos caminhos que as levassem a psicóloga na cidade e/ou à luta por direitos coletivos e para as mulheres. teias-artificio-de-saber-do-vivo (Rolnik, 2011, 2018). “Não há feminista solitária, andamos sempre em bando, pois precisamos umas das outras para criar o que ainda não foi pronunciável” (Diniz e Gebara. Esperança feminista, 2022, p. 245).

Além dos trazidos, infinitos outros fios sustentaram nosso trabalho na SM, encontros e reencontros, com diversas outras mulheres, fizeram e refizeram nossas teias. As teias podem parecer frágeis para serem destruídas a qualquer gesto mais brusco, porém, no mesmo tempo que se desfazem, um novo fio-gérmen é lançado com a potência de configurar uma nova trama composta por diversos pontos que as acolhem e as sustentam coletivamente, de novo e de novo, assim como a escrita. “A escrita vai se fazendo nas conexões de afetos que vão forçando passagem, inventando pensamento” (Barros, 2007, p. 30).

Entrada 3: Uma história começa antes que possa ser contada: eles passarão... nós passarinhas

Todos esses que aí estão
Atravancando o meu caminho,
Eles passarão...
Eu passarinho.
(Mario Quintana, **Prosa & verso**, 1987, p.80)

Aos meus nove anos de idade meu pai comprou, em uma banca de jornal, um livro intitulado “Prosa e Verso” do Mario Quintana. Meu encontro com essa publicação foi tão intenso que ele trouxe um igual para me presentear e ser somente meu. Eu tinha uma coisa física com os livros. Gostava do cheiro, de abraçar, de olhar, às vezes sem ler, a estética dos versos, onde acabava cada frase. Os poemas têm um desenho composto pelos versos, uma orla, como se fossem cartografias das águas que as acompanham até o instante em que tocam a areia da praia.

Os poemas ficaram em mim, vários deles me acompanham, assim como a edição de bolso de Quintana (1987), com suas páginas amareladas pelo tempo. Os desafios imperativos de ação em meio à vivência de ataques anti-feministas na SM me traziam, frequentemente, o “Poeminha do contra”, que abre esta entrada. O poeta parece brincar com as expectativas de ações providas por quem ultrapassa seu caminho e se anuncia como “do contra”, pois defende uma negativa a redenção a partir da construção de uma nova forma de encarar os desafios. Em meio a uma passagem impossível, Quintana (1987) devém passarinho, passando a ideia de que até muros, por mais densos que sejam, podem ser sobrevoados.

Conforme anunciado anteriormente, a gestão da prefeitura interiorana era declaradamente afinada com os princípios fascistas do (des)governo federal. No início do primeiro mandato, ano de 2016, estive em uma reunião coletiva com o prefeito, enquanto psicóloga concursada da Secretaria de Assistência Social, e nos foi dito, sem rodeios, que era de preferência da administração municipal profissionais contratadas, visto que as últimas dispensam de maior dedicação para manter seus empregos³⁰.

Para além da invisibilidade da precarização do trabalho que incluiria, neste caso, o risco da falta de continuidade, o que rompe inclusive com o entendimento do que seja uma política pública, a perspectiva presente na SM não era apenas conservadora.

A líder da SM, ao se definir como uma mulher muito religiosa, exaltava ações de Damares Alves, assim como a liderança de Arthur Lira na câmara dos deputados - deputado afiliado ao Partido Progressista e apoiador de Bolsonaro - e falava, publicamente e reiteradamente, que cuidar de uma mulher é cuidar de toda uma família, pois essa é a função destinada às mulheres. Segundo ela, a SM tinha essa missão, sobretudo com as famílias e os Direitos Humanos.

³⁰ Vamos retomar a questão da precarização do serviço público na última parte desta entrada.

Para habitar aquele lugar, seria necessário criar estratégias. Cambiar em devir-passarinhos foi uma forma de voar da limitação de certo cerceamento dualizado ao trazer para lembrança que o paradigma ético-estético-político nos apontava para outras coordenadas, que não funcionam na mesma frequência daquelas que desqualificavam nossos discursos e propostas acerca das políticas públicas a serem construídas e geridas. Resistir à captura não era simples, precisávamos revoar.

As cenas que serão narradas nessa entrada aconteceram na sede da SM, entre fevereiro e dezembro de 2021, período em que trabalhei naquele estabelecimento público. As ações misóginas, convocadas em nossos escritos, pareciam ser encaradas não somente pela gestão, mas também pelas outras pessoas que compartilhavam o espaço de trabalho, como apenas percalços do cotidiano, protocolares, parte das regras de comportamento. Nem de longe tais circunstâncias pareciam ser compreendidas enquanto algo próximo a abuso de poder, violência, preconceito ou discriminação. Conforme anunciado na primeira entrada, materializamos aqui as vivências selecionadas apostando na tentativa de tecer o texto amparadas com recurso metodológico de uma escrita literária-cartográfica-feminista.

3.1 A misoginia nossa de cada dia: o que se tornou um ministério para mulheres

Em 2003, Lula criou, no início do seu governo, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). No site da fundação Perseu Abramo, visando a construção de uma memória política, está escrito: “A SPM foi fundamental na construção de políticas públicas de combate à violência contra a mulher e estimulou a autonomia econômica, a proteção à saúde, à educação e a defesa da igualdade de gênero”³¹.

Em 2009, também no governo Lula, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, sob o comando de Nilcéia Freire, alcançou o status de ministério, o que evidencia a priorização, na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), da promoção da equidade de gênero no país. Dez anos depois, o MMFDH (2019-2022), por sua vez, teve o índice de menor investimento destinado ao combate à violência contra as mulheres e demais políticas públicas para o segmento desde 2015, segundo pesquisa do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)³². Vale lembrar que o ano de 2015 foi o último completo governado pela presidenta Dilma Rousseff, genuinamente eleita nas urnas e que teve sua gestão vitimada em um Golpe de Estado, cursado a partir de um processo ilegítimo de Impeachment em 2016.

A chegada do MMFDH, criado pela gestão de Bolsonaro, foi anunciada pela chefe da pasta, em um vídeo amplamente divulgado na internet nos primeiros dias do mandato em 2019,

³¹ In: <https://fpabramo.org.br/csbh/timeline/criacao-da-secretaria-especial-de-politicas-para-as-mulheres-spm/>

³² Exclusivo: gasto com políticas para mulheres tem menor patamar desde 2015. 23/07/2021. In: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/07/23/orcamento-e-aco-es-em-politicas-para-mulheres-durante-a-pandemia.htm>

como a “Era em que meninos vestem azul e meninas vestem rosa”³³. Dias depois, a ministra estava em uma outra apresentação midiática explicando que foi um erro a Igreja ter cedido espaço para ciência dentro das escolas, assim como os efeitos do uso da teoria da evolução sobre as famílias³⁴. Declarações que infringem a laicidade do Estado e, portanto, da Educação pública no Brasil, falas que ameaçam a existência de pessoas não binárias e qualquer vivência fora de uma cisheteronormatividade³⁵, além da pregação de uma moralidade dita conservadora, foram frequentemente reiteradas em sua gestão.

Além do uso restrito do orçamento em meio ao caos pandêmico, uma das preocupações centrais de Damares parecia estar na gestão dos municípios, ela almejava operar diretamente na condução da vida das pessoas. Tal estratégia pode ser analisada com ferramentas propostas por Michel Foucault. Em seu trabalho “O Sujeito e o Poder”, o autor aponta que o objetivo de suas pesquisas foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais os seres humanos se tornaram sujeitos em nossa cultura ocidental e destaca que “enquanto o sujeito humano é colocado em relações de produção e de significação, é igualmente colocado em relações de poder muito complexas” (Foucault, 1995, p. 232).

Desse modo, o poder só existe em ato e não pode ser definido enquanto algo fixo, imutável, ou que alguém possua e outros não. Assim, uma relação de poder não é caracterizada como uma ação que se faz de maneira imediata e direta sobre os outros, mas sim como uma ação que opera sobre outra ação.

Ele é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem e são suscetíveis a agir. Uma ação sobre ações. (Foucault, 1995, p.243).

O filósofo explica que a melhor forma para se referir ao que há de específico nas relações de poder pode estar no termo “conduta”, visto que reúne os significados ligados ao comportar-se e o ato de conduzir as pessoas. O poder recobriria “modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos” (Foucault, 1995, p. 244).

³³ 'Menino veste azul e menina veste rosa', diz Damares Alves em vídeo. In: <https://oglobo.globo.com/brasil/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024>

³⁴ Em vídeo, Damares Alves diz que igreja evangélica perdeu espaço nas escolas para a ciência <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/09/em-video-ministra-dos-direitos-humanos-critica-adocao-da-teoria-da-evolucao-nas-escolas.ghtml>

³⁵ Termo cunhado por autoras transfeministas para nomear a naturalização da ligação entre determinado genital, sexo, gênero e orientação sexual, fomentada por conceitos, categorias e teorias provenientes de estudos da medicina, das ciências humanas, entre outras áreas do conhecimento. Dumaresq, Leila. Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera). *Revista Periódicus*, 1(5), 121–131. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i5.17180>

As lentes foucaultianas nos auxiliam nas análises acerca da conduta de Damares que, com o bordão “Mais Brasil, menos Brasília”, concentrou seus esforços no andamento de projetos de atuação na ponta municipal como o “Famílias Fortes”³⁶; propiciou relevante incentivo à “Confederação Nacional dos Municípios”³⁷, assim como manifestou interesse em federalizar os Conselhos Tutelares, evidenciando estratégias que abarcam possibilidades de imprimir ações federais sobre ações nos corredores animados das políticas públicas em diversas localidades do país. A então ministra lançava seus questionamentos: “Existem conselhos ainda sem equipagem, existe gente atendendo de bicicleta. Por que eu, para manter os conselhos, preciso depender de emenda parlamentar? Será que não está na hora da gente fazer uma legislação para ser responsabilidade do Governo Federal?”³⁸.

Em 2023, com a nova vitória de Lula nas urnas, Aparecida Gonçalves é designada para liderar o novo Ministério das Mulheres. A ativista de longa data pelos direitos das mulheres e especialista em gênero e enfrentamento da violência contra as mulheres, havia composto os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, entre 2003 e 2016, como Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, atuando na construção da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio, entre outros feitos fundamentais para o avanço de pautas feministas, assim como conquistas de direitos no Brasil³⁹.

3.2 Importa quais histórias contam histórias

Um livro carrega palavras. As palavras guardam coisas. Transbordam significado. Um romance é um frasco medicinal, que mantém as coisas numa relação particular e poderosa entre si e conosco (Le Guin, 2022 [1986], p. 21)

Em outubro de 2022 - dois meses após meu exame de qualificação de doutorado e dez meses após minha saída da SM - Annie Ernaux se tornou a 17ª mulher a receber o Nobel de Literatura, entre as 115 premiações ocorridas desde sua criação. No discurso acadêmico de reconhecimento pela sua obra foram destacadas a coragem e a acuidade clínica com a qual a autora

³⁶ Justificativas nitidamente estigmatizantes e psicologizantes compunham as propostas do programa, como essa exposta no site do governo da época: “O Famílias Fortes consiste em uma metodologia de sete encontros semanais voltados para famílias com filhos entre 10 e 14 anos. O objetivo é promover o bem-estar dos integrantes da família com o fortalecimento dos processos de proteção e construção de resiliência familiar e a redução dos riscos relacionados a comportamentos problemáticos.” Ver mais em:

MMFDH abre edital para selecionar municípios para o Famílias Fortes. In: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/junho/mmfdh-abre-edital-para-selecionar-municipios-para-o-programa-familias-fortes>

³⁷ Ver em mais em: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos busca parceria com a CNM.

In: <https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/ministerio-da-mulher-da-familia-e-dos-direitos-humanos-busca-parceria-com-a-cnm>

³⁸ Ver em mais em: Ministra Damares defende vinculação de conselhos tutelares à esfera . In:

federal <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/agosto/ministra-damores-defende-vinculacao-de-conselhos-tutelares-a-esfera-federal>

³⁹ Quem é Aparecida Gonçalves, a nova ministra da mulher? In: <https://www.brasildefato.com.br/2022/12/22/quem-e-aparecida-goncalves-a-nova-ministra-da-mulher>

escreve suas raízes, os estranhamentos e limitações de sua memória pessoal.⁴⁰

Na conferência de recebimento do Nobel, Ernaux (2023) falou de sua trajetória como professora de Letras e destacou que, além do desafio de escrever em primeira pessoa e de romper com certo preciosismo acadêmico, ela acumulava o da fala coletiva, composta pelas gerações antepassadas de imigrantes camponeses e da sua condição de mulher em um mundo laboral majoritariamente masculino, que pouco considera as produções femininas. Sendo assim, a escritora entende o prêmio a ela endereçado como o equivalente à “justiça e esperança para todas as escritoras” (Ernaux, 2023, p. 19).

A literatura é anunciada como lugar de emancipação para Ernaux (2023) e, na medida em que estiliza sua escrita no caminho de uma linguagem crua que descreve as cenas de suas vivências sem rodeios, a entende também como um espaço inerentemente social e feminista:

Eu precisava romper com o “escrever bem”, a frase bonita - a mesma que eu ensinava para meus alunos - a fim de extirpar, exibir e entender a dilaceração que me atravessava. Espontaneamente o que me ocorreu foi o clamor de uma língua do excesso, rebelde, frequentemente utilizada pelos humilhados e ofendidos, como a única maneira de responder à memória do desprezo, da vergonha e da vergonha da vergonha (Ernaux, 2023, p.16).

O feminismo é compreendido por Ernaux (2023) como um corpo, uma voz, um discurso e uma maneira de viver, não se restringindo a um conceito. Ela recorda de suas leituras de Simone de Beauvoir aos dezoito anos e o quanto as vivências de opacidade, sofrimento e mal-estar enquanto ser mulher fizeram sentido naquele encontro literário, como uma revelação. Porém, Ernaux alerta: “se tomar consciência das coisas não resolve nada por si só, esse é o primeiro passo para libertação, a ação” (Ernaux, 2023, p. 96). É preciso operar esta consciência, inventar, se mover, e esses encontros estabelecem relações de poder.

Assim como trouxe Foucault (1995), ainda na primeira entrada desse trabalho, o poder opera em ações de pessoas sobre ações de outras. Ou seja, no espaço laboral, por exemplo, algo é facilitado aqui, provocado ali, se valoriza uma atividade, desinveste-se de outras propostas, posicionamentos são esquecidos, outros “eternizados” etc. Porém, por ser característico do poder ser exercido, alimentado de ações que se dão reiteradamente em alguma direção, e não ser detido, por funcionar nessa lógica móvel que ele necessariamente comporta porosidades, mesmo que invisíveis a “olho nu”. E é assim que produz instituições.

Às lentes da Análise Institucional, a sociedade é composta por uma trama de instituições, aqui compreendidas como compilados lógicos de costumes, hierarquias etc. que podem ser materializados em leis, regras, normativas ou regularidades de comportamentos. As instituições, por mais que pareçam concretas, são abstratas, visto que funcionam em um tecido social instituinte,

⁴⁰ Annie Ernaux: Nobel de Literatura 2022. <https://quatrocincoum.com.br/noticias/literatura/annie-ernaux-nobel-de-literatura-2022/>

ou seja, se encontram em constante formação (Baremblytt, 2002).

Baremblytt (2002) chama a atenção para o conceito de instituição, mas também para outros que compõem o seu funcionamento e manutenção e que não devem ser confundidos: organização, estabelecimento, equipamento, agentes e práticas. As organizações seriam as instâncias em que as instituições se materializam e são compostas por um conjunto de estabelecimentos. Os estabelecimentos são compreendidos como lugares concretos que comportam os equipamentos utilizados no cotidiano das práticas.

Nessa abordagem, a SM corresponde a um estabelecimento, nossos materiais - questionários, computadores etc - são os equipamentos. Os agentes são as pessoas que operam a manutenção ou o balanço das linhas que formam as instituições por meio das práticas que acontecem capilarmente no cotidiano (Baremblytt, 2002). Assim, nós, funcionárias, somos as agentes e o que fazemos, práticas. Ou seja, do que nos ocupamos, composto ou não com o que outras agentes fazem em outros estabelecimentos afinados com o nosso, dá contorno à manutenção ou reforma do conjunto de práticas entendidas como Políticas Públicas para Mulheres, podendo sua configuração trazer efeitos para compreensão social do que significa ser mulher, ou seja, o que delinea essa categoria de pessoas que devem ser contempladas por esses serviços.

Em outras palavras, as atuações profissionais na ponta das políticas públicas destinadas às mulheres, em todas as esferas - específicas como a SM ou no que tange o atendimento às mulheres nas políticas de educação, saúde, assistência social, entre outras - podem abrir espaço para ampliação do leque de integrantes minando, paulatinamente, compreensões “universais” contidas na categoria, com a inclusão das diferenças, ou contribuem para engessar/homogeneizar mais ainda.

Maria Lugones (2019) explica que não concebe a resistência como fim da luta política, mas sim o início da possibilidade de ela acontecer. Para a autora, as subjetividades resistentes costumam vir à tona “infrapoliticamente”, em contextos cotidianos. Essa forma de engendramento pode abrir espaço para enfrentamentos públicos. “Legitimidade, autoridade, voz, sentidos e visibilidade são negadas à subjetividade resistente. A infrapolítica mostra um olhar para dentro, na política de resistência, rumo à libertação” (Lugones, 2019, p. 362).

Sara Ahmed (2022) destaca que boa parte do trabalho feminista e anti-racista é insistir nas interlocuções para o fato de que o sexismo e o racismo ainda existem e sustentam o funcionamento de um capitalismo tardio. Muitas vezes o que descrevemos como algo material é desvalorizado, como se fosse algo restrito da esfera mental, uma imaginação. O trabalho político de ter que insistir que aquilo que descrevemos ultrapassa um pensamento nos é endereçado. “Um movimento feminista depende de nossa habilidade de seguir insistindo: na existência continuada daquilo que desejamos acabar” (Ahmed, 2022, p. 21).

No entanto, na SM nos advertiram: “Feminismo, não, aqui é feminina. Detestamos radicalismo, não é a nossa proposta”. Essas frases nos foram repetidas muitas vezes quando

háviamos, em momentos anteriores, apresentado propostas feministas, nos identificado como feministas (levianas!? obstinadas!?) ou falamos sobre leituras feministas fundamentais para pensar o trabalho daquela pasta que se iniciava. Porém, a “lição conservadora” também brotava quando questões ligadas ao sexismo, racismo e/ou classismo eram levantadas, sem nomeá-las nitidamente ou usar a palavra proibida (feminismo). Simplesmente os fatos, como as demandas de ação provinda dos atendimentos, estudos científicos, pesquisas de institutos renomados - como IPEA, por exemplo - eram desconsiderados e tratados como exagero ou leviandade. Importante relembrar que em 2021 estávamos no auge da propagação de um negacionismo federal, anticiência, anti vacina, anti máscaras. Para a equipe gestora da SM, secretária e sua assessoria, o feminicídio era reduzido a escolhas individuais erradas de um parceiro, a existência de monstros doentes mentais escondidos em forma de homens, mulheres que provocam ciúmes... O machismo ter ligação com uma sociedade patriarcal, de raízes escravocratas e coloniais, simplesmente não era considerado como algo vivo no contemporâneo.

A obstinação é analisada por Ahmed (2022) como um adjetivo que vem colado às feministas quando se encontram em espaços não dispostos a encarar as diferenças e iniquidades de direitos. A insistência vem como um posicionamento responsável para levarmos adiante esforços para ir contra a corrente. “Toda vontade é uma vontade obstinada quando se supõe que você não tem vontade própria. Quando se supõe que você não tem vontade própria, faz-se necessária uma vontade obstinada” (Ahmed, 2022, p. 132). Como grande parte das feministas são alocadas profissionalmente em organizações que não se importam com os compromissos feministas, trabalhar como feminista pode significar transformar os espaços laborais que nos empregam. “Aprendi o funcionamento do poder pelas dificuldades que vivenciei ao tentar questionar o poder” (Ahmed, 2022, p. 151).

A autora nos conta de sua experiência enquanto professora, marrom e feminista, à frente de um setor que anunciava o objetivo de promover diversidades na unidade de ensino superior em que ela era servidora na Inglaterra. Ao falar dos bastidores de sua lida, alerta sobre a existência de lacunas entre um compromisso simbólico e uma realidade vivida, que se traduz em uma espécie de pintura que cria a rele aparência de transformação. Pensando em nosso contexto pesquisado, por exemplo, a criação de uma secretaria para promoção de direitos para as mulheres pode ser usada para criar uma fachada de mudança em relação aos investimentos da administração pública municipal direcionados à equidade de gênero. “Pode ser, inclusive, que compromissos sejam assumidos porque não trazem mudança alguma” (Ahmed, 2022, p. 152).

Ao estranhar as regras que pautavam o cotidiano do seu local de trabalho na universidade inglesa, que era composto também por sua atuação profissional, Ahmed (2022) diz que se percebe, de antemão, como etnógrafa das universidades - juntamente com as demais mulheres de cor que habitam corredores acadêmicos -, visto que “fazemos parte destas [universidades], sim, mas também estamos observando, muitas vezes porque se presume que não pertencemos aos lugares

aos quais acabamos trabalhando” (Ahmed, 2022, p. 152). Destaca também que é por meio dos esforços que investiu na transformação desses setores que produziu conhecimento sobre o funcionamento dos mesmos. A autora chama atenção para o que nomeia de estratégia e sua relação intrínseca com o trabalho cotidiano e produção de conhecimento.

Quando precisamos pensar estrategicamente, precisamos igualmente aceitar o fato de que somos cúmplices: abdicamos de qualquer ilusão de pureza; desistimos da segurança da exterioridade. Se não estamos em uma posição de exterioridade em relação ao problema em investigação, nós também somos o problema em investigação. O trabalho de diversidade é um trabalho confuso, até sujo, por assim dizer. O trabalho de diversidade gera conceitos suados, conceitos que vem do esforço dedicado a transformar instituições que frequentemente não respaldam tanto essa transformação quanto aparentam (Ahmed, 2022, p. 156).

Ahmed (2022) chama ainda atenção de que quando somos convidadas a trabalhar em um lugar para propor mudanças, pois fazemos parte do grupo entendido como vulnerabilizado e para o qual também serão dedicados os atendimentos - ela professora de cor em um setor de promoção da diversidade em uma universidade inglesa e eu uma mulher psicóloga em uma secretaria destinada à construção de políticas públicas para municípios -, não significa que essa organização esteja aberta a ser transformada. “Uma designação pode significar não receber apoio institucional, como se ‘estar lá’ fosse o suficiente” (Ahmed, 2022, p.157).

Assim como Ahmed (2022), Ernaux (2023) e Woolf (2019 [1918]), Suely Rolnik (2011), nas estradas do desejo, se serve da construção de cenas para analisar camadas de produção de universos psicossociais e cria as “noivinhas” como protagonistas para três movimentos simultâneos. A autora explora a ideia de uma câmera captar o que tange ao seu olho nu - a dimensão visível -, mas por trás da tela é convocado o corpo vibrátil - a dimensão invisível - de quem a lê, acionando um primeiro movimento do desejo, que parte do encontro.

A opção por também nós trabalharmos com a construção de cenas, inspiradas na literatura, no feminismo e na cartografia, a partir da vivência enquanto psicóloga em uma secretaria de políticas para mulheres, inaugurada em meio ao caos sanitário de um governo federal genocida em 2021, localizada em um município interiorano do Rio de Janeiro, tem o objetivo de tentar percorrer os cascalhos que insistem em compor as nossas estradas.

Além dos cascalhos da pobreza - nos deparamos com ela todos os dias de trabalho naquele estabelecimento -, buscamos os fios-cascalhos que compuseram nossas teias-resistências nos coletivos feministas dos arredores de telas e telefones extra-SM, nas fronteiras porosas que habitamos para devir-passarinhas, nos afetos que fizeram furo para sobrevivência em meio a uma atmosfera organizacional ancorada assumidamente na cisheteronormatividade branca, antifeminista, economicamente estável e sem deficiências, simplificada nos discursos hierárquicos como “não-radical”, “feminina” e “cristã”. Não somente presente na ponta municipal, o fascismo e a intolerância às diferenças se anunciaram transparentes na então gestão de Damares Alves à

frente do MMFDH, assim como os respingos de comandos “conservadores” emanados dessa macropolítica que atormentaram-atormentam nossos cotidianos na busca de um fazer psi ético-estético-político-feminista.

Antes de adentrarmos as cenas, Haraway (2023) nos lembra que a narração de histórias é um fio Science Fiction (SF) fundamental para a prática do pensamento. “Importa quais pensamentos pensam pensamentos; importa quais estórias contam estórias” (Haraway, 2023, p. 77). Inspirada em Ursula Le Guin, a autora constata que grande parte das histórias do planeta são contadas com a figura do herói - representação do Humano, fazedor de mundos e humanidades, o autoprodutor - sem muitos espaços para agência das demais criaturas dos enredos. “Todos os demais nos contos fálicos servem como adereço, terreno, espaço para o desenlace da trama ou presa. O resto não importa; sua função é estar no caminho, ser superado, ser a estrada ou o canal, mas nunca a viajante, aquela que gera” (Haraway, 2023, p. 78).

SF é a sigla para *science fiction* [ficção científica], *speculative feminism* [feminismo especulativo], *science fantasy* [fantasia científica], *speculative fabulacion* [fabulação especulativa], *science fact* [fato científico] e, além disso, *string figures* [figuras de barbante]. Brincar com figuras de barbante tem a ver com dar e receber padrões, com soltar os fios e falhar - mas, às vezes, encontra-se algo que funciona, algo consequente e até belo, que não estava ali antes. Esses jogos tratam da retransmissão de conexões que importam, da narração de estórias de mão em mão, dígito sobre dígito, de um local de vínculo a outro, a fim de fabricar as condições para o florescimento finito da Terra, em terra (Haraway, 2023, p. 24).

Haraway se apoia em Bruno Latour e explica que um mundo vivível pode ser composto apenas pouco a pouco e, em Le Guin, para mostrar a importância de portarmos sacolas que carregam múltiplas histórias, sementes para dar e receber, histórias de devir-com, cuja meta, na vida e na morte, é propriamente não findar a contação de histórias, a mundificação, a possibilidade de continuar. “Com uma concha e uma rede, devir humano, devir húmus, devir terrano toma outra forma: a forma sinuosa e serpenteante de devir-com. Pensar-com é ficar com o problema natural cultural multiespécie na Terra” (Haraway, 2023, p. 78). Sendo assim, convidamos, a quem nos lê, a embarcar em nossas reviradas/revoadas/reviravoltas literárias-cartográficas-feministas compostas.

3.3 - Cenas, analisadores e passarinhas

Passarinho, no poema de Quintana (1987), parece anunciar não apenas a possibilidade de voo, trazendo a conotação de liberdade, mas principalmente remete à ideia de cambiar para uma lógica outra de atuação, de passarão para passarinho: enquanto na esfera macropolítica do visível material parecíamos insuficientes para as propostas eleitoreiras da SM, almejamos habitar frequências outras de atuação micropolíticas que foram vivenciadas nos encontros com as usuárias nos distritos distantes do centro da cidade, pouco valorizados e até muitas vezes esquecidos pela

gestão. Os fios que nasciam e compunham teias com o suporte dos cascalhos menos visados nos engendraram passarinhas e nos trouxeram sentido para o andamento dos trabalhos também da sede da SM, apesar da arena misógina e hostil instalada. Sabíamos que ali poderíamos encontrar sementes e materiais propícios para, cuidadosamente, com nossa bolsa metodológica a tiracolo, construir novos ninhos que serviriam para germinação de ovos para novas passarinhas...uma revoadada.

A partir desses encontros e de outros jogos de barbante feministas (Haraway, 2023) - como reuniões remotas de orientação, leituras de produções acadêmicas e de romances feministas etc. - “estalamos” (Ahmed, 2022) e “decolamos” (Rolnik, 2011) em um devir-passarinhas que contribuiu para desindividualização das ofensivas e trouxe sentido para nossa manutenção na sede da SM, apesar da atmosfera antifeminista onde éramos hostilizadas e ironizadas com frequência. Com o trabalho dos cascalhos correndo de forma mais livre e concomitantemente, nos atentamos também ao cotidiano das relações dos bastidores da repartição e os escrevemos em forma de cenas com a meta de trazer, a quem nos lê, possibilidades de acompanhar mais de perto os movimentos de lampejo de analisadores que saltaram no desenrolar dessas vivências.

Para guiar as análises acerca do cotidiano do referido estabelecimento elegemos três cenas vividas nesse curto período de exercício profissional que funcionaram como analisadores em nossa jornada.

Na perspectiva cartográfica a pesquisa se desenrola a partir do encontro com analisadores, conceito que não se limita a objetos ou pessoas, mas abrange qualquer coisa, situação, rotina, lugar, que renda problematizações e forneça pistas para construção do campo investigado. Nas palavras de Benevides de Barros (2007) “Analisador: aquilo que produz análise. Apesar de bastante sintética, esta definição, tomada ao pé da letra, nos parece precisa: falas, atos, fatos, que se insurgem no campo de intervenção, produzindo desmanchamento daquilo que até então parecia como natural” (p.333).

Na cena 1 e 2 a hostilidade, dita como a transmissão de uma etiqueta necessária para uso do banheiro da secretaria da SM, é direcionada a mim enquanto uma mulher que menstrua, o que aponta para um funcionamento machista e misógino da pasta, além da negativa de investir em políticas públicas de combate e prevenção à pobreza menstrual nas escolas, um analisador vermelho. A partir das situações descritas nos deparamos com camadas que compõem pedagogias menstruais que contribuem com naturalizações de uma educação vexatória e patológica acerca da menstruação, ainda no tecido social contemporâneo, que contribui para a despotencialização da agência de subjetividades menstruantes. Ademais, foi constatada a ausência total de acesso de boa parte das pessoas que menstruam a condições mínimas para vivenciar o ciclo menstrual de forma digna e saudável no Brasil e o engatinhar de políticas públicas acerca da problemática (UNFPA, UNICEF, 2021).

Na cena 3 serão apresentados os traços negacionistas da gestão municipal conservadora

fascista relacionados a evidências que apontam para uma sociedade sexista e sem equidade de direitos e oportunidades, assim como a nítida falta de credibilidade diante dos avanços democráticos decorrentes de importantes lutas feministas, inclusive que viabilizaram seus cargos de chefia no poder público, Secretárias de Cultura e da SM.

A oposição diante do pedido de recuperação de um espaço destinado ao uso das artesãs daquela cidade com o pretexto da falta de isonomia da proposta - pois, segundo as gestoras, os homens seriam desvalorizados e preteridos diante de uma política pública que beneficiaria apenas mulheres -, além de nitidamente absurda, nos ascendeu como um analisador, que apontou para a complexidade do momento histórico político vivido no Brasil em 2021, ápice de uma direita fascista misógina que, materializada nos comandos do MMFDH e suas ressonâncias na esfera municipal, deu solo fértil para mais de uma gestora naquela prefeitura corroborar impunemente o boicote de uma política pública que viria a beneficiar mulheres que solicitaram legitimamente pela devolução de um espaço que lhes foi tirado pela atual administração municipal, pois se tratava de um equipamento de cultura para uso exclusivo e ativo de mulheres em um passado próximo.

Sem mais por ora, vamos às cenas.

Cena 1: Projeto pioneiro para prevenir e erradicar a pobreza menstrual

Uma das primeiras reuniões da equipe da SM girou em torno de algo que fosse nitidamente prioritário para as meninas e mulheres do município para dar início aos trabalhos. Logo alguém falou que a Pobreza Menstrual estava entre os assuntos mais debatidos do momento e que seria um diferencial criar um projeto que contemplasse a distribuição de absorventes higiênicos nas escolas e/ou nas Unidades Básicas de Saúde, principalmente nos distritos mais afastados. Após a reunião, fizemos um levantamento de preços e fornecedores de farmácias locais, contato com a Secretaria de Saúde e Educação para amadurecer a ideia, além de pensar nos próximos passos. Destacamos a possibilidade de fazer uma parceria com ambos os setores para oferecer o benefício, com o fundo de uma das duas pastas propor uma licitação etc. Porém, dias depois fomos informadas pelo assessor de nossa Secretária que ela ponderou e constatou que seria muito oneroso oferecer absorventes às pessoas com ciclo menstrual ativo⁴¹ em vulnerabilidade socioeconômica. Contudo, nos disponibilizamos a promover palestras sobre o assunto, mesmo que remotas, primeiramente para estudantes do Ensino Médio, para trabalhar o tema paulatinamente com todas as idades, mas fomos orientadas a aguardar, pois ainda não era o momento.... Quando seria?

⁴¹ Usaremos com frequência os termos “mulheres, meninas e pessoas que menstruam”, “pessoas menstruantes”, “pessoas com ciclo menstrual ativo” com o objetivo de incluir mulheres cis, homens trans e pessoas não binárias que compartilham dessa condição de sangramento mensal. Porém, quando nos referimos aos Projetos de Lei, assim como aos dados da pesquisa UNFPA/UNICEF, em algumas passagens acerca dos dados informados, nos restringimos a usar as palavras “mulheres”, “meninas”, “colegiais”, “estudantes”, “adolescentes” buscando ser o mais próximas possível do linguajar escolhido pelo estudo, mas não refletindo uma opção epistemológica defendida por nós.

O que foi descrito nesta cena aconteceu aproximadamente três meses antes da cena 2.

Pausa 1 - Para além de absorventes higiênicos

Primeira pausa. A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou, em 2014, que a garantia à higiene menstrual consiste em uma questão da alçada da saúde pública e dos direitos humanos e que no mundo uma em cada dez meninas perdem dias letivos em decorrência da precariedade da vivência menstrual, sendo que no Brasil o índice sobe para quatro em cada dez estudantes prejudicadas por igual motivo, evidenciando a condição de pessoas menstruantes como um fator de desigualdade de gênero⁴². Brito e Siqueira (2023) explicam que é denominada “boa administração do período” o acesso aos itens necessários para atravessar mensalmente a experiência da menstruação - absorventes íntimos, água potável, banheiro adequado e medicações.

A carência dos mínimos elencados, por questões socioeconômicas, é chamada de “pobreza menstrual, contrária à saúde, à vida e à dignidade” (Brito e Siqueira, 2023, p. 1), e tem como efeito, além dos prejuízos de saúde devido ao comprometimento da manutenção da higiene básica que expõe pessoas com ciclo menstrual ativo a riscos de integridade física, também decréscimos educacionais, sociais e econômicos, materializados no impedimento à participação de atividades escolares e/ou de contraturno, vida laboral, esporte e lazer. Importante destacar que além de mulheres cis, a problemática abarca homens trans, pessoas não binárias que menstruam, havendo prejuízos consideráveis aos atravessamentos de classe e raça, tornando urgente a pauta para sociedade brasileira.

Há também o apagamento dos homens trans e de pessoas não binárias que têm o ciclo menstrual ativo. Dito isso, fomentar o obscurantismo em torno do assunto já é um indício do posicionamento político e social do Estado em relação ao direito humano e fundamental à saúde menstrual. Assim, é possível perceber que o tema traz fortes influências culturais, econômicas e sociais. Por isso, entende-se que o acesso a condições básicas para quem menstrua, de modo a manter dignidade durante o ciclo, tem um fator em comum: sem ascensão de classe, não há dignidade (Brito e Siqueira, 2023, p. 7)

Pelúcio e Ramos (2023) atentam para o fato de que a expressão “Pobreza Menstrual” começou a circular com frequência em redes sociais online no Brasil no ano de 2020, primeiro ano da Pandemia de COVID-19. O tema foi discutido em perfis pessoais e de coletivos políticos tanto a partir de inúmeros posts, de reuniões ao vivo e gravadas, as *lives*, como também em veículos das grandes mídias. Os conteúdos e notícias fabricadas chamavam atenção não apenas para mínimos materiais que garantem dignidade às pessoas menstruantes, mas também colocavam em pauta

⁴² O que é pobreza menstrual e por que ela afasta estudantes da escola. In: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/o-que-e-pobreza-menstrual-e-por-que-ela-afasta-estudantes-das-escolas>

efeitos psicológicos e implicações políticas decorrentes da forma como a menstruação é estigmatizada socialmente. Apoiadas em Zallocco, Marín e Cassiani, as autoras destacam que o ensino sobre menstruação nas escolas, que predominantemente a enquadra na esfera biológica, impede o estudo de seus aspectos culturais, econômicos e políticos contribuindo com o apagamento das diferenças e implicações em questões de justiça social. Os sentimentos de vergonha ou de vontade de ‘não ser mulher’ decorrentes das dificuldades com os cuidados durante o período menstrual, principalmente no que tange ao sangramento

compõe a gramática higienista nos discursos biomédicos, que se alicerçam e reforçam a matriz heteronormativa. Assim, a educação menstrual, quando ocorre em contexto escolar, restringe-se a aspectos biológicos do ciclo e reprodutivos. As emoções geradas a partir dessa pedagogia são a vergonha, o nojo, mais do que o interesse e a curiosidade (Pelúcio e Ramos, 2023, p. 22).

Mesmo diante de toda coerência em abordar a menstruação com adolescente nos aspectos que transbordam aos biológicos, apesar da suposta falta de recurso para distribuição de absorventes higiênicos, o que aconteceu na reunião descrita se repetiu muitas vezes depois. Em paralelo ao trabalho com os questionários, preparamos propostas em consonância com a precariedade que são tratadas as demandas das mulheres para dar início aos trabalhos da pasta, mas a maioria das ideias não iam adiante por falta de “aval” de assessores (sim, assessores no masculino, homens sem nenhuma formação específica em gestão pública e/ou políticas para mulheres) que transitavam pelos corredores e, em conversas informais com a gestão, definiam o que poderia ou não seguir adiante sem comprometer a imagem do setor. Tal funcionamento patriarcal parece se aproximar dos primeiros anos do século XX europeu, na Inglaterra, quando ao pesquisar por publicações acerca da razão da pobreza habitar tantas vidas femininas, Woolf encontrou “homens que não tinham nenhuma qualificação exceto o fato de não serem mulheres, perseguiram minha única e simples pergunta - Por que algumas mulheres são pobres?” (Woolf, 2019 [1918] p.39).

Em outro encontro, por exemplo, propomos uma palestra com a enfermeira do município responsável pelo setor de educação em saúde, para abrir diálogo com os empresários e empresárias da região acerca da importância da amamentação, com enfoque nos aspectos econômicos ligados aos efeitos produtivos no desempenho profissional de uma pessoa adulta que teve um período de amamentação de qualidade nos primeiros meses de vida, visando contribuir para a contratação e manutenção do emprego de mulheres mães, no presente ou em potencial. No entanto, fomos diretamente barradas.

A ação de incentivo à amamentação implementada à época foi a produção de fotos das servidoras públicas efetivas do município que amamentavam naquele período, exibidas no perfil do Instagram da prefeitura. As lactantes apareciam super maquiadas com suas crianças declarando a importância do apoio da prefeitura para o aleitamento materno, o que não era nada a mais do que a consolidação de um direito trabalhista básico, acrescido de três meses para amamentação,

presente na lei orgânica e estatuto dos servidores e das servidoras de inúmeros municípios há anos - licença maternidade de seis meses com extensão de prazo por mais três meses à servidora que estiver amamentando. O projeto das postagens e fotografias foi proposto e encaminhado pelo setor administrativo da pasta, pessoas que tinham vínculo empregatício provisório, ligado à escolha da gestão municipal. Nenhuma ação ligada à pobreza ou dignidade menstrual foi implementada naquele período pela SM.

Cena 2: Não me olhe como se a polícia andasse atrás de mim ou o princípio do fim

Com as nossas impurezas menstruais, adubaremos o solo, onde germinará o arco-íris de
perfume e flor.

(Chiziane, Paulina. **Nickette**: uma história de poligamia. 2021, p. 255)

Antes de começar preciso explicar um fato de logística, de formalidade e de poder. A SM foi alojada em um local totalmente reformado dentro do prédio da prefeitura. Esse prédio, para o padrão de infraestrutura da cidade com poucos habitantes, tem uma aparência pomposa com quatro andares, diferente das outras construções mais modestas e/ou mais antigas da cidade, além de estar localizado na zona central, lugar mais próximo de uma parte histórica imperial que é destaque turístico, e, portanto, a mais valorizada. O espaço destinado à SM ficava no último andar do prédio e estava no caminho de quem chegava ao gabinete do prefeito, da vice-prefeita e demais instâncias do topo da gestão. As salas dentro desse corredor dos gabinetes tinham banheiros privativos, mas o nosso recinto - novo, mas improvisado - não tinha. Precisávamos ir a um banheiro que servia a todo prédio, inclusive para as pessoas de fora, que não pertenciam à administração municipal, pois ficava em uma espécie de sala de espera. Devido à grande circulação de pessoas, o banheiro mais próximo às nossas salas não costumava se apresentar em condições satisfatórias de uso, principalmente em plena pandemia, pelos altos índices de contaminação.

Ao sermos apresentadas ao local onde trabalharíamos, nos foi oferecido o uso do banheiro privativo da sala da vice-prefeita, nossa Secretária, exatamente por não haver um específico para nossa equipe. O que eu fazia sem pudor, principalmente nos dias em que estava menstruada, buscando um mínimo de conforto, em meio ao desconforto do período. A advogada parceira não gostava, preferia usar o geral, pois entendeu que o oferecimento foi apenas uma tentativa amistosa de aproximação - o famoso “ofereci por educação” -, mas não sentia ser uma disponibilização genuína. Eu achei que era uma preocupação conosco, exatamente por uma tentativa de consideração durante o período menstrual e medida de preservação de possíveis contaminações decorrentes da pandemia de COVID19. Entretanto, minha colega de trabalho tinha razão. Agora sim, vamos à cena:

Véspera das minhas férias. Muitas tarefas concluídas e incumbências encaminhadas naquele dia acerca de atendimentos e demais projetos da SM. Me reúno com a advogada

responsável pelas orientações jurídicas e única técnica além de mim que vai assumir o funcionamento do serviço sozinha durante o próximo mês. Tudo certo, falta uma hora para o final do expediente. Estamos animadas com a possibilidade de alguns projetos e parcerias, além de aguardarmos pelo momento de uma pequena confraternização surpresa para o aniversário de uma colega do administrativo. Em meio a sorrisos e esperanças, adentra a porta de nossa sala, sem pedir licença, a assessora direta da vice-prefeita, que acumula a função de gestora da nossa secretaria. Ela se direciona a mim e diz que mais uma vez precisa se fazer de portadora de orientações que a chefe não gosta de fazer. Penso que ela me pedirá para voltar no dia seguinte para o atendimento de alguma pessoa que buscou por ela no último momento do dia, ou algo dessa alçada. Mas eu estava errada e fico sem ação diante do que escuto.

A mulher diante de mim me adverte acerca da minha forma de usar o banheiro no meu período menstrual. Ela diz que joguei papéis e absorventes sujos de sangue na lata do lixo, o sangue estava visível, não podia estar. Penso não entender direito e ela continua. Explica que foi uma reclamação da Secretária de saúde do município que usou o banheiro depois de mim se reportando à responsável pelo gabinete. A advogada à minha frente fica visivelmente desconfortável de ser testemunha e eu constrangida a ponto de ter o coração acelerado. Não consigo dizer muita coisa, não sei o que eu digo, mas lembro não de ter pedido desculpas. Eu não vou me desculpar! - Vem essa frase à minha cabeça. Do jeito que ela fala, parece que esfreguei sangue nas paredes do banheiro, mas ela reclama que joguei o papel e absorventes na lata de lixo e diz ser esse o problema. No lixo! Eu joguei no lixo! Eu não entendo, tem algo errado.

Como diz a música de Adriana Calcanhotto “Eu perco o chão, eu não acho as palavras” e digo pouca coisa, algo do tipo “não sabia que tinha sujado o banheiro”. Em minha vida familiar, escolar e profissional nunca havia passado por nada parecido. Ela vira as costas e sai da sala com ares de quem se cansou de ensinar “bons modos” a uma criança. Me sinto infantilizada, humilhada. Isso é misoginia, ela não faria isso com um homem. Afinal, o que buscam essas pessoas? Como uma Secretária de saúde se incomoda com o sangue que tinge o papel higiênico da lixeira em decorrência do uso de uma mulher menstruada que está trabalhando? Como, diante disso, uma secretária de uma pasta que diz se preocupar com os direitos das mulheres manda recado para uma funcionária pública, de sua equipe, sobre a importância de esconder sua menstruação!? Não pode ser verdade o que está acontecendo! Não espero a festinha, não vou conseguir entrar em clima nenhum. Decido voltar para casa.

Com a sensação de “*game over*” saio da SM, eu não queria pisar nunca mais aqui, penso eu. Desço três lances de escadas ainda incrédula. Pego o carro, dirijo até em casa. Eu preciso passar no mercado, não vou, preciso chegar em casa logo. Penso repetidamente: que vergonha, que vergonha... Mando uma mensagem de texto para a secretaria falando minimamente sobre a situação e a urgência em conversarmos. Era muito sério o que havia acontecido com uma

funcionária dentro de uma secretaria recém-inaugurada que busca fomentar direitos para as mulheres. Ela não me responde, obviamente.

Cena 2, momento 2: Será mesmo um exagero?

As amigas naturalizam esconder o sangue, riem da situação, me orientam a esquecer.

Pausa 2 - Não sei o que dizer, mas vibra e corta: um acontecimento?

Uma pausa se faz necessária, uma pausa se fez necessária, uma marca se fende, uma dobra se imprime...um acontecimento fez um rasgo no fundo do cenário. O que insistia em se mostrar possível, desmoronou. Algo precisava de um novo lugar, algo paralisou, foi duro viver aquilo, de novo e de novo, apenas capto. Lembro dos perceptos e afetos de Deleuze (1991), que ultrapassam o entendimento de sentimentos, mas se avizinham mais com vibrações, sinto vibrar. A Filosofia inventa conceitos e estes, por sua vez, têm uma necessidade, uma “estranheza” e consistem, inerentemente, em um paradoxo. No conceito habitam as dimensões do percepto e do afeto. “Os perceptos não são percepções, são conjuntos de sensações e de relações que sobrevivem àqueles que as experimentam. Os afetos não são sentimentos, são esses devires que desbordam o que passa por eles (ele torna-se outro)” (Deleuze, 1991, p.11). Ainda não consigo entender, explicar, mas estava lá, estava aqui, vai e volta, um mal estar, um nó na garganta, vai e volta...

Para Deleuze (1991) o inconsciente é uma máquina que delira sempre em um campo social, o que faz minar, de forma amalgamada e em um só plano, desejo e produção. Não há sujeito ou objeto, mas processos que podem ser de diversos modos e efeitos: de racionalização, de unificação, de subjetivação etc. Essa lógica da processualidade vai operar em multiplicidades concretas, que funcionam não somente como lugar onde as coisas se engendram, mas também são as multiplicidades que povoam o campo da imanência.

A questão da Filosofia não está no passado ou no futuro, mas nas transformações (Rajcman, 1991), e nesse âmbito o que importa são as relações, as bifurcações divergentes que mantêm juntas as partículas do que compreendemos como as coisas do mundo. Deleuze propõe que tais operações sejam localizadas nas multiplicidades às quais pertencem e não o contrário. A análise das singularidades e dos acontecimentos não está ligada a um estado de repressão ou em alguma camada oculta a ser revelada, mas ao seguimento dos rastros de suas linhas sempre moventes, escapantes, reconstrutoras, em um inconsciente não mais pensado na lógica do “é”, mas na lógica do “e”

“isto” nos acontece, porque nos acontece isso e não aquilo? (...) transformar não é reunir o que nos acontece sob categorias subtraídas, fazendo aí a abstração da diferença na repetição. É saber ligá-lo numa conjuntura complexa ou diferente onde o conceito vem sempre depois (...) se o acontecimento é sempre inatributável ou imprevisível, não é porque ele não tenha sentido, mas é porque ele implica em outra lógica do sentido. Os acontecimentos são singularidades, as singularidades acontecimentais (Rajcman, 1991, p.59).

Annie Ernaux (2022) intitula de “O acontecimento” o livro que conta do aborto que fez quando era universitária, aos 23 anos, momento em que na França a prática ainda era criminalizada. A gravidez indesejada e a busca por alianças que a auxiliassem a interrompê-la, literalmente, paralisaram a sua trajetória em todas as esferas em 1963. Ela conta que a vida apenas passa por ela nesse período, os trabalhos que precisa entregar, as oportunidades profissionais, a convivência em família, simplesmente transcorrem sem que ela consiga agir ou pensar, se torna espectadora de si. A vida ficou em suspenso e sofre sérios riscos de aniquilamento diante das complicações pós-procedimento.

Os meses seguiram banhados por uma luz embaçada e pálida. Eu me vejo nas ruas andando sem parar. (...). Há muitos anos estou às voltas com esse acontecimento da minha vida. Ler o relato de um aborto em um romance me arrebatava, num sobresalto sem imagens nem pensamentos, como se as palavras se transformassem instantaneamente em sensação violenta. Da mesma forma, quando ouço por acaso “La javanaise”, “J’ai la mémoire qui flanche” ou qualquer outra música que me acompanhou nesse período, fico perturbada. (Ernaux, 2022, p.15)

O trabalho com o pensamento está inerentemente ligado ao desassossego causado pelas marcas impressas no invisível de nossas tramas subjetivas. No decorrer da nossa trajetória vital experimentamos muitos contextos e estes são compostos por funcionamentos visíveis e invisíveis. No âmbito do visível os corpos são nitidamente separados e independentes. Porém, na dimensão do invisível existe uma superfície que vai se compondo dos fluxos, que se conecta a outros, rascunhando novas composições. Esses arranjos em algum momento chegam a um ponto de ebulição, trazendo como efeito estados inéditos, completamente desconhecidos dos repertórios de combinações anteriores. Os contornos daquilo que compreendíamos até então como “consciência subjetiva” são estremecidos, exigindo a criação de um novo corpo (Rolnik, 1993). É o que Rolnik (1993) vai chamar de marcas. Enquanto estamos vivas, as marcas continuam se fazendo, nos convocando a criar sentidos para a existencialização das diferenças que portam em forma de gérmen.

Podemos dizer que a cada vez que isso acontece, é uma violência vivida por nosso corpo em sua forma atual, pois nos desestabiliza e nos coloca a exigência de criarmos um novo corpo - em nossa existência, em nosso modo de sentir, de pensar, agir, etc.- que venha encarnar esse estado inédito que se fez em nós. E a cada vez que respondemos à exigência imposta por um desses estados, nos tornamos outros. Ora, o que estou chamando de marca, são exatamente estes estados inéditos que se produzem em nosso corpo, a partir das composições que vamos vivendo. Cada um desses estados constitui uma diferença que instaura uma abertura para criação de um novo corpo, o que significa que as marcas são sempre gênese de um devir (Rolnik, 1993, p 242).

Rolnik (1993) indica que o pensamento funciona pelo constrangimento das marcas que se imprimem em nós como provocações, efeito das composições que vão se engendrando. Sendo assim, antes do pensamento vem a capacidade de se deixar ser atingida pelas marcas. Importante não confundir esse processo como algo da dimensão subjetiva ou individual, visto que as marcas acontecem em decorrência do encontro com outros corpos, nos arrancando de nós mesmas e exigindo a criação de outras entradas que vão delinear a improvisação das figuras do devir que pede passagem.

O pensamento, nessa lógica processual, vem a serviço de um devir outro ligado às marcas - imanentes de uma envergadura em nosso modo de subjetivação - para a criação de um corpo conceitual que encarne o que ela reverbera. Para tanto, Rolnik explica acerca dos caminhos de um rigor ético-estético-político. Ético aqui se afiniza com o que exigem as marcas e o rigor com que escutamos as diferenças que se engendram em nós a afirmação do devir a partir dessas diferenças. A via estética está ligada à criação do rigor de um campo que encarna as marcas no corpo do pensamento. “Político porque este rigor é o de uma luta contra as forças em nós que obstruem as nascentes do devir” (Rolnik, 1993, p. 245).

O sentimento de vacância desencadeado diante do constrangimento de ser advertida, aos 40 anos de idade, pela existência do meu sangue menstrual como algo sujo e pejorativo foi entendido, posteriormente, por mim como um acontecimento... eu não esperava sentir tamanha vergonha e falta de lugar diante de uma violência inimaginável, sobretudo em uma secretaria ligada à promoção de políticas públicas para mulheres. Fiquei paralisada. Eu me envergonhei da minha condição de mulher, acho que nunca havia acontecido de me ressentir por isso antes. Me vi igualmente diminuída por não conseguir reagir imediatamente, tudo junto, um turbilhão sem palavras. Estava ali eu, uma professora universitária, pesquisadora, ocupante do cargo de coordenação das políticas para mulheres do município, sendo ridicularizada e repreendida por menstruar, e em última instância, por ser mulher! “A ideia de acontecimento traz exatamente o sentido de ruptura, daquilo que não pode ser representado, que interrompe uma sucessão de fatos” (Benevides, 2007).

Por isso uma história começa antes que possa ser contada, pois decorre de um acontecimento, de um rasgo no plano de imanência decorrente dos efeitos de muitos encontros pregressos, efetuando descontinuidades. A cena 1, composta com a cena 2, que vem em seguida, foram sentidas como um acontecimento, também pela mobilização que trouxe a exigência de criação, um paradoxo, um devir. Acredito que o devir-passarinha eclodiu também dessa violência, que fez imperativa a criação de outra lógica para continuar habitando aquela arena misógina intitulada de SM. “Essa função criativa e produtora do elemento paradoxal permite tratar o sentido não como prejudicado ou propriedade original, mas como acontecimento” (Silva, 2004, p.6). Posteriormente, esse acontecimento trouxe outros desdobramentos, mas essa é uma outra história.

Benevides de Barros (2007) destaca que a vida se dá na superfície, nas relações. Não há nada a ser revelado, a vida está por aqui mesmo, no cotidiano e na tensão das práticas. As cenas elencadas serviram como base para problematizações acerca do cenário micropolítico da SM na tentativa de desnaturalizar ações misóginas provenientes da gestão com o que parece ser uma tentativa de controle diante de comportamentos que ela entende como fora do conservadorismo almejado para as mulheres.

Diante de tal cenário, é possível contar ainda com a contribuição de Foucault quando nos alerta que “onde há poder, ele se exerce” (1979, p. 75) e trazer à baila os focos onde estes parecem cristalizados. Falar desse processo de forma localizada, quebrar com o silêncio da crosta da naturalização das relações nos serviços de atendimento às mulheres e pessoas em tela, parece ser passo ímpar dessa luta na medida em que este movimento de enunciação demarca uma mudança no regime de visibilidade.

Cenas que transbordam: o que sangra além do útero?

Muitas mulheres, meninas e outras pessoas que menstruam contam com o apoio familiar e de pessoas próximas, acrescido ao conforto proporcionado por diversas opções de absorventes disponíveis no mercado (coletes, absorventes higiênicos, roupas íntimas absorventes etc), infraestrutura mínima necessária (água encanada, sabonete, banheiro, etc) em suas residências, escolas e ambientes de trabalho, além de dispor do uso de analgésicos, caso desejado. Esse compilado traz um suporte que torna possível atravessar, todos os meses, a experiência menstrual sem grandes prejuízos. Porém, para muitas outras, o período menstrual pode significar uma suspensão de qualquer atividade devido à falta completa de meios para vivenciá-lo com dignidade, como dissemos anteriormente. Recursos como a simples existência de um banheiro em condições de uso, água encanada, absorventes entre outros são itens escassos para muitas pessoas que menstruam em nosso país, configurando um grave problema de saúde pública.

Sérgio Arouca, em seu discurso acerca da emergência da construção de uma reforma sanitária no Brasil, na 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986, aponta para a dimensão político-social do conceito de saúde e para o fato de que somente coletivamente seria possível promover condições satisfatórias para uma vida de bem-estar. O sanitarista defendia que a conquista de uma sociedade democrática, com participação ativa de seus cidadãos e cidadãs, público ao qual as políticas públicas são destinadas, seria a única via para a reforma almejada. Arouca entendia que a saúde precisava ser vista como direito de todos os seres humanos, todas as pessoas brasileiras, destacando a máxima de que “Democracia é saúde”.

A fala de Arouca nos traz reflexões acerca da democratização das políticas de saúde, desde sua construção - que deve se dar processual e localizadamente - até a materialização de seus serviços, moldados pelas necessidades da população que, sem medo, precisa enunciar. Sendo

assim, estratégias com objetivo de fomentar assembléias e desconstruir atmosferas compostas pelo medo de enunciação são também tarefas dos serviços de saúde.

Mais de duas décadas depois, com o SUS implantado, ainda que bastante sucateado, o relatório “Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos” de autoria do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) define pobreza menstrual, termo que não circulava neste tempo do Arouca, como fenômeno complexo, multidimensional e transdisciplinar qualificado pelos pontos descritos abaixo:

Características Pobreza Menstrual (UNFPA, UNICEF, 2021, p. 11)
- falta de acesso a produtos adequados para o cuidado da higiene menstrual tais como absorventes descartáveis, absorvente de tecidos reutilizáveis, coletores menstruais descartáveis ou reutilizáveis, calcinhas menstruais, etc. além de papel higiênico e sabonete, entre outros;
- questões estruturais como ausência de banheiros seguros e em bom estado de conservação, saneamento básico (água encanada e esgotamento sanitário), coleta de lixo;
- falta de acesso a medicamentos para administrar problemas menstruais e/ou carência de serviços médicos;
- insuficiência ou incorreção nas informações sobre saúde menstrual e autoconhecimento sobre o corpo e os ciclos menstruais;
- tabus e preconceitos sobre a menstruação que resultam na segregação de pessoas que menstruam de diversas áreas da vida social;
- questões econômicas como, por exemplo, a tributação sobre os produtos menstruais e a mercantilização dos tabus sobre a menstruação com a finalidade de vender produtos desnecessários e que podem fazer mal à saúde;
- efeitos deletérios da pobreza menstrual sobre a vida econômica e desenvolvimento pleno dos potenciais das pessoas que menstruam.

Em algumas passagens do relatório (UNFPA, UNICEF, 2021) é destacado que não falar sobre a menstruação é uma forma de abordá-la, reiterando preconceitos no cotidiano na substituição por eufemismos (chico, aqueles dias, por exemplo), o que expõe as pessoas que menstruam a processos de envergonhamento, acarretando prejuízos sociais e de diversas outras esferas. Garantir a dignidade menstrual é intimamente ligado ao gozo dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, além do direito à autonomia corporal.

Para o combate à pobreza menstrual, é imperativo fazer investimentos em educação integral em sexualidade, incluindo educação menstrual, para que haja ampla difusão das

informações para que as pessoas, em cada faixa etária, conheçam seus próprios corpos, conheçam seu ciclo menstrual efetuando promoção de bem-estar.

É fundamental também que tenhamos educação menstrual apropriada para cada idade de forma que casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes venham à tona mais precocemente, evitando que só sejam descobertos após a gravidez da menina que, em alguns casos, nem chega a ter menarca e logo fica grávida em virtude da repetição dos abusos frequentes durante muitos anos. (UNFPA, UNICEF, 2021, p. 15)

No item descrito como “Menstruar na escola” o estudo trouxe que, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2013, a média de idade da menarca entre as brasileiras é de 13 anos. Quase 90% das pessoas que menstruam têm sua primeira experiência menstrual entre 11 e 15 anos de idade. Sendo assim, a maioria delas passarão de 3 a 7 anos da sua vida escolar menstruando, pelo menos. A investigação trouxe à baila dados sobre a infraestrutura das escolas no que diz respeito a banheiros, lavatórios, presença de produtos para higiene como papel higiênico e sabonete, além de apontamentos sobre saúde sexual, saúde reprodutiva e absenteísmo por problemas menstruais.

Em relação à presença de papel higiênico, insumo indispensável para garantia da dignidade menstrual⁴³, o estudo estima que, no Brasil, 1,24 milhão de estudantes, 11,6% do total de alunas, não tenham disponível papel higiênico no banheiro das escolas em que foram matriculadas. Dentre esse número, 66,1% são pretas/pardas. Ao analisar a situação das escolares negras em relação às brancas, notou-se o risco relativo de uma menina negra estudar em uma unidade de ensino que não tenha acesso a papel higiênico é 51% maior do que das meninas brancas. Ao comparar as grandes regiões do Brasil, a pesquisa trouxe que a cada 10 colegiais da Região Sudeste que não têm papel higiênico, 23 encontram-se na mesma condição na região Centro-Oeste. Proporcionalmente, também usando o Sudeste como parâmetro, o risco de que uma menina da região Norte não tenha esse material no banheiro de sua escola é 271% maior.

A higiene das mãos é considerada pelo relatório como outro quesito indispensável para a saúde menstrual. Quase 652 mil meninas (6% do total) não possuem acesso a pias ou lavatórios em condições de uso nas escolas. Desse número, 62,6% são pretas e pardas, correspondendo a 2,25 milhões nessas condições. O sabão, que completa a dupla de insumos para higiene após o uso dos sanitários, é ausente nas pias de 3,5 milhões de escolares que menstruam. Ao agrupar as informações anteriores, a pesquisa traz que mais de 4 milhões de meninas (38,1% do total de estudantes) frequentam escolas com privação de pelo menos um item mínimo de higiene. Diante das variáveis estudadas, concluiu-se no relatório que quase 200 mil colegiais vivem em privação

⁴³ Termo cunhado pela Unicef que define como ter acesso a produtos e condições de higiene adequados no período menstrual. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/dignidade-menstrual>

de condições mínimas para cuidar de sua menstruação na escola, espaço em que passam grande parte dos dias.

A educação menstrual também foi investigada a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar de 2015. As meninas que mais alegaram ter recebido orientações sobre prevenção da gravidez foram as de 14 anos, quase 80% e em torno de 17% a mais que as meninas de 18 anos. Aproximadamente 19% das meninas pretas e pardas não tiveram ou não se lembram se tiveram essas orientações, quando comparadas às meninas brancas. Apoiado na Pesquisa Nacional de Saúde de 2013, o estudo aponta que entre as meninas que deixaram de realizar alguma atividade em razão de problemas de saúde, 2,88% ocorreu devido a problemas menstruais, apontado como o principal motivo de saúde para tal impedimento.

A segunda etapa da pesquisa UNFPA/UNICEF (2021) está focada na vivência de menstruação em casa, tendo como principal base de dados a Pesquisa de Orçamento Familiares – POF 2017-2018 – trazendo informações acerca de crianças e adolescentes no ambiente doméstico. O texto informa que 713 mil meninas (4,61% do total) não contam com banheiros em seus domicílios e 88,7% delas, mais de 632 mil meninas, vivem sem acesso a nenhum banheiro de uso comum no terreno ou propriedade. Dentre essas, 395 mil usam um buraco cercado de qualquer tipo de material para dejeções. As demais, 237.548 meninas, podem estar vivendo uma situação de defecação a céu aberto, considerada de vulnerabilidade extrema na gama de condições que envolvem a pobreza menstrual. Ao comparar a quantidade de banheiros, exclusivo para as pessoas no mesmo domicílio das meninas, a chance de uma menina negra não possuir acesso ao banheiro é quase 3 vezes maior à de uma menina branca nas mesmas condições.

A possibilidade de que meninas negras vivam em domicílios com 4 ou mais banheiros privativos é 78% menor do que a das brancas. É quase 23 vezes mais provável que garotas do Nordeste do país não tenham acesso a banheiros privativos para moradores em suas casas se comparadas às do Sudeste. As chances de meninas do Norte não terem um banheiro de uso exclusivo das pessoas moradoras é de 33 vezes em relação ao Sudeste. E ainda, as garotas que estudam em escolas públicas possuem quase 20 vezes mais chances de residirem em construções sem banheiros em relação às estudantes de escolas particulares.

Ainda apoiado na POF – 2017-2018 – mais de 900 mil meninas (5,84% do total estimado) estão em situação em que não têm acesso a água canalizada em pelo menos um cômodo dentro de sua casa, apenas na parte de fora. A vulnerabilidade mais extrema é denunciada no número de 570 mil meninas (3,7%) que não possuem qualquer acesso a água canalizada, nem em seu terreno. Cerca de 6,5 milhões de meninas vivem em casas em que o escoadouro não está ligado à rede, usando vala, fossa não ligada à rede, rios, lagos, mar ou outras formas. Enquanto cerca de 24% das meninas brancas residem em locais avaliados em que são ausentes serviços de esgotamento sanitário, quase 37% das meninas negras estão vivendo em condições análogas.

O relatório traz ainda, segundo informações da POF 2017-2018, que por volta de 311 mil ou 2% das meninas não possuem disponibilidade total de energia elétrica, sendo que 133 mil não têm acesso a esse fornecimento. Dentre o total de garotas sem energia elétrica, 22% delas são brancas, enquanto 76% são pretas ou pardas. Em relação à insegurança alimentar, 50% das meninas estão em famílias que apresentam algum grau desse quesito, sendo que um milhão (6,81%) das garotas estão em situação de insegurança alimentar gravíssima.

Por fim, o fenômeno da pobreza menstrual demonstra que negligenciamos as condições mínimas para garantia da dignidade da pessoa humana ignorando as necessidades fisiológicas de cerca de metade da humanidade, as meninas e mulheres. A partir dessa negligência, pode surgir a urgência de remediar os problemas, evitáveis, decorrentes da falta de manejo adequado da menstruação. Problemas esses que seriam facilmente prevenidos com os devidos investimentos em infraestrutura e acesso aos produtos menstruais. Além disso, quando vivenciada desde a infância, a pobreza menstrual pode resultar ainda em sofrimentos emocionais que dificultam o desenvolvimento de uma mulher adulta com seus potenciais plenamente explorados (UNFPA, UNICEF, 2021, p. 26).

Em decorrência do estudo divulgado (UNFPA, UNICEF, 2021), e diante de tamanha complexidade que comporta o quadro de pobreza menstrual, diversos projetos de lei buscando viabilizar absorventes higiênicos a pessoas que menstruam foram propostos no país nas esferas governamentais. Destacou-se, indo a sessão plenária em agosto de 2021, o de autoria da deputada federal Marília Arraes - escrito mesmo antes da divulgação da pesquisa - Projeto de Lei (PL) 4.968 de 2019⁴⁴, que veio a dar origem à Lei 14.214 de 06 de outubro de 2021⁴⁵.

Entretanto, em 07 de outubro de 2021, foram vetados, pelo então presidente Bolsonaro⁴⁶, o artigo primeiro que prevê "a oferta gratuita de absorventes higiênicos femininos e outros cuidados básicos de saúde menstrual" e o terceiro, que descreve o público alvo: estudantes de baixa renda matriculadas em escolas da rede pública de ensino; mulheres em situação de rua ou vulnerabilidade social extrema; mulheres apreendidas e presidiárias, recolhidas em unidades do sistema penal; e mulheres internadas em unidades para cumprimento de medida socioeducativa, da PL 4.968/2019. Como justificativa do Executivo, foram alegadas questões orçamentárias e que os trechos suprimidos eram contrários ao interesse público, sem o uso de documentação comprobatória (Brito e Siqueira, 2023). Mas a que público ele se referia?

⁴⁴ **PL Nº 4968**, de 11 de Outubro de 2019. Institui o Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos nas escolas públicas que ofertam anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Nova Ementa: Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2219676>

⁴⁵ **LEI Nº 14.214**, de 6 de Outubro de 2021. Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14214.htm

⁴⁶ **Bolsonaro veta distribuição de absorventes a estudantes e pessoas pobres**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/07/bolsonaro-veta-distribuicao-de-absorventes-a-estudantes-e-mulheres-pobres>

Num país em que publicidades de absorventes são feitas com líquidos azuis e mulheres brancas dançando, deflagrando a necessidade de esconder o vermelho menstrual e possíveis desconfortos do período, nitidamente enquadrado nos processos de envergonhamento subjetivo acerca da menstruação, a resposta imediata de Damares Alves ao veto bolsonarista foi uma pergunta: “A gente tem que decidir, a prioridade é a vacina ou o absorvente? As mulheres pobres sempre menstruaram nesse Brasil e a gente não viu nenhum governo se preocupar com isso. E agora o Bolsonaro é o carrasco, porque ele não vai distribuir esse ano”⁴⁷. O presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Carlos Lula, reagiu, diante da fala da ministra:

Se a disputa se dá por espaço no orçamento, é só verificar o custo que seria para termos um programa que dá dignidade às mulheres e o custo de eventos sem nenhum significado prático para o país, como motocicletas. O dilema posto é falso. Poderia ser cortado gastos com propaganda institucional, por exemplo. Mas nunca afirmar que o veto se dá porque não haveria recursos para a vacinação. Isso não faz nenhum sentido.⁴⁸

Brito e Siqueira (2023) convocam para análise os vetos de outubro de 2021 do então presidente da extrema direita fascista brasileiro ao Projeto de Lei 4.968 de 2019, citado neste trabalho, proposto por Marília Arraes e que veio à votação a partir do reconhecimento do dever estatal da elaboração de políticas públicas comprometidas com o acesso à dignidade menstrual. O projeto foi bem recebido pelos parlamentares e não registrou oposição. Em sua redação era proposto o abastecimento de centros de saúde com itens necessários para administração do período menstrual - um dos pontos principais era a distribuição gratuita de absorventes íntimos higiênicos - com a implementação integrada entre todas as instâncias federativas, cabendo ao poder público a elaboração de uma campanha informativa acerca da saúde menstrual e seus efeitos. O PL supracitado foi votado e aprovado na íntegra em 14 de setembro de 2021.

Como antes mencionado, ao chegar ao poder executivo, os principais pontos da redação de Arraes foram vetados. Acerca das negativas e análise dos pronunciamentos de Bolsonaro acerca do PL 4.968/2019 e da pobreza menstrual - o ex-presidente alegou, em suas redes sociais, desnecessidade de onerar os cofres públicos com um “auxílio modess” para as mulheres cis, banalizando o que foi posto como “dignidade menstrual”. Quando questionado acerca dos indeferimentos rebateu perguntando se as mulheres haviam começado a menstruar no governo dele -, Brito e Siqueira (2023, p.5) compreendem que “devido ao tom dos discursos públicos do ex-presidente Jair Bolsonaro, o veto foi intencional e reacionário à dignidade menstrual”.

As autoras (Brito e Siqueira, 2023) trazem como crítica também a prevalência de apenas mulheres cis estarem presentes nos discursos presidenciais de 2021 acerca da pobreza menstrual,

⁴⁷ **Damares defende veto de Bolsonaro: 'A gente tem que decidir, a prioridade é a vacina ou é o absorvente?'**
Disponível em:

<https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2021/10/08/damares-defende-veto-de-bolsonaro-a-gente-tem-que-decidir-a-prioridade-e-a-vacina-ou-e-o-absorvente.ghtml>

⁴⁸ Ibid 21

já que a complexidade da problemática atinge igualmente homens trans e pessoas não binárias, além das evidências relacionadas aos recortes de classe e raça, estando as pessoas menstruantes negras e em vulnerabilidade socioeconômica entre as mais prejudicadas no Brasil (UNFPA, UNICEF, 2021).

Reconhecida como direito humano, com fundamentalidade evidente na CF/88 [Constituição Federal de 1988], mas ainda um ODS [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável] a ser atingido na Agenda 2030, a dignidade menstrual é inerente à saúde e à vida não só das meninas e mulheres cis, mas também dos homens trans e das pessoas não binárias. Além disso, a efetivação desse direito, com a correta administração do ciclo menstrual – água potável, medicações, absorventes –, implica o ingresso adequado dessas pessoas nos espaços de poder, espaços esses dominados pelo poder hegemônico, por razões sociojurídicas e de historicidade (Brito e Siqueira, 2023, p.10).

Ainda no ano de 2021, o tema gerou mobilização dos demais entes federados, trazendo como marca a criação de leis estaduais, baseadas na compreensão de que uma boa administração do ciclo menstrual é um dos fatores principais da pobreza menstrual. Sendo assim, foi consolidando o direito à distribuição gratuita de absorventes íntimos higiênicos nas redes de ensino dos estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Paraná, Paraíba, Piauí, Roraima e Rio Grande Norte (Brito e Siqueira, 2023).

A Bancada Feminista da Câmara dos Deputados reagiu às declarações e ao veto à época (2021) e afirmou a falta de contrariedade entre o PL 4.968/2019 e o interesse público, visto se tratar do investimento de impacto orçamentário mínimo e declarou que derrubar o impedimento presidencial consistia em uma reparação a violência do governo contra as mulheres (Brito e Siqueira, 2023).

A pobreza menstrual não é um tema novo, mas ganhou notoriedade nos últimos anos no país, ao passo que alguns estados brasileiros tiveram suas próprias atividades legislativas no tocante à distribuição de absorventes e à conscientização sobre o período menstrual. Ainda, é recorrente que as pessoas com o ciclo menstrual ativo não tenham compreensão sobre esse evento biológico, sendo o quadro agravado se a pessoa menstruante é de baixa renda, pois tem de escolher entre comprar alimentos ou um item higiênico. O absorvente, nesse contexto, torna-se um artigo de luxo (Brito e Siqueira, 2023, p.19).

Em 12 de outubro de 2021, quatro dias depois da declaração de apoio ao então chefe do executivo supracitada, Damares Alves anunciou que o governo lançaria um programa de distribuição de absorventes para mulheres em situação de vulnerabilidade nos próximos dias⁴⁹, sobre o que não houve notícias de materialização até o final daquele governo.

Cinco meses depois, em entrevista ao programa de rede nacional A voz do Brasil⁵⁰ Damares Alves, ao apresentar novos decretos relacionados aos cuidados das gestantes, mães e

⁴⁹ **Damares diz que governo vai anunciar programa de distribuição de absorventes nos próximos dias**
Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/damares-diz-que-governo-vai-232200171.html>

⁵⁰ Entrevista disponível em:
<https://tvbrasil.etc.com.br/reporter-brasil/2022/03/ministra-damares-alves-explica-novos-decretos-de-apoio-mulheres>

famílias, destaca que a marca do governo atual está na integração das pastas em prol da população. Em oito de março de 2022, considerado mundialmente como o dia das mulheres, ela diz que MMFDH trabalha juntamente com a saúde, agricultura e cidadania visando melhor qualidade de vida da população. A ministra usa em sua apresentação o termo “violência obstétrica”, dizendo que ainda existe, e depressão pós-parto, que acontece por uma falha nas equipes profissionais que não estão atentas a uma predisposição à depressão de algumas gestantes. Fala também da articulação direta com os municípios, dizendo do comprometimento federal com a ponta da assistência e usa um bordão “mais Brasil, menos Brasília”.

No mesmo encontro, uma das entrevistadoras a questiona acerca do decreto, assinado na mesma data comemorativa, chamado “Programa de proteção e promoção da saúde menstrual” que prevê distribuição de absorvente e demais itens de higiene para meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade social, contabilizando no programa aproximadamente 3.600.000 beneficiadas. A ausência na rotina escolar devido à problemática é pauta trazida a Damares Alves. Ela diz que Bolsonaro fora corajoso ao sancionar uma lei em outubro de 2021 acerca da saúde menstrual, critica governos anteriores que não quiseram fazer o mesmo e justifica na falta de previsão orçamentária a não distribuição de absorventes naquele momento pretérito. A tensão em sua fala é nítida.

Ainda relacionado ao programa pioneiro de saúde menstrual que Damares Alves se orgulha de participar, ela informa que 86 milhões de reais foram separados para compra de absorventes em 2022, além do valor de 130 milhões previstos a serem destinados à ação que ela chama de cara e contínua. A ministra explica que a distribuição se dará no espaço dos postinhos de saúde e unidades de atendimento assistencial. O perfil destinado será das mulheres cadastradas no Cadúnico, mulheres do cárcere e adolescentes do socioeducativo. Em consonância com declarações anteriores e com as do então chefe do executivo, os direitos parecem, novamente, direcionados apenas a mulheres cis.

Para fechar, relata que a inovação do programa está no fato que aproximará o programa de saúde menstrual ao programa de empreendedorismo feminino. A ministra promete financiamento do governo destinado a pequenas cooperativas no interior para produção de absorventes, visando tirar as mulheres da vulnerabilidade financeira e violência conjugal. Os absorventes, que serão produzidos por mulheres, poderão ser direcionados à rede de saúde do município em que ocorrer a produção. Ela diz que as mulheres brasileiras são corajosas, criativas, mas que não há emprego para todas. Sendo assim, o governo investirá em nano empreendedorismo, com mini crédito. A pastora promoveu em sua fala o “Banco Nordeste” informando que a organização cobrará taxas de juros muito pequenas para liberar o “benefício”.

Apesar de tanto palco partidário em ano eleitoral, não há notícias acerca de distribuição de absorventes em unidades de saúde, escolas ou quaisquer outros equipamentos e nem resquícios de materialização do “Programa de proteção e promoção da saúde menstrual” pela gestão federal

de 2019-2022, MS do período ou do extinto MMFDH. Inclusive o MMFDH, sob o comando da pastora Damares, teve o menor gasto orçamentário dos últimos tempos destinados às políticas públicas, mesmo com o país em pandemia, aumento da violência doméstica de gênero contra as mulheres e em todas as outras esferas, ausência de aulas presenciais, fome, desemprego etc. A pastora usou somente 2,6% do orçamento destinado à pasta⁵¹ trazendo à luz o sucateamento das políticas públicas existentes e a não realização de novas que pudessem atender aos desafios impostos pela crise que veio como efeito do mau gerenciamento da pandemia.

A partir de relatos em publicações⁵², é informado, por exemplo, que pessoas presas usam recursos como miolos de pão, jornal ou folhas de árvores para conter o sangue, mesmo estando sob responsabilidade do Estado, mediante tamanha precariedade de meios para fomentar uma boa administração do ciclo menstrual. Os dados das pesquisas, trabalhadas nesta seção, evidenciaram que a população periférica, negra e com vivência de insegurança econômica está mais exposta à pobreza menstrual, sendo, mais uma vez, a camada mais comprometida com a ausência de políticas públicas para viver o período menstrual com dignidade e não precisar de uma suspensão mensal de suas vidas laborais e de outras esferas.

Em 8 de março de 2023, três meses após a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), eleito pelo povo em outubro de 2022, e da designação de Aparecida Gonçalves para liderança do novo Ministério das Mulheres, foi lançado o Programa Dignidade Menstrual, regulamentando a Lei 14.214 de 2021. A partir dessa data pessoas cadastradas no CadÚnico⁵³ que sejam estudantes de escolas públicas de baixa renda (até meio salário mínimo de renda per capita por família), pessoas que tenham renda mensal de até 218,00 ou que estejam em situação de rua, podem solicitar a retirada de absorventes íntimos higiênicos gratuitamente em farmácias populares credenciadas. Pessoas privadas de liberdade no sistema prisional recebem o benefício via Ministério da Justiça e Segurança Pública. O Programa ainda prevê a distribuição de cartilhas, cartazes, entre outros documentos informativos disponibilizados no site do governo federal⁵⁴, visando “a conscientização sobre a naturalidade do ciclo menstrual, equidade de gênero, justiça social, educação e direitos humanos”.⁵⁵

Apesar de a implementação do Programa Dignidade Menstrual se traduzir em notório avanço, trazendo benefícios para administração do ciclo menstrual na vida de muitas meninas,

⁵¹ **Orçamento em políticas para mulheres terá corte de 33% em 2022.** In: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/12/13/orcamento-2022-em-politicas-para-mulheres.htm>

⁵² Ibid 15

⁵³ “O Cadastro Único é uma ferramenta essencial para a articulação e consolidação da rede de proteção e promoção social com as demais políticas públicas em todos os âmbitos da federação, contribuindo dessa forma para a inclusão social. O Decreto nº 6.135 de 26 de Junho de 2007, que dispõe sobre o Cadastro Único, permite também o cadastramento de famílias com renda superior a das famílias de baixa renda, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou acompanhamento em programas sociais”. In: <https://blog.gesuas.com.br/cadastro-unico/>

⁵⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/campanhas-da-saude/2024/dignidade-menstrual/acesse-as-pecas>

⁵⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas-1/programa-de-dignidade-menstrual>

mulheres e pessoas que menstruam, Prado (2024) alerta que a problemática da pobreza menstrual foi invisibilizada por muito tempo e, mesmo no contemporâneo, ainda é pouco trabalhada no contexto das políticas públicas, principalmente no que tange a naturalização com que são (ou não são) tratados interditos sociais em torno da vivência menstrual, assim como pouco são iluminados os ativismos menstruais que se mobilizam para inserção de pautas mais abrangentes acerca da dignidade menstrual, principalmente no engendramento de processos de resistência à mercantilização da menstruação e à lógica colonialista que recai sobre vivências menstruais, colaborando para a “construção de uma nova cultura de menstruar, que nasce concomitantemente ao fim do tabu menstrual e segue aliada às lutas pela garantia de direitos fundamentais e pela equidade de gênero” (Prado, 2024, p. 3).

Cena 3: Um espaço de convivência apenas para as artesãs?

Logo que a SM foi apresentada à população, os atendimentos foram chegando. Algumas mulheres vinham conversar sobre suas vidas ou falar diretamente de demandas como creches e atendimento psicológico. Algumas vinham conhecer o local. Começamos a fazer reuniões com as demais secretarias. Fizemos encontros virtuais com Organizações não governamentais (ONGs) femininas dedicadas ao artesanato e também com mulheres artesãs, visto que a busca por um espaço de convivência e para compartilhar esse ofício era fortemente solicitado no discurso das pessoas que procuravam por nós.

Após algumas reuniões com as artesãs, nos encontramos com a Secretária de Cultura para pensar na disponibilização de um espaço exclusivo para os trabalhos, além de servir de local para convivência feminina, mas a servidora nos informou que seria impossível, visto que os espaços para cultura estavam muito restritos. Havíamos montado um projeto para apresentar à vice-prefeita sobre a abertura de uma casa para funcionamento de um espaço de convivência, assim como dos serviços que seriam propostos pelas políticas para as mulheres e compartilhamos a ideia no encontro. A dirigente da outra pasta se mostrou contrária à ideia, argumentando que a maioria das pessoas artesãs do município eram homens e que aquilo se configuraria em privilégio à clientela feminina. Falamos um pouco sobre a falta de equidade de gênero em nosso cenário social e a importância de espaços destinados às mulheres para construção de estratégias de combate a essa triste realidade machista e patriarcal que nos circunda. Mais uma vez não fomos consideradas.

Depois desse fato a Secretária da SM, nitidamente “alertada” pela Secretária de Cultura, falou aleatoriamente várias vezes ao passar pela repartição que ali era local de atendimento às famílias e às pessoas como um todo e foi rebatida por nós. Explicamos sobre machismo, racismo, violência de gênero doméstica, institucional e conquistas feministas para que houvesse uma compreensão acerca da especificidade do setor e da construção de políticas exclusivas para o público feminino, visto que social e historicamente, com frequência,

estivemos prejudicadas. Apresentamos o projeto relacionado à convivência entre mulheres e compartilhamento das artesãs, como uma “Casa das Mulheres” para nossa dirigente que pensou em sua viabilidade somente após inaugurações de espaços semelhantes em municípios próximos.

Pausa 3 - Governo antifeminista de “famílias naturais” e da mulher “tamanho único”: mais municípios, menos Brasília

Ursula Le Guin (2022 [1986]) afirmou que narrativas de ficção científica, adequadamente concebidas, que contam histórias com as perspectivas de quem carrega uma cesta coletora de sementes de mundos, e opera fora do cenário apocalíptico a ser salvo pelo protagonismo de um herói guerreiro homem-branco-cis-heterossexual-economicamente privilegiado, não estão elaborando um retrato do futuro, mas construindo análises acerca do presente. Para a autora, esse estilo opera uma maneira de tentar descrever o que realmente está acontecendo no contemporâneo, o que as pessoas fazem, sentem e ainda a forma que elas se relacionam com tudo da atmosfera social ao redor. “Uma das relações entre elementos de um romance pode muito bem ser a do conflito, mas a redução da narrativa ao conflito é absurda” (Le Guin, 2022 [1986], p. 21).

Em 1985 a escritora canadense Margaret Atwood publicou “O conto da Aia”, romance definido pela própria como uma ficção especulativa⁵⁶. A autora declarou compreender esse gênero literário relacionado à criação de cenários que de fato podem acontecer e por essa razão sentimos, ao ler, o conservadorismo contemporâneo retratado na obra.

A história de Atwood (2017 [1985]) se passa no futuro distópico de um país dominado por uma organização religiosa, que instala um regime teocrático totalitário, com leis baseadas em escritos da Bíblia, a república Gilead. Sendo assim, as mulheres têm todos os seus direitos suspensos e são reduzidas a servir aos homens e à pátria. As que eram legalmente e religiosamente casadas, assim permanecem, em todas as classes sociais, mas as que “viviam em pecado” são “salvas” pelos novos governantes. Quando as “pecadoras” se encontravam fora da idade reprodutiva, ou não podiam engravidar, eram destinadas a serem serviçais de famílias abastadas. Se fossem consideradas, pelas novas regras “sociais”, como inadequadas ao convívio social - o enredo dá a entender que cientistas e feministas compunham essa categoria - eram chamadas de Jezebel e viviam em uma espécie de casa destinada à exploração sexual.

O livro é narrado em primeira pessoa e em dois tempos que se entrelaçam no contemporâneo da protagonista. Acompanhamos flashes do passado da vida de Offred (“a de Fred”)⁵⁷, quando ainda vivia em uma democracia, e do tempo presente ao qual tenta sobreviver

⁵⁶ Por que a série *The Handmaid's Tale* é relevante para os dias de hoje. In: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-cul-44294676>

⁵⁷ As aias têm os nomes definidos de acordo com o nome do comandante ao qual cada uma foi designada - não é revelado o nome de antes do golpe de estado no livro de Margaret Atwood, somente na série televisiva *The Handmaid's*

entre lembranças e tentativas de operar resistências em sua nova realidade de possibilidades agenciais muito reduzidas. No passado próximo compreendia-se como uma mulher livre, tinha um emprego, vivia com o companheiro (Luke) e com uma filha pequena. No momento da tomada do Estado, a família tentou sair do país, mas foi capturada nas fronteiras. O companheiro conseguiu escapar, a filha foi apartada da mãe, que por sua vez foi obrigada a se tornar uma aia e passou a servir um casal abastado sem filhos com problemas de fertilidade, decorrente de radiação e alta ingestão de agrotóxicos. Com objetivo de dar uma criança ao casal, Offred era religiosamente estuprada pelo comandante Fred, sob a cumplicidade de sua esposa, Serena Joy, uma ex-ativista evangélica conservadora televisiva (Atwood, 2017).

Em entrevista⁵⁸, Atwood diz que sua inspiração para o romance parte de retrocessos relacionados aos direitos das mulheres em países do norte da América após consideráveis avanços nas décadas de 1980, momento em que a direita cristã, com foco de atuação na afirmação do desenho de “família natural”, passa a contar também com a televisão como ferramenta de disseminação de seus conteúdos doutrinários, o televangelismo. Interessante perceber que na trama os direitos femininos vão se rarefazendo a partir de pequenas e quase imperceptíveis medidas antes de serem totalmente suspensos.

A característica capilar da construção dos processos de subjetivação trazidos no romance de Atwood (2017), ao mostrar o caminho paulatino de desmonte de direitos das mulheres, parece ir ao encontro do que apresenta Foucault (1988), quando analisa a formação de um dispositivo baseado na sexualidade que apresenta efeitos importantes sobre a regulamentação do comportamento das pessoas, principalmente a partir do século XIX, e elucida que este tem início a partir do estabelecimento de saberes dirigidos à normatização do comportamento dos membros das famílias burguesas. Divergindo de apreciações que destacam a repressão ou restrição sexual como forma de controle e privilegiando a produção de subjetividade como estratégia do exercício de poder, o autor evidencia que as formas de sexualidade que são forjadas, a partir das novas tecnologias do sexo neste período, iniciam-se na elite hegemônica da época com objetivo de exaltação e aperfeiçoamento biológico da mesma. A sujeição da classe proletária seria, portanto, um efeito dessa meta. Assim, como a nobreza trazia o sangue para manter-se distinta da plebe, a burguesia desejava “um corpo de classe” diferenciado dos demais, substituindo o sangue pela excelência de saúde do seu organismo: “O ‘sangue’ da burguesia foi o seu próprio sexo” (Foucault, 1988, p.136).

O autor destaca que a sexualidade, nas relações de poder, torna-se um elemento dotado de alta instrumentalidade, servindo de ponto de apoio para as mais variadas manobras e descreve quatro conjuntos estratégicos emergidos a partir do século XVIII que desenvolveram dispositivos de saber e poder a respeito do sexo: histerização do corpo da mulher; pedagogização do sexo da

Tale que Offred tem um nome antes de Gilead - June.

⁵⁸ Ibid 29

criança; socialização das condutas de procriação e psiquiatrização do prazer perverso.

Estes quatro eixos vão emergir de modo intrínseco, atravessando intensamente a subjetividade feminina. O primeiro vai se caracterizar por um tríplice processo através do qual o corpo da mulher vai ser analisado, qualificado e desqualificado como um corpo inteiramente saturado de sexualidade, portador de uma patologia que lhe seria inerente, sendo assim posto em comunicação orgânica com o corpo social (fecundidade regulada e assegurada pela medicina), com o espaço familiar (tornando-se elemento substancial e funcional da família) e, finalmente, com a vida das crianças (produzindo e garantindo, através da responsabilidade biológico-moral, a educação da prole). A figura da mãe, atada à subjetividade feminina, é encarregada da tarefa “do lar”, sendo a figura da mulher nervosa sua face negativa e a forma mais evidente da histerização (Foucault, 1988).

A partir disso, ainda no século XIX, aumenta consideravelmente a preocupação com o sexo e são esboçadas quatro personagens que são encaradas como objetos privilegiados de saber: a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano e o adulto perverso. A construção destas categorias, que passam a ser intensamente vigiadas, é a própria produção de subjetividade como instrumento de normatização. É importante destacar que, assim como no romance de Atwood (2017), elas não foram criadas em blocos e sim de forma capilar à medida que adquiriam certa coerência, obtendo eficácia na ordem do poder e produtividade na ordem do saber (Foucault, 1988).

A teocracia “gileadeana” de Atwood (2017) contempla ainda que o controle estando pautado nas relações de poder através da produção de subjetividade em categorias, no caso do dispositivo descrito acima, categorias sexuais que buscam a normatização do comportamento feminino por se tratar de corpos saturados de sexualidade (Foucault, 1988), a eleição de como se apresentam as mulheres socialmente pode ser qualificado como um dos atributos da capilaridade que as vem classificar.

Em 2017, o canal de televisão estadunidense Hulu, passou a transmitir a série inspirada no livro de Atwood (2007) - e homônima a ele, “The Handmaid 's tale”-, três meses após a direita fascista de Donald Trump assumir o poder naquele país. A série se tornou um ícone de resistência diante de um governo que se estabeleceu com ações misóginas, xenófobas, homofóbicas, antiaborto e propagantes de ódio às diferenças.

No Brasil, a série chegou oficialmente em 2018, meses antes da segunda temporada ser lançada nos Estados Unidos⁵⁹ e no mesmo ano em que o governo fascista de Jair Bolsonaro ganhou nas urnas. Em solo nacional, a direita ascendeu a partir de uma campanha apoiada em *fake news*,

⁵⁹ **The Handmaid's Tale: Primeira temporada enfim ganha data de estreia na TV no Brasil.** In: https://www.terra.com.br/diversao/entre-telas/the-handmaids-tale-primeira-temporada-enfim-ganha-data-de-estreia-na-tv-no-brasil,a62f82b50ce6457331b5776693948e61hgpdclmx.html?utm_source=clipboard

disparadas, principalmente, em ferramentas da *web*, episódio esse que por si só, trouxe um grave retrocesso para a jovem democracia brasileira. Além da protagonista Offred, nomeada também como June - nome que corresponderia a sua vida antes de Gilead - no programa televisivo, as personagens Tia Lúcia e Serena Joy também se destacam no livro e na série e foram associadas a figuras de Damara Alves e de ativistas anti-feministas que a apoiam.

Ao ter seu nome divulgado pelo governo federal como ministra ainda em 2018, empossada em 2019, Damara Alves declarou que o Projeto de Lei (PL) mais importante que estava em tramitação no Congresso Nacional era o Estatuto do Nascituro. Naquele momento o documento encontrava-se em sua segunda redação. De autoria de Luiz Bassuma e Miguel Martini, a PL 478/2007⁶⁰, previa auxílio financeiro às gestantes vítimas de estupro que não desejassem abortar, a conhecida “bolsa estupro”. A partir dessa época e ao longo de sua atuação como líder do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), declaradamente afinada e subordinada ao governo fascista federal, Damara ficou conhecida também como a “tia Lúcia” brasileira⁶¹. Tia Lúcia é a personagem do governo teocrático responsável pela transformação das mulheres designadas como aias a se afinarem com os princípios religiosos misóginos da República Gilead, assim como a manutenção dessas “servas” em mulheres submissas e resignadas na história de Atwood (2017 [1985]).

Assim como em Gilead (Atwood, 2017), o controle dos corpos femininos, a partir da precarização e negação do acesso aos direitos sexuais e reprodutivos, parece consistir em uma manobra governamental que opera a partir de um pensamento moralista e baseado em valores conservadores que renovou sua força institucional no Brasil na gestão de Damara Alves. A ministra inclusive declarou abertamente que não a política, mas a igreja evangélica tem potencial para mudar a Nação⁶².

Apesar de subestimado com frequência pela mídia, Teixeira e Barbosa (2022) atentam que o protagonismo da pastora evangélica à frente do MMFDH se tornou peça chave para manutenção e legibilidade do (des)governo de Bolsonaro, assim como para a ascensão de sua campanha eleitoral. Com o uso da categoria “família” atrelada aos aparelhos estatais e contida na compreensão restrita a princípios morais, as políticas públicas propostas e apoiadas por Damara delineiam “o modo como os direitos humanos têm sido interpretados por grupos e governos que defendem a pauta antigênero” (Teixeira e Barbosa, 2022, p. 91).

As autoras, ao traçarem genealogicamente a constituição de uma “gramática dos direitos

⁶⁰ **Estatuto do Nascituro.** Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=443584

⁶¹ **O Conto da Aia: o que é a obra citada em protestos contra a PL do Aborto.** Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2024/06/o-conto-da-aia-o-que-e-a-obra-citada-em-protestos-contr-a-pl-do-aborto/>

⁶² **'Não é a política que vai mudar esta nação, é a igreja', diz Damara Alves.** In: <https://www.terra.com.br/noticias/nao-e-a-politica-que-vai-mudar-esta-nacao-e-a-igreja-diz-damara-alves,d44154a84afa2357b1ebf1679ec70e2apzjmtact.html>

humanos” (Teixeira e Barbosa, 2022, p. 92), explicam que o engajamento do Brasil em relações estatais ou não estatais internacionais são fundamentais para dar o tom aos trabalhos e políticas públicas a serem desenvolvidas nessa esfera. No contemporâneo, os contornos que delineiam a compreensão dos direitos humanos estão em disputa, visto que, em paralelo à participação de representantes do nosso país em fóruns fomentados pela Organização das Nações Unidas (ONU), como Comissão sobre a Situação das Mulheres e Conselhos dos Direitos Humanos, outras entidades nacionais ocupam eventos no exterior que buscam pelo resgate e manutenção de valores ditos conservadores, com base no conceito de “família natural”, aliançando cidadania a princípios bíblicos. O ativismo religioso que, em diversas nações, objetiva o fortalecimento de agendas familiaristas e se posiciona contrário à inclusão do gênero nas pautas dos direitos humanos nas instituições internacionais, ganhou espaço ao se contrapor aos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres por partirem da afirmação que consistem em um risco para manutenção da “família natural”.

Sobre a defesa de políticas “pró-famílias”, fala-se de um modelo particular de família (pai, mãe e filhos), denominada por esse ativismo religioso como “família natural”. Esta se diferencia dos modelos de famílias ‘antinaturais’, tanto religiosamente quanto socialmente. A categoria da ‘família natural’ não está inscrita na letra dos diplomas legais na matéria, mas remete a uma disposição recorrente nela, segundo a qual família é um elemento natural da sociedade e do Estado, sendo mobilizada para reorientar a interpretação dos direitos humanos. Para além de esse ativismo ter sido marcado por discursos teológicos e teológicos católicos, a aliança com outras formas de cristianismo trouxe para cena internacional do ativismo antigênero cientistas sociais conservadores que, em trabalhos acadêmicos desenvolvidos em universidades consideradas laicas, buscam “provar” uma ligação entre famílias divorciadas e monoparentais e uma série de males sociais, sobretudo nos Estados Unidos (Teixeira e Barbosa, 2022, p. 94).

Um traço ímpar de sustentação para o conservadorismo que opera na junção das pautas políticas ao discurso religioso está em buscar e fomentar na esfera científica produções acadêmicas moralizadoras que lançam mão do conceito de família como ferramenta para legitimação da cidadania ligada a preceitos morais em um mundo tomado pelo pecado criador das diferenças, outrora contidas e regeneradas (Teixeira e Barbosa, 2022). Dois pontos característicos são apresentados por Teixeira e Barbosa (2022) para a administração do ativismo cristão conservador no Brasil. O primeiro está vinculado à “configuração de controvérsias” que consiste em apostar em enquadramentos e performances com objetivo de despertar engajamentos que, por sua vez, desencadearão a ampliação e circulação de suas afirmações, sejam eles favoráveis ou contrários. A repercussão das falas ditas polêmicas de Damares como “meninos vestem azul e meninas vestem rosa” são trabalhadas pelas autoras e ilustram o argumento.

O segundo ponto característico do manejo do ativismo cristão de direita no Brasil compete aos “usos da liberdade de opinião em defesa da liberdade religiosa” como justificativa pública para as posições fascistas conservadoras. Teixeira e Barbosa (2022) trazem como destaque dessa prática a ocasião em que Damares se anunciou “terrivelmente cristã”, mesmo ocupando a frente de um

Ministério na gestão em um Estado constitucionalmente laico. As autoras chamam a atenção de que nesse segundo manejo se faz nítido que a condução dos trabalhos com direitos humanos por esse grupo fascista-misógino-conservador - propagado a partir de um código que se anuncia universal por estar em conformidade com a natureza, supondo princípios morais - caminha de forma paralela à compreensão do Judiciário brasileiro e instâncias superiores, assim como são divergentes a interpretação de instâncias internacionais acerca do que seria promoção de políticas públicas para atender aos direitos humanos (Teixeira e Barbosa, 2022).

Apesar de publicamente antifeminista, direitas conservadoras fascistas ao redor do mundo precisaram peneirar suas ofensivas antigênero no que tange à parte dos direitos das mulheres. Não são mais encontrados, por exemplo, questionamentos públicos relacionados à luta por salários isonômicos para o mesmo trabalho executado por homens e mulheres, por não serem mais esses ataques, declaradamente misóginos, compreendidos como politicamente corretos, nem mesmo a esse segmento reacionário (Teixeira e Barbosa, 2022), porém, apoiadas em Stienstra, as autoras alertam:

Isso não significa que o “feminismo” seja abraçado pelo discurso conservador, mas sim que o antifeminismo é definido em termos de combate de um mal maior. No contexto desta discussão que projeta uma guerra moral e um inimigo, “feministas” ocupam algo de uma posição paradoxal. Elas compõem a centralidade dos discursos “antifamília”, mas ao mesmo tempo são marginalizadas pelas tentativas de se definir um inimigo maior por trás da política global de “antifamília”. Embora ativistas conservadores minimizem a “ameaça feminista”, as feministas são, na maioria das vezes, as atrizes que os atores conservadores identificam como força política por trás de políticas “antifamílias”, tais como os direitos das mulheres, a liberdade reprodutiva, as políticas públicas e assim por diante (Teixeira e Barbosa, 2022, p. 95)

Forças neoliberais e neoconservadoras aliançam-se, de acordo com Rolnik (2018), pela demanda que o primeiro tem em relação ao fortalecimento de uma dicotomia que propicie a compreensão de inimigos e heróis, a partir da demonização da alteridade e exaltação de figuras salvadoras, além da necessidade de “limpeza de terreno” para livre instalação de um Estado neoliberal. Sendo assim, ao neoconservadorismo cabe “destruir todas as conquistas democráticas republicanas, dissolver seu imaginário e erradicar das cenas seus protagonistas - entre os quais, prioritariamente as esquerdas em todos os seus matizes” (Rolnik, 2018, p. 148), isso porque o funcionamento das subjetividades neoconservadoras é brutalmente classista, racista, LGBTQIA+fóbica “para não dizer escravista e de mentalidade colonial, o que os leva a querer cumprir esse papel sem qualquer barreira ética e numa velocidade vertiginosa” (Rolnik, 2018, p. 148).

A partir da constatação de que a sociedade do ocidente ainda se configura como primordialmente cristã, “multidões de pessoas continuam acreditando que deus ordenou que mulheres fossem subordinadas aos homens no ambiente doméstico” (hooks, 2018, p.18). Sendo assim, um projeto de educação feminista foi idealizado por bell hooks (2018) como uma ação que

demandaria tempo para diálogo, elaboração e entrega de literatura explicativa para que todo mundo entenda do que se trata o feminismo, pois percebia que as pessoas costumavam ser socializadas desde seus nascimentos para aceitar pensamentos e ações sexistas, e também porque:

Se não trabalharmos para criar um movimento de massa que oferece educação feminista para todo mundo, mulheres e homens, teoria e prática feministas serão sempre enfraquecidas pela informação negativa produzidas na maioria das mídias convencionais. (...). Contribuições feministas construtivas para o bem estar de nossas comunidades e da sociedade são frequentemente apropriadas pela cultura dominante, que então projeta representações negativas do feminismo. A maioria das pessoas não tem conhecimento da miríade de maneiras que o feminismo mudou positivamente nossa vida. Compartilhar pensamentos e práticas feministas sustenta o movimento feminista. O conhecimento sobre feminismo é para todo mundo (hooks, 2018, p. 47-48)

Conforme dito anteriormente, a SM foi implementada por uma gestão municipal que declaradamente estava afinada e contava com o suporte do então governo fascista federal. A meta da administração estava em projetos antifeministas e pró “família natural”, além de nitidamente enunciar um padrão “tamanho único” de mulheres a serem atendidas pela pasta - cis-bela-recatada e do lar⁶³. Ambas as secretarias envolvidas na cena 3 - da SM e de Cultura - compartilhavam do discurso negacionista de que iniquidades de gênero não existiam, mas que eram fruto de um pensamento feminista que vinha de forma obstinada para enfraquecer a harmonia das organizações sociais e familiares. “A carga de sensacionalismo recai rapidamente sobre os ombros de uma feminista: quando ela fala sobre sexismo e racismo, seu relato é tido como sensacionalista, como se ela exagerasse para impressionar. A feminista estraga-prazeres surge como uma figura sensacionalista” (Ahmed, 2022, p. 68).

Após minha saída da pasta soube que eventos em nome da SM ocorriam fora do meu conhecimento em espaços evangélicos conservadores aos finais de semana, com promessas de políticas públicas que atendessem aqueles preceitos ali pregados, cultos aconteciam dentro da prefeitura após expediente com autorização e participação do prefeito, sua trupe de contratos temporários e cargos de confiança, sob o imperativo “Deus acima de todos”, bordão da campanha criminosa que elegeu o então presidente da direita reacionária.

A priorização pelos Direitos Humanos colados ao *slogan* repetido pela líder da pasta desde do evento de apresentação da SM à população - “cuidar de uma mulher é cuidar de uma família” - não só seguia, mas consistia no eco de atos e discursos de Damares Alves, que além da disseminação das falas e ações conservadoras “pregatórias”, em 2020 lançou uma cartilha informativa acerca da importância de “Políticas públicas familiares”⁶⁴, com destaque àquelas destinadas ao âmbito municipal, como fundamentais para o bom andamento da sociedade.

⁶³ A expressão se refere ao que aparecia na reportagem da revista Veja como um modelo de mulher a ser seguido, encarnado na postura de Marcela Temer, esposa do ex-presidente Michel Temer, vice da chapa da presidenta Dilma Rousseff, apartada misoginicamente de seu cargo em 2015. In: **Marcela Temer: bela retada e do lar**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar>

⁶⁴ **Cartilha sobre Políticas Públicas Familiares**. Disponível em: https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/601_1.pdf

Diversas vezes trouxemos - eu e a advogada parceira - para as reuniões a preocupação com o alcance das ações da pasta às mulheres LGBTQIA+, porém, nossas considerações eram ignoradas ou tamponadas com falas, providas da maior parte das trabalhadoras da equipe e gestão, de que a cidade não estava preparada para acolher aquelas pessoas, visto que a realidade municipal ainda era muito “tradicional”, como se fosse uma relíquia deixar mulheres apartadas de uma vida cidadã. Teixeira e Barbosa (2022) mencionam que Damares Alves afirmou ser o MMFDH a materialização de um sonho da “família brasileira” e que protegeria a vida desde a sua concepção, trazendo nítidas influências refletidas nos discursos antifeministas e familiaristas das dirigentes da SM ao negarem o acesso para determinado grupo de munícipes a partir de argumentos morais, preconceituosos e LGBTQIA+fóbicos.

Enunciar determinadas políticas para infância, para as mulheres e para as famílias se tornou um lugar significativo para se visibilizar agendas antigênero e se construir um léxico político cujo foco consiste em disputar a legibilidade pública de políticas que se consolidaram no decorrer da história dos direitos humanos (Teixeira e Barbosa, 2022, p. 102)

A designação de Damares Alves para chefiar o MMFDH é analisada por Teixeira e Barbosa (2022) como fator providencial para legibilidade do governo Bolsonaro, visto que sua figura não somente provém de um clã missionário fundador de destacado ministério pentecostal, mas também desempenha forte atuação junto a igreja evangélica, composta majoritariamente por mulheres negras, representantes da maior parte da população do país. O trabalho da pastora como assessora parlamentar rendeu a fundação da Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE), entidade escolhida por ela em 2022 para atuar como relatora do Plano Nacional dos Direitos Humanos (PNDH IV). “Pensar o pentecostalismo no Brasil como algo que transcende os limites da esfera religiosa por produzir engajamentos políticos e espaços locutórios em que é possível disputar os regimes narrativos para a desigualdade nos parece central” (Teixeira e Barbosa, 2022, p. 101).

Ainda Teixeira e Barbosa (2022), apoiadas em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), destacam que mais de 14.000 novas igrejas evangélicas começam suas atividades por ano no Brasil, sendo que a maior parte delas se instala nas periferias, muitas vezes desassistidas dos mínimos equipamentos públicos necessários para o funcionamento da vida individual e comunitária. Tal precarização proporciona a essas entidades religiosas espaços ímpares para se tornarem a matriz de serviços essenciais para vida das pessoas locais, o que pode desembocar em uma forte marcação de processos de subjetivação afinados com preceitos teológicos dos grupos que as ladeiam e, por fim, dependem delas, o que era uma realidade, tanto dos arredores cascalhados como do centro da cidade onde estava localizada a SM.

Assim, a expansão dessas igrejas pode ser justificada pelo papel que desempenham junto à população periférica na prestação de serviços comunitários em territórios totalmente

desassistidos por infraestrutura cultural, social e econômica, além de oferecerem suporte moral e espiritual em contextos marcados pela exposição à violência (Teixeira e Barbosa, 2022, p. 101)

Em pelo menos dois distritos em que estivemos com o PBFI, os encontros aconteceram em igrejas, visto que não havia nem ao menos unidades escolares próximas daquelas localidades. O governo da referida cidade do interior do Rio de Janeiro tem uma relação prioritária com líderes religiosos dos arredores e apoiaram publicamente a candidatura de Jair Bolsonaro, sem o menor pudor, assim como os filhos e demais candidatos ligados a ele nas últimas eleições presidenciais, para o senado e deputados, mesmo após os escândalos genocidas relacionados principalmente a negligências do Estado Brasileiro devido ao atraso e negociações ilícitas na compra de vacinas para combate da Pandemia de COVID-19⁶⁵, entre outras improbidades administrativas. Em 2021 - tempo em que eu estava próxima ao gabinete da administração municipal -, pastores, padres, lideranças evangélicas masculinas e femininas eram atendidas prontamente pelo prefeito ou em qualquer outro serviço da prefeitura. Era uma gestão “terrivelmente cristã”, conservadora, antifeminista, fascista, e assim se afirmava mais acentuadamente naquele período por contar com o apoio político das esferas superiores. Damares Alves, além de ter sido líder do MMFDH, representa importante destaque enquanto figura pública, mulher da política, servindo como exemplo de sucesso a ser seguido pelos interesses eleitoreiros da vice-prefeita-gestora-da-SM, que já se anunciava como a primeira prefeita daquele município, mesmo anos antes da próxima eleição. Importante informar ainda que Damares Alves, eleita ao Senado em 2022 não teve o apoio de Bolsonaro, mas contou com o de sua esposa, Michelle Bolsonaro⁶⁶. Depois da minha saída da SM, uma pastora evangélica de grande influência local, grande seguidora da ex-primeira dama, foi contratada para compor o quadro da pasta com a justificativa de que, apesar de ter graduação em Administração, é também “formada” em psicanálise, em um curso promovido por uma igreja. Hoje não tem mais nenhuma pessoa concursada na equipe e a advogada que compartilhava das nossas angústias éticas preferiu trabalhar em outro lugar.

3.4 - Uma última história entre as paredes da SM

A partir da lógica do capitalismo contemporâneo, Júnior e Saldorato (2021) constataam que movimentos gerenciais que trabalham com uma “ideologia de gestão” vêm contribuindo, desde as últimas décadas do século XX, com aproximações das fronteiras entre a administração pública e a

⁶⁵ Relatório acusa governo federal de atraso na compra de vacinas e de negociações ilícitas no caso Covaxin. In: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/10/22/relatorio-acusa-governo-federal-de-atraso-na-compra-de-vacinas-e-de-negociacoes-ilicitas-no-caso-covaxin>

⁶⁶ Damares, apoiada por Michelle, vence candidata de Bolsonaro. In: <https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes/eleicoes/damares-apoiada-por-michelle-vence-ex-ministra-em-brasilia>

privada, no que tange ao *modus operandi* de relações empregatícias - nas quais “cidadãos passam a ser vistos como clientes, servidores públicos como empreendedores e universidades e hospitais [públicos] como empresas” (Júnior e Saldorato, 2021, p. 812) -, mudanças essas racionalizadas pela crença na promoção de maior eficiência aos serviços oferecidos pelo Estado. Diante da aproximação dessas propostas corporativas, a autoria sinaliza importantes cambiamentiamentos na percepção social acerca das pessoas estatutárias, o que gera uma imagem equivocada acerca do funcionalismo público.

Nesse contexto, os trabalhadores são percebidos como elementos gerenciáveis e quantificáveis, e a perspectiva tradicional de servidor público padece ao encerrar uma profunda antítese: enquanto a imensa gama de trabalhadores está submetida à insegurança e às exigências de produtividade cada vez mais frenéticas impostas às empresas privadas, ou, pior, condenada ao desemprego e à informalidade, o servidor público se torna alvo do imaginário coletivo, sendo concebido como um indivíduo privilegiado por “ganhar muito e trabalhar pouco”, além de dotado de estabilidade na carreira e de um potencial “conjunto de regalias” (Júnior e Saldorato, 2021, p.813)

Na primeira entrada nos servimos dos estudos de Suely Rolnik (2018) para trabalhar acerca da amálgama que funde resistência e pensamento, consistindo ambos em uma só ação, assim como a convocação do saber-do-vivo para uso de uma bússola ética que trabalha em prol da vida, a escutando e criando meios de materializar o que ela nos pede e reverberar. Rolnik também nos alerta acerca do regime-colonial-capitalístico e do uso hegemônico de uma bússola moral que colhe a potência da vida em seu nascedouro, impedindo seu fluxo e funcionando a partir de repetições. O funcionamento desse caminho moral - forjado por tal regime que encontrou o território que entendemos como Brasil ainda nos tempos da brutal colonização européia - pretende que nos entendamos apenas em nossas esferas individuais e alerta acerca de sua versão transmutada

Com lógicas e temporalidades díspares e paradoxais, da insurgência contra a violência em ambas as esferas depende, incontornavelmente, a dissolução do regime por toda parte e em cada uma das atividades humanas. Esta é a condição *sine qua non* para que se viabilize uma transmutação efetiva do presente, já que, em sua nova versão, o regime logrou colonizar o conjunto do planeta, incluindo macro e micropoliticamente em todas as suas entranhas (Rolnik, 2018, p. 116).

Na lógica da bússola moral capitalista, o sombreamento de nossa constituição coletiva e pertencente a uma biosfera imanente trabalha para o ofuscamento de nossa potência ética de responsabilidade com a vida e corremos o risco de nos satisfazer com promessas de segurança em identidades de proteção individualizantes e na crença de inimigos que sejam divergentes a essas identidades - provindos das diferenças - contaminadores de mal estar, mal estar esse que pode estar ligado à exigência ética conosco, os nós da garganta do ninho das palavras alma pedindo passagem, que a autora busca na sabedoria Guarani (Rolnik, 2018).

Rolnik (2018) nos alertou que, visando seu avanço, o regime-colonial-capitalístico se aliancia ao neoconservadorismo para o delineamento de inimigos externos, disseminação do medo

e demonização da coisa pública, para, posteriormente promover os responsáveis pela vampirização do saber-do-vivo - e, em consequência a vida em represália à serviço do neoliberalismo - disfarçados de heróis salvadores do caos com suas propostas capitalistas-privatistas, com grandes chances de sucesso devido a separação da vida do que ela pode (Rolnik, 2018).

A partir de Rolnik (2018) percebemos que a redução ao individual e da ilusão de uma homeostase pessoal, movimentos como os dos feminismos, com sua inerência coletiva, perturbam e ameaçam minar concepções que se pretendem totalizadoras, causando efeitos reativos de ofensivas cis-hetero-branco-sem-deficiência-economicamente-estável contra organizações e pessoas que possam minimamente apontar para essa potência ética da vida que precisou de tanto investimento reacionário para ser vaporizada e restringida a esfera moral.

Em meio a (im)possibilidades de alianças na SM - depois do episódio da misoginia menstrual descrita na cena 1, busquei pela responsável pelos recursos humanos da prefeitura para abrir uma reclamação acerca do ocorrido. Entre as medidas tomadas pela pasta administrativa, houve uma conversa nada amistosa, ocasião em que a assessora da vice-prefeita, infantilmente, precisou pedir desculpas. Depois disso, o que ainda se sustentava como minimamente diplomático no ambiente do equipamento desmoronou. Senti as pessoas ao redor se distanciando cada vez mais, além dos comentários e deboches nos corredores, conversas que se extinguíam na minha chegada e até a palavra “feminazi” foi dita entre dentes vez ou outra pelas colegas de trabalho, que pareciam acreditar que eu havia exagerado, que não era para tanto, que eu era uma obstinada, “uma feminista estraga-prazeres”⁶⁷ (Ahmed, 2022).

Como era de se esperar, a gestão me retirou da equipe de profissionais do setor após onze meses de trabalho por ser considerada inadequada para a função. No lugar de me colocarem à disposição para o quadro administrativo do município, optaram por aceitar meu pedido de licença sem vencimento por dois anos para dedicação exclusiva ao curso de doutorado. Eu havia pedido anteriormente tal licença, sem concessão, assim como outras pessoas que gostariam de se dedicar à pós-graduação durante um tempo, sempre negadas. Ano passado pedi a prorrogação por mais dois anos e consegui.

Com isso, me mudei com a minha família para o Rio de Janeiro e de fato me dediquei exclusivamente ao doutorado, escrevi a presente tese, esperando com isso seguir minha bússola ética, na tentativa de me conectar ao saber-do-vivo para responsabilidade de ficar com o problema ao dar passagem, via escrita, ao que a vida me pediu para reverberar - passarinha.

⁶⁷ Agradeço imensamente à professora Janaina Freitas por ter me indicado esse livro da Sara Ahmed, que me veio como um abraço feminista em meio a uma experiência tão dura.

Considerações finais - O direito à literatura: pistas⁶⁸ para germinação de mundos...

O segredo da Verdade é o seguinte: não existem fatos, só existem histórias (João Ubaldo Ribeiro, **Viva o povo brasileiro**. 1984, p. 7)

Durante todos os anos que se passaram até que eu a encontrasse novamente, tentei me lembrar do rosto daquela mulher ou de um detalhe que fosse, mas nunca consegui. Quando ela começou a falar, assim que também se sentou em uma esteira diante de nós, foi como se sumisse. Como se fosse feita só de palavras, como se conseguisse se esconder por trás do sentido das palavras, fazendo com que elas tivessem uma força e uma presença muito maiores do que qualquer pessoa que eu tinha conhecido até então pudesse dar a elas. (Ana Maria Gonçalves. **Um defeito de cor**, 2020, p. 130-131)

Em 2022 foram comemorados os dezesseis anos de publicação do romance afrofeminista brasileiro “Um defeito de cor”. A data foi contemplada em solo carioca com uma vasta exposição sobre a obra no Museu de Arte do Rio. Uma agenda de palestras e encontros com importantes vozes negras da literatura também aconteceu, além do lançamento de uma edição comemorativa da trajetória de Kehinde, criança iorubá, da Costa Mina, que foi capturada pelo tráfico negreiro, trazida ao Brasil em condições inomináveis. No carnaval de 2024, a obra serviu de inspiração para o desfile da Portela, tradicional escola de samba de Madureira, também na cidade do Rio de Janeiro.

Pelas mãos de Ana Maria Gonçalves (2020) é tecida uma história de resistência e afetos da protagonista, que mesmo dentre a vivência de violências constantes, decorrentes da escravização, machismo e demais correntes colonizadoras que atravessam a sua existência, agencia uma rede de resistência entre os mais diversos povos escravizados que ela vai encontrando pelo caminho. Kehinde diz ter nascido com alma compartilhada por ter tido uma irmã gêmea e essa lógica coletiva parece constituir em suas relações ao longo de toda vida.

Ana Maria Gonçalves, em entrevista à Flávia Oliveira e Isabela Reis no podcast “Angu de Grilo”⁶⁹, destacou que seu romance foi o 11º publicado no Brasil de autoria de mulheres negras, mostrando a importância de nomes como Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus, que abrem caminho para difusão de seus romances, assim como ela própria aos que vieram depois. Visibilidade, representação, histórias marginais que questionam o absolutismo colonial vêm emergindo das gavetas para as editoras cada vez que mais uma obra se apresenta.

Esse movimento de abrir caminhos a partir das histórias de luta e resistência que permite uma reconstrução do que nos foi negado dentro da história dita oficial parece atravessar a proposta cartográfica, a medida em que se afirma, via literatura (arte apreciada e institucionalizada), saberes considerados periféricos e extraoficiais de forma potente. A história da escravidão e da relação dos

⁶⁸ Agradecemos à professora Jimena de Garay Hernández pelas generosas contribuições na revisão das considerações finais.

⁶⁹ Disponível em: <https://images.app.goo.gl/2fZLYxANm5SKq9NB9>

povos que habitavam o território do que hoje é o Brasil foi contada, inclusive pela literatura, pela ótica colonizadora, insensível aos processos de criação de pessoas que eram subjugadas e consideradas “primitivas” mediante aos modelos limitados de existência europeus, ou seja, entendidas como criaturas demandosas de tutela e criminalizadas por seus modos de vida. A cartografia é movida pelos encontros e afetos. A literatura e a arte de escrever podem ser matéria de traçado à medida que oferecem arestas para afloração dos estrangeiros que nos habitam.

Em um encontro ocorrido também em 2022 sobre literatura e violência sexual no ECOAR - Festival de Ativismo contra a Violência Sexual, promovido pela organização “Redes da Maré”-, Eliana Alves Cruz, conhecida jornalista e escritora carioca, falou sobre o ofício de escritora como algo trabalhoso e visceral. Ela nos contou sobre uma pesquisa que fez com sua família para um romance de formação. Ao contar a trajetória de antepassadas percebeu intervalos nos relatos que pareciam sem sentido ou fruto de esquecimentos no decorrer dos fatos. Tais vazios foram preenchidos pelas recordações relatadas por uma tia com diagnóstico de esquizofrenia. Ao questionar as outras pessoas da família sobre as afirmações da tia, a autora percebeu tamanha dor que acompanhava aqueles acontecimentos e entendeu que a dor também é carregada de informação, também é elemento de investigação e precisa compor a escrita.

Cruz nos aconselhou então, naquela fala, a deixar a dor passar, mais precisamente dar passagem à dor, porque ela também habita, é portadora de referências ímpares e dá sentido às histórias. Passagens e aberturas, duas palavras que dizem muito ao trabalho das cartografias mapeadoras de paisagens subjetivas. As marcas que escrevem, diz Rolnik (1993), ao afirmar que escrever é traçar um devir. As marcas são definidas pela autora como estranhamentos que são produzidos nos nossos corpos ao passo das composições que dão contorno ao nosso enredo subjetivo ao longo do tempo, diferença que inaugura uma fenda para criação de um novo corpo - marcas germes de um devir. “É um modo de exercer a escrita, em que ela nos transporta para o invisível, e as palavras que se encontram através de seu exercício tornam o mais palpável possível, a diferença que só existia na ordem do impalpável” (Rolnik, 1993, p.246).

A literatura é abordada por Antonio Candido (2012 [1988]) como um bem incompreensível que, pela lógica dos direitos humanos, pertence àqueles que não podem ser negados a ninguém. Em um contemporâneo compreendido como o ápice da civilização, pouco tempo parece destinado ao pensamento e o acesso a textos literários - em diversos formatos, de acordo com as necessidades específicas de cada pessoa - é um equipamento intelectual ativo fundamental para a integridade da cidadania, diante dessa insensibilidade do mundo.

O autor caracteriza a literatura de maneira ampla “todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos de folclore, lenda, até as formas mais complexas e difíceis das produções escritas das grandes civilizações” (Candido, 2012 [1988], p. 7). Candido (2012 [1988]) compreende a literatura como uma manifestação universal das pessoas em todos os lugares e todos os tempos,

pois não acredita ser possível qualquer pessoa passar as vinte e quatro horas do dia sem ter o mínimo contato com algum universo fabulado. A criação ficcional é a mola da literatura em qualquer uma de suas formas e se faz viva em todo mundo “analfabeto ou erudito, como anedota, causo, história em quadrinhos, noticiário policial, canção popular, moda de viola, samba carnavalesco. Ela se manifesta desde o devaneio amoroso ou econômico no ônibus (...) ou na leitura seguida de um romance” (Candido, 2012 [1988]).

De acordo com as lentes de Candido (2012 [1988]), a literatura é o “sonho acordado de uma civilização” (p. 7) e nitidamente contribuinte para um equilíbrio social, visto que exerce papel ordenador dos pensamentos e sentimentos, enquanto via para construção de visões de mundo. O fazer literário seleciona as palavras e as delibera em um todo entrelaçado. O encontro com tal organização nos leva primeiro a nos acomodar para, com essa acomodação, criar uma nova organização de mundo, de novo e de novo. Muitas vezes um poema, um romance ou um conto nos chega como um alento, elemento que existe concretamente diante daquilo que até então flutuava sem nome, permitindo, a partir dessa mistura, engendrar novos desdobramentos para aquele “nó na garganta” (Rolnik, 2018).

Em palavras usuais: o conteúdo só atua por causa da forma, e a forma traz em si, virtualmente, uma capacidade de humanizar devido à coerência mental que pressupõe e que sugere. O caos originário, isto é, o material bruto a partir do qual o produtor escolheu uma forma, se torna ordem; por isso, o meu caos interior também se ordena e a mensagem pode atuar. Toda obra literária pressupõe esta superação do caos, determinada por um arranjo especial das palavras e fazendo uma proposta de sentido (Candido, 2012 [1988], p. 11).

O texto literário, por suas entranhas metafóricas, permite que a autoria anuncie, sem comedir o que diz, para além de uma subjetividade pessoal, sendo materializada, nesse exercício, uma escrita que se faz também um coral de vozes, pois é atravessada pelas gerações pregressas e também as do porvir. Ao chegar às pessoas essa obra-acontecimento, elas terão a oportunidade de ler para além do que a escritora disse, ou o que imaginou ter dito (Saavedra, 2021).

Escrever uma tese de doutorado em meio aos dias nebulosos da SM foi um ato de resistência. Se mesmo como coordenadora do serviço, minha autoria não se fazia, na tese ela encontrava espaços.

É nesse jogo de sentidos desdobráveis que se abre espaço, as pequenas frestas, para que surjam outros mundos. Soluções ainda não pensadas, ou que sempre estiveram aí, mundos que, a partir das palavras que recobrem o mistério do presente, apontam para outros passados e futuros possíveis. Não por acaso nas culturas pré-modernas, a figura mais próxima do escritor era/é o xamã, aquele que se deixava transpassar pelo mistério das coisas (Saavedra, 2021, p.194).

A escrita pode ser movida por um devir e o devir não atinge uma forma, mas lida com as fronteiras, com as vizinhanças, num processo coletivo que abarca o vivível e o vivido abrindo alas

para o afloramento de agenciamentos coletivos de enunciação, embora remeta a agentes singulares para sua materialização, autores e autoras (Deleuze, 2011, p. 15). Quando convocamos a literatura nessa tese como recurso feminista epistemológico na pesquisa, não fazemos no caminho de redenção, como ferramenta que reduz o estranhamento gerado por sofrimentos e injustiças o ligando a uma forma moldada de significado opaco e tamponador. Nosso manejo mira para outro horizonte, pois a literatura foi ferramenta de análise composta, de emancipação coletiva, de estética política profissional que desindividualizou e nos convidou a pensar em caminhos que se diferenciaram em uma lógica processual simpoiética singular, mesmo diante de uma atmosfera compacta de mandos administrativos. Onde se marchava, nós passarinhos. Não sem sofrimento nos fizemos passarinhas em voos para fora das gaiolas misóginas e fascistas que eram oferecidas no chão da SM.

As situações difíceis se transformavam em analisadores para que as perturbações do cotidiano pudessem ser vistas e pensadas por mim, para que a indignação e o estranhamento se tornassem forças produtivas.

A criação da vida cotidiana com o recurso da literatura e toda potência que a compõe, assim como a materialização dos lampejos desejanter em forma da presente tese, está ligada com Gloria Anzaldúa (2000), quando a autora anuncia como escrita orgânica o que não é criado exatamente no papel, mas no que tem de vivo no interior de quem escreve, e diz que um poema, por exemplo, funciona “quando o assunto com o qual iniciei se metamorfoseia alquimicamente em outro, outro que foi descoberto pelo poema. Ele funciona quando me surpreende, quando me diz algo que reprimi ou fingi não saber” (Anzaldúa, 2000, p. 234) e alerta que escrever se mostra um risco porque receamos o que, a partir da escrita, poderá se mostrar, como raiva ou força das mulheres diante dos cercamentos cotidianos.

Livros e narrativas, sejam epistemologias feministas, sejam contações das que “não contam” de mulheres negras, trans, indígenas, brancas, cis etc - me acolheram nessa trajetória, tornam-se dispositivo afetivo de organização do caos esmagador da SM, lugar onde eu também “não contava”. Fazer uma cartografia com a literatura foi resgatar os movimentos das mulheres que, comigo, insistiam em habitar aquele lugar que, ao menos no nome, estava dedicado a nós. As lentes localizadas decoloniais se fizeram um escudo permeável para, como meu corpo vibrátil, cruzar a Secretaria, daquele pequeno município, com o Ministério que emanava misoginia e garantia direitos de um tipo único e conservador de mulher e de família, almejando restringir o que a vida nos pede, nossa ética-de-vida-feminista.

A companhia da literatura libertava a-aia-que-algumas-vezes-me-invadia tentando tomar meu corpo e me ajudava a assassinar o anjo-do-lar - que insistia em renascer na solidão daquele lugar estéril - antes que ele me matasse. Como dizia Woolf (2023 [1931]), faz parte do nosso trabalho, esses assassinatos em legítima defesa. Ser governo naquele governo era insuportável. Por mais que eu não me reconhecesse nem fosse reconhecida como tal, me pensar coordenadora do

serviço é considerar eticamente este lugar que eu ocupava ali. Como eu, fora da curva dos dados dos questionários que davam um pouco de contorno daquelas mulheres, poderia estar com elas? O que ali se criava de comum que nos fazia presente e próximas nas nossas diferenças? Clelia, Heloisa e Maura ainda estão em mim, somos húmus (Haraway, 2023), e do devir dessa humusidade feminista que habitamos brotou uma escrita orgânica, que se imprime nessa tese composta de um coral-de-ninhos-de-palavras-alma (Rolnik, 2018) das que não contam, mas insistem em suas contações e reverberam passarinhas.

REFERÊNCIAS:

Ahmed, Sara. **Viver uma vida feminista**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

Andrade, Maria Clara de Mello. **Da violência de gênero contra a mulher ao grupo-dispositivo: desafios para construção de uma prática**. 2015. 87 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Arouca, S. Democracia é saúde. In: **Conferência Nacional de Saúde, 8, março de 1986**, Brasília [Internet]. Realização: Comissão Organizadora da 8ª Conferência Nacional de Saúde/Núcleo de Video/Fiocruz. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1986 [citado 2020 fev 3]. (Video restaurado em 2013, publicado no canal VideoSaúde Distribuidora da Fiocruz - 1 vídeo, 42min33seg). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-_HmqWCTEeQ

Anzaldúa, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 08, n. 01, p. 229-236, 2000. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2000000100017&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 29 jan. 2024.

Atwood, Margaret. **O conto da aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

Baremblyt, G. F. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática**. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.

Barros, Regina Benevides de. **Grupo: a afirmação de um simulacro**, Porto Alegre: Sulina, UFRGS, 2007.

Barros, Maria Elizabeth Barros de; Zamboni, Jésio. Gaguejar. In: In: Fonseca, T. M. G. Nascimento, M. L. Maraschin. **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

Brasil. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal; 1988.

Brito, Lorena Medeiros Toscano de; Siqueira, Mariana de. O *blacklash* antidignidade menstrual no executivo brasileiro: quando falta dinheiro para comida, absorvente é artigo de luxo. **Revista Direito GV.**, São Paulo, v. 20, e2411, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6172202411>

Bueno, Samira et al. **Feminicídios em 2023**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/77f6dce-06b7-49c1-b227-fd625d979c85>

Butler, Octavia. **A parábola do semeador**. São Paulo: Morro Branco, 2019.

Butler, Octavia. **A parábola dos talentos**. São Paulo: Morro Branco, 2019a.

Candido, Antonio. **O direito à literatura**. organizadores: Aldo de Lima [et al]. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/452066234/Antonio-Candido-O-direito-a-literatura-UFP>

Chiziane, Paulina. **Niketche: uma história de poligamia**. São Paulo, Companhia das Letras, 2021.

Código de Ética Profissional do Psicólogo. Conselho Federal de Psicologia, Brasília, agosto de 2005.

- Cruz, Eliana Alves. **Solitária**. São Paulo, Companhia das Letras, 2022.
- Deleuze, Gilles. Signos e Acontecimentos: entrevista realizada por Raymond Bellour e François Ewald. In: Escobar, Carlos Henrique (org). **Dossier Deleuze**. Rio de Janeiro: Hólon editorial, 1991.
- Deleuze, Gilles. **Diálogos**. Lisboa: Relógio D'água, 1996.
- Deleuze, Gilles. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 2011.
- Deleuze, Gilles; Guattari, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Volume 1. São Paulo: Editora 34, 2019.
- Deleuze, Gilles; Guattari, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Volume 4. São Paulo: Editora 34, 2017.
- Deleuze, Gilles; Guattari, Felix. **O que é a Filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2010.
- Diniz, Débora. “Modelo social da deficiência: a crítica feminista”. **Série Anis**, n. 28, p. 1-8, julho de 2003. Disponível em: <https://anis.org.br/publicacoes/modelo-social-da-deficiencia-a-critica-feminista-2003/>
- Diniz, Debora; Gebara, Ivone. **Esperança Feminista**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.
- Dosse, F. (2007) **Gilles Deleuze & Félix Guattari**: biografia cruzada. Porto Alegre: Artmed Editora, 2010
- Ernaux, Annie. **O acontecimento**. São Paulo: Fósforo, 2022.
- Ernaux, Annie. **A escrita como faca e outros textos**. São Paulo: Fósforo, 2023.
- Evaristo, Conceição. **Olhos d 'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.
- Evaristo, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- Evaristo, Conceição. **Histórias de leves enganos e parecenças**. Rio de Janeiro: Malê, 2017a.
- Evaristo, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017b.
- Evaristo, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulher**. Rio de Janeiro: Malê, 2020.
- Evaristo, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: Duarte, Constância Lima; Nunes, Isabella Rosado (orgs). **Escrevivência: a escrita de nós - Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina comunicação e arte, 2020a.
- Federici, Silvia. **Mulheres e a caça às bruxas**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- Foucault, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- Foucault, Michel. O Sujeito e o Poder. In: Dreyfus, H.I.; Robinow, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-249.
- Foucault, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- Gonçalves, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- Gonzalez, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Gonzalez, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Guajajara, Potyra; Sá Pinto, Mayara. Descolonizar o olhar. In: **Em nossas artérias nossas raízes**. Organizado por: Potyra Guajajara, Urutau Guajajara, Júlia Otomorinhori'õ Xavante, Lucas Mundukuru e Lucas Icó. Rio de Janeiro: Aldeia Maraka'nà; Cesac; I-motirõ, 2023.

Guattari, Felix. A propósito da terapia familiar. In: Barembly, Gregório (org). **Grupos: teoria e técnica**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

Guattari, Félix. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

Guattari, Félix. **Psicanálise e transversalidade**. Aparecida, São Paulo: Ideias e Letras, 2004.

Guattari, Félix; Rolnik, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2010.

Haraway, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Caderno Pagu (5)**, 1995.

Haraway, Donna. **Ficar com o problema**: fazer parentes do Chthuluceno. São Paulo: n-1 edições, 2023.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?**: mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

Jesus, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Editora Ática, 2019.

Junior, Geraldo Tessarini; Saltorato, Patrícia. **Cad. EBAPE.BR**, v. 19, Edição Especial, Rio de Janeiro, Nov. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120200236>

Kastrup, Virgínia; Passos, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. In: Passos, Eduardo; Kastrup, Virgínia; Tedesco, Silvia. **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum**. Porto Alegre: Sulina, 2016.

Le Guin, Ursula. **A ficção como cesta**: uma teoria e outros textos. Lisboa: Dois Dias edições, 2022.

Lemos, F. C. S.; Rocha, M. L. Pensar. In: Fonseca, T. M. G.; Nascimento. M. L.; Maraschin, Cleci (orgs). **Pesquisar na diferença**: um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012.

Lispector, Clarice. **A paixão segundo G.H.** Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

Lorde, Audre. Não existe hierarquia de opressão. In: **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Organização Heloisa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

Lorde, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Organização Heloisa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

Lourau, R. **Análise Institucional e Práticas de Pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

Lugones, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Organização Heloisa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

Mello, Anahí Guedes de.; Nuernberg, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635-655, setembro-dezembro/2012.

Morrison, Toni. **A origem dos outros**: seis ensaios sobre racismo e literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Passos, Eduardo; Barros, Regina Benevides de. Pista 1: a cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: Passos, Eduardo; Kastrup, Virgínia; Escóssia, Liliana da. (orgs). **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

Pelúcio, Larissa; Ramos, Helena Trevizan Aires. O sangue estampado - Menstruação, Antropologia das Emoções e Design em um projeto inspirado no livro de Lara Owen. **Revista Entrerios**. vol. 6, n. 1, p. 13-38, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/entrierios/article/view/14112>

Prado, Isabel Cristina de Almeida. Políticas Públicas sobre a Saúde Menstrual no Brasil: Olhares pelas Lentes dos Movimentos Sociais da Menstruação. **Mediações**, Londrina, v. 29, n.1, p. 1-17, jan.-abr. 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/379205605_Politicas_Publicas_sobre_a_Saude_Menstrual_no_Brasil_Olhares_pelas_Lentes_dos_Movimentos_Sociais_da_Menstruacao

Quintana, Mario. **Prosa & Verso**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1987.

Rajman, Escobar. Lógica do sentido, ética do acontecimento. In: Carlos Henrique (org). **Dossier Deleuze**. Rio de Janeiro: Hólon editorial, 1991.

Ribeiro, João Ubaldo. **Viva o povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

Rodrigues, H. B. C.; Souza, V. L. B.. A Análise Institucional e a profissionalização do psicólogo. In: Kamkhagi, V. R.; Saidon, O. (Orgs). **Análise Institucional no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991, p. 17-36.

Rolnik, Suely. Pensamento, corpo e devir: uma perspectiva ético-estético-política do trabalho acadêmico. In: **Cadernos de Subjetividade** / Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP. v.1, n.2 (1993), São Paulo, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cadernossujetividade/issue/view/1964/148>

Rolnik, Suely. **Cartografia Sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina, 2011.

Rolnik, Suely. **Esferas da Insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N 1 edições, 2018.

Saavedra, Carola. **O mundo desdobrável**: ensaios para depois do fim. Belo Horizonte: Relicário, 2021.

Saavedra, Carola. **Com armas sonolentas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Silva, Rosane Neves da. A dobra deleuziana: políticas de subjetivação. **Rev. Dep. Psicol.**, UFF ; 16(1): 55-75, jan.-jul. 2004.

Soares, Lissandra Vieira; Machado, Paula Sandrine. “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia Política**, 17 (39), p. 203-219, 2017.

Sousa, Edson Luiz André de. Entrevistar. In: Fonseca, T. M. G.; Nascimento. M. L.; Maraschin, Cleci (orgs). **Pesquisar na diferença**: um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012.

Teixeira, Jacqueline Moraes; Barbosa, Olivia Alves. A mulher e a família: agendas pentecostais na disputa pela gramática dos direitos humanos. **(SYN)THESIS**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 89–105, 2022. DOI: 10.12957/synthesis.2022.69311. Disponível em: <https://www.e->

publicacoes.uerj.br/synthesis/article/view/69311

Tenório, Jeferson. Solange. In: **Partes de uma casa**. Vários Autores. Porto Alegre: TAG, 2021.

Tupinambá, Fernando. Cartografias Tupi. In: **Em nossas artérias nossas raízes**. Organizado por: Potyra Guajajara, Urutau Guajajara, Júlia Otomorinhori'õ Xavante, Lucas Mundukuru e Lucas Icó. Rio de Janeiro: Aldeia Maraka'nà; Cesac; I-motirõ, 2023.

UNFPA, UNICEF. **Pobreza menstrual no Brasil**: desigualdades e violações de direitos. 2021 [acesso em 25 de nov de 21]; 1(1): 8-21. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf

Woolf, Virginia. **Um quarto só seu**. Porto Alegre: L & PM, 2019.

Woolf, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre: L & PM, 2023.

Xavante, Julia. Mundukuru, Lucas. Colonialismo interno. In: **Em nossas artérias nossas raízes**. Organizado por: Potyra Guajajara, Urutau Guajajara, Júlia Otomorinhori'õ Xavante, Lucas Mundukuru e Lucas Icó. Rio de Janeiro: Aldeia Maraka'nà; Cesac; I-motirõ, 2023.